



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO MESTRADO
PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE
NACIONAL – PROFEPT**

TÂNIA TEREZINHA PINHEIRO

**A ORGANIZAÇÃO NA OFERTA E DISTRIBUIÇÃO DE KITS DE
ALIMENTOS DURANTE A PANDEMIA AOS DISCENTES DO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL
DO SUL DO PAÍS**

Jaguari, RS
2024

TÂNIA TEREZINHA PINHEIRO

A ORGANIZAÇÃO NA OFERTA E DISTRIBUIÇÃO DE KITS DE ALIMENTOS DURANTE A PANDEMIA AOS DISCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL DO SUL DO PAÍS

Dissertação de Pesquisa ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, área de concentração Educação Profissional e Tecnológica, linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientação: Prof^ª Dr^ª Daniela Copetti Santos

Jaguari, RS
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Federal Farroupilha – *Campus Jaguari*
Processamento Técnico.

Pinheiro, Tânia Terezinha

A ORGANIZAÇÃO NA OFERTA E DISTRIBUIÇÃO DE KITS DE ALIMENTOS DURANTE A PANDEMIA AOS DISCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL DO SUL DO PAÍS - Jaguari, RS: [...], 2023.

... f.: il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal Farroupilha – *Campus Jaguari*.

Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Daniela Copetti Santos.

Inclui bibliografia e apêndice.

1. Kits de Alimentos. 2. Pandemia. 3. Educação Integrada.

Catalogado por: (Nome do Bibliotecário e Registro no CRB)

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA.**
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro
de 2008



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

TÂNIA TEREZINHA PINHEIRO

**A ORGANIZAÇÃO NA OFERTA E DISTRIBUIÇÃO DE KITS DE ALIMENTOS
DURANTE A PANDEMIA AOS DISCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM
UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL DO SUL DO PAÍS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Jaguari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 12 de março de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br DANIELA COPETTI SANTOS
Data: 25/03/2024 09:22:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Daniela Copetti Santos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari
Orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br VANESSA DE CASSIA PISTÓIA MARIANI
Data: 21/03/2024 19:51:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Vanessa de Cássia Pistóia Mariani
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Jaguari

Prof.^a Dra. Maristela Borin Busnello
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Ijuí



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA.**
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro
de 2008



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

TÂNIA TEREZINHA PINHEIRO

**A ORGANIZAÇÃO NA OFERTA E DISTRIBUIÇÃO DE KITS DE ALIMENTOS
DURANTE A PANDEMIA AOS DISCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM
UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL DO SUL DO PAÍS**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus Jaguari* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 12 de março de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br DANIELA COPETTI SANTOS
Data: 25/03/2024 09:22:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Daniela Copetti Santos
Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus Jaguari*
Orientadora

Documento assinado digitalmente
gov.br VANESSA DE CASSIA PISTÓIA MARIANI
Data: 21/03/2024 19:51:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Vanessa de Cássia Pistóia Mariani
Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus Jaguari*

Prof.^a Dr.^a Dra. Maristela Borin Busnello
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Ijuí

Dedico esta pesquisa aos meus familiares, amigos, colegas e nutricionistas que em algum momento tiveram ao meu lado emanando energias positivas e contribuindo para que essa pesquisa se realizasse.

AGRADECIMENTOS.

Ao término de mais uma etapa que foi de desafios imensos, angústias, sofrimento, distanciamento, mas de intenso aprendizado, os agradecimentos são muitos.

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida e toda a força que colocou no meu coração que me ajudou a lutar até o fim para poder concretizar esse sonho.

À Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - *Campus* Jaguari e ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) por oportunizar a realização desse mestrado e fazer parte dessa história.

Ao Instituto Federal Farroupilha, instituição de ensino de qualidade e gratuita, aos diretores, a coordenadora do ProfEPT, docentes e secretário que proporcionaram o melhor dos ambientes para que esse trabalho fosse realizado e a oportunidade da expansão de meus horizontes.

À professora Dr^a Daniela Copetti Santos, agradeço a orientação incansável e a confiança que tornaram possível a realização do meu sonho, levarei no coração para sempre. Minha gratidão, por todos os momentos que passamos, pelos incentivos e conquistas.

Obrigada! Nutricionistas do IFFar pelas contribuições valiosas durante toda a jornada.

Obrigado! Colegas mestrandos pelo crescimento que conquistamos juntos nessa trajetória, por estarmos lado a lado em cada conquista de cada um de nós.

A todos os amigos que direta ou indiretamente participaram da minha formação, o meu eterno agradecimento.

Gostaria de agradecer e dedicar esta dissertação às seguintes pessoas: Meu Pai Valdemar e minha mãe Rosa que sempre nos oportunizaram estudar acreditando que a educação é essencial em nossas vidas.

Aos meus familiares, pelo amor, incentivo, força e apoio incondicional.

Para finalizar, agradeço a todas as pessoas que acreditaram na realização dessa conquista.

Muito obrigada!

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas mudam o mundo”.
(Paulo Freire)

RESUMO

A garantia da alimentação como um direito, previsto no artigo 6º pela Constituição Federal, é assegurar a universalidade do atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar aos estudantes da educação básica. Em abril de 2020, logo após ter iniciado o isolamento social decorrente da pandemia da covid-19, a Lei nº 13.987 autorizou, em caráter excepcional, a distribuição de gêneros alimentícios aos alunos que estavam afastados devido à suspensão das aulas. O Instituto Federal Farroupilha (IFFar) proporcionou, aos discentes dos cursos médios integrados e beneficiados através de edital, doações de Kits de Alimentos adquiridos pelo Programa Nacional da Assistência Estudantil. Portanto, objetivou-se analisar como aconteceu a organização e a distribuição dos kits de alimentos pelo IFFar durante esse momento de adversidades, às famílias dos discentes do ensino médio integrado. De forma mais específica os seguintes objetivos conduziram o nosso trabalho: Analisamos os documentos que ampararam e regulamentaram a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia, pelo IFFar; Verificamos como ocorreu a organização e a distribuição dos kits de alimentação durante a pandemia da Covid-19 na percepção das nutricionistas do IFFar; Verificamos a importância da distribuição dos kits de alimentos para as famílias e discentes no tempo da pandemia e por fim construímos o produto educacional, referente ao tema que embasou a dissertação. A metodologia aplicada caracterizou-se como qualitativa, por ser a mais apropriada para os estudos sociais. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas gravadas, transcritas e analisadas através do método de Análise de Conteúdo de Bardin. Com os conhecimentos gerados neste estudo, elaboramos uma cartilha sobre “A organização e memórias da distribuição de kits de alimentos a estudantes do IFFar durante a pandemia da covid-19”, com a intenção de contribuir com a construção da memória dessa instituição, possibilitando conhecer a história de como aconteceu a oferta da alimentação escolar nesse momento de adversidades. Esse trabalho trata-se de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), dentro da linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Palavras-chave: Kits de Alimentos, Pandemia, Educação Integrada.

ABSTRACT

The guarantee of food as a right, provided for in article 6 of the Federal Constitution, is to ensure universal service under the National School Meal Program for basic education students. In April 2020, shortly after the start of social isolation resulting from the Covid-19 pandemic, Law No. 13,987 authorized, on an exceptional basis, the distribution of foodstuffs to students who were away due to the suspension of classes. The Farroupilha Federal Institute provided students of integrated secondary courses and beneficiaries through a notice with donations of Food Kits acquired by the National Student Assistance Program. Therefore, the objective was to analyze how the organization and distribution of food kits by the Instituto Federal Farroupilha during this time of adversity happened, to the families of integrated high school students. More specifically, the following objectives guided our work: We analyzed the documents that supported and regulated the distribution of food kits during the pandemic, by IFFar; We verified how the organization and distribution of food kits occurred during the Covid-19 pandemic in the perception of IFFar nutritionists; We verified the importance of distributing food kits to families and students during the pandemic and finally built the educational product, referring to the theme that supported the dissertation. The methodology applied was characterized as qualitative, as it is the most appropriate for social studies. Data collection was carried out through recorded interviews, transcribed and analyzed using the Content Analysis method. With the knowledge generated in this study, we created a booklet on “The organization and memories of the distribution of food kits to students at the Instituto Federal Farroupilha during the covid-19 pandemic”, with the intention of contributing to the construction of the memory of IFFar, making it possible to learn about the history of this institution and how school meals were offered during this time of adversity. This work is research developed within the scope of the Master's Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), of the Federal Institute of Education, Science and Technology Farroupilha (IFFar), within the line of research Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (EPT).

Keywords: Food Kits, Pandemic, Integrated Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Linha do Tempo do Instituto Federal Farroupilha.....	31
Figura 02 - Mapa de localização das unidades que compõem o âmbito do IFFar.....	42
Figura 03 - Folder sobre cuidados da higienização entregue na distribuição dos kits de alimentos.....	64
Figura 04 - Modelo de desenho do Produto Educacional.....	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Dados dos Participantes da Pesquisa.....	50
Quadro 02- Eixos Temáticos.....	51
Quadro 03- Documentos que ampararam e regulamentaram a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia, pelo IFFar.....	53
Quadro 04- Alimentos mais utilizados na composição dos kits de alimentos.....	68
Quadro 05- Classificação dos alimentos segundo o Guia Alimentar para População Brasileira, ofertados nos kits de alimentos.....	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – A segurança alimentar nas diferentes regiões do Brasil.....	39
Gráfico 02 - Início da distribuição dos kits de alimentos/2020.....	60
Gráfico 03 - Percentual de alimentos classificados de acordo com o Guia Alimentar da População Brasileira, distribuídos na forma de kits de alimentos.....	71
Gráfico 04 - Você acha que o título da cartilha está de acordo com o conteúdo apresentado ao longo da sua escrita.....	82

LISTA DE SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CAE - Conselho de Alimentação Escolar
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CECANE- Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CEP - Comitê de Ética na Pesquisa
CF - Constituição Federal
CFN- Conselho Federal de Nutricionistas
CGU - Controladoria Geral da União
COVID-19- Corona Virus Disease CONSUP- Conselho Superior
DCNT - Doença Crônica Não Transmissível
DHAA- Direito Humano à Alimentação Adequada EAD- Educação à Distância
EAN- Educação Alimentar e Nutricional Eex- Entidades Executoras
EMI- Ensino Médio Integrado
EPT- Educação Profissional e Tecnológica
FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNDEP- Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
GEPMASS- Grupo de Ensino e Pesquisa, Meio Ambiente, Saúde e Sociedade IFFar- Instituto Federal Farroupilha
IFs- Institutos Federais
LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação MEC- Ministério da Educação
MS - Ministério da Saúde
OMS- Organização Mundial de Saúde
OPAS- Organização Pan-americana da Saúde
PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional
PPI- Projeto Pedagógico Institucional
PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES- Programa Nacional de Assistência Estudantil PNE- Plano Nacional de Educação
PROEJA- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROFEPT- Programa de Pós- Graduação em Educação Profissional e Tecnológica PSAN-

Programa de Segurança Alimentar e Nutricional

QT- Quadro Técnico

RFEPCT- Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica RT- Responsável Técnico

SAN- Segurança Alimentar e Nutricional Sars-Cov-2 - Coronavírus

SETEC- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SciELO- Scientific Electronic Library Online

TAE- Técnico Administrativo em Educação

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

TC- Termo de Confidencialidade

TCU- Tribunal de Contas da União

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido VIGISAN- Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 Históricos da Educação Profissional no Brasil.....	24
2.2 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e a Educação Profissional e Tecnológica	29
2.2.1 O Instituto Federal Farroupilha (IFFar).....	31
2.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).....	34
2.3.1 Objetivos e diretrizes do PNAE	35
2.3.2 Programa de Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN) do IFFar	38
3 METODOLOGIA	41
3.1 Tipo de pesquisa.....	41
3.2 Local da pesquisa	43
3.3 Amostra	43
3.4 Critérios de inclusão.....	44
3.5 Critérios de exclusão	44
3.6 Coleta de dados	44
3.7 Análise de dados	46
3.8 Aspectos éticos.....	47
3.9 Riscos aos participantes	48
3.10 Benefícios aos participantes	49
3.11 Produto educacional	49
4 ANÁLISE DE DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES).....	50
4.1 Documentos que ampararam e regulamentaram a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia, pelo IFFar.	52
4.2 Organização e a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia da Covid-19 na percepção das nutricionistas do IFFar.	59
4.2.1 Medidas de controle higiênico sanitário.....	64
4.2.2 Valor nutricional dos alimentos	66
4.3 Distribuições dos kits de alimentos para as famílias e discentes durante a pandemia.	73
5. PRODUTO EDUCACIONAL	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICES.....	96
ANEXOS.....	110

APRESENTAÇÃO

Ao final dessa longa caminhada um sonho se torna realidade, ser mestra pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) , e entendo ser pertinente neste momento relatar algumas das minhas experiências profissionais, que contribuíram para chegar até aqui.

Após concluir a graduação em Nutrição e Pedagogia, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos nos anos de 1980 e 1983, iniciou se a conquista de novas realizações , mas agora na área da nutrição e educação. Atuei como docente no curso de nutrição na FIDENE em Ijuí, nutricionista na área hospitalar, servidora municipal responsável pelo Programa de Alimentação Escolar do Município de Santa Rosa, Nutricionista na Fundação Municipal de Saúde (FUMSSAR) (Programa de Saúde da Família-PSF), atualmente docente nos cursos Técnicos em Enfermagem e Farmácia na Fundação Educacional Machado de Assis-FEMA e servidora efetiva do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), campus Santa Rosa, no cargo de Nutricionista.

Sempre acreditei que o conhecimento te leva aonde você quiser, por isso vivi intensamente todos esses anos, buscando ampliar os conhecimentos, apostando na alimentação por ser ela um dos principais pilares na vida do ser humano acreditando que a Educação faz a diferença em nossas vidas.

Em 2020 iniciou se uma pandemia que assolou o mundo, trazendo como consequências inúmeras doenças e o aumento da vulnerabilidade social, principalmente da fome. Nesse momento nós nutricionistas tivemos que reinventar novas formas de ofertar alimentação escolar e surge então o tema da minha dissertação “A organização na oferta e distribuição de kits de alimentos durante a pandemia aos discentes do ensino médio integrado em uma instituição pública federal do sul do país”.

Nesse contexto, o objetivo geral desta pesquisa foi “analisar como ocorreu a organização e a distribuição dos kits de alimentos pelo IFFar durante a pandemia da Covid-19, entregue às famílias dos discentes do ensino médio integrado na visão das nutricionistas, gestoras do PNAE”.

Como objetivos específicos destacamos os seguintes: Analisar os documentos que ampararam e regulamentaram a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia, pelo IFFar; Verificar como ocorreu a organização e a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia da Covid-19 na percepção das nutricionistas do IFFar; Verificar a importância da distribuição dos kits de alimentos para as famílias e discentes no tempo da pandemia e

Desenvolver um produto educacional, em que fosse possível contar como ocorreu essa distribuição dos kits alimentares aos estudantes durante o período da pandemia.

Nossa pesquisa trata-se de um recorte temporal, caracterizou-se como qualitativa, foi realizada durante os anos de 2020 e 2021, no âmbito do IFFar, contemplando os dez campi. Utilizamos como ferramenta metodológica entrevistas semiestruturadas, realizadas com as nutricionistas. A análise das narrativas foi feita através da Análise de Conteúdo de Bardin (1977), constituindo dessa forma, quatro (4) eixos temáticos: documentos que ampararam e regulamentaram a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia, pelo IFFar; organização e a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia de Covid-19 na percepção das nutricionistas do IFFar; distribuição dos kits de alimentos para as famílias e discentes no tempo da pandemia e o produto educacional e que estavam de acordo com os objetivos propostos no estudo.

Face ao exposto, essa proposta de desenvolver esse tema da pesquisa foi justamente pelo interesse que tenho na área da nutrição e por atuar como nutricionista, em um campus do IFFar e ter vivenciado a pandemia, além da relevância social e acadêmica de produção do conhecimento.

A relevância social consiste em contribuir para formação de cidadãos críticos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de compreender a realidade em que vivem, preparados para participar da vida econômica, social e política do país e aptos a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

Através das narrativas das nutricionistas ficaram registradas nas memórias do IFFAR, o que as pessoas passaram neste momento crítico, de isolamento social, de perdas e surgimento de doenças como consequência da pandemia. O aumento da vulnerabilidade social e da fome se estende até os dias atuais.

A pesquisa realizada nos mestrados profissionais exige do pesquisador o desenvolvimento de uma produção técnica, que na área de ensino, também são denominados produtos educacionais (PE) (Brasil, 2019). O motivo que nos levou a fazer essa cartilha foi justamente registrar na linha de pesquisa de organização e memórias, como o IFFar garantiu essa segurança alimentar e assegurou esse direito aos seus discentes nesse momento totalmente atípico de oferta de alimentação escolar. Através da cartilha os discentes e comunidade externa tem acesso a essas informações resultado dessa pesquisa.

Dessa forma, de acordo com Freire (2017) o PE apresenta-se como a forma de tornar pública a pesquisa realizada durante o mestrado profissional e tem como uma de suas características serem um recurso com estratégias educacionais que favorecem a prática

pedagógica, sua elaboração implica num processo formativo contínuo, alicerçado na pesquisa.

Nosso trabalho é constituído por cinco capítulos, entre eles: a Introdução, o Referencial Teórico, a Metodologia, os Resultados e Discussões e concluímos com as Considerações Finais.

No capítulo 1, Introdução, apresentamos a temática investigativa e a relevância deste estudo, o problema da pesquisa, o objetivo geral e objetivos específicos. Buscamos atentar sobre a importância de estudar e pesquisar a temática escolhida.

No capítulo 2, Referencial Teórico, apresentamos os pressupostos teóricos que fundamentaram o estudo a fim de construir argumentos para responder a problematização da pesquisa. Desse modo, o referencial teórico contextualiza o histórico da educação profissional no Brasil, o IFFar e educação profissional e tecnológica (EPT), o programa de segurança alimentar e nutricional do IFFar e o PNAE, objetivos e diretrizes do PNAE, e o público que tem direito a alimentação (ensino médio integrado).

No capítulo 3, Metodologia, caracterizamos o estudo descrevendo o percurso metodológico. Apresentamos a instituição em que foi desenvolvida a pesquisa, os sujeitos que fizeram parte dela, a abordagem e classificação da pesquisa, bem como os instrumentos de coleta e análise dos dados, aspectos éticos, os riscos e benefícios aos participantes.

No capítulo 4, Análise dos Dados, constam a análise dos dados coletados obtidos por meio de entrevistas realizadas com as nutricionistas, como também os dados das pesquisas bibliográfica e documental enfocando os documentos que amparam e regulamentaram a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia, pelo IFFar, a organização e a distribuição dos kits de alimentação, a distribuição dos kits de alimentos para as famílias e discentes durante a pandemia.

No capítulo 5, Produto educacional, apresentamos o produto educacional resultado da pesquisa em que trazemos a história e a organização na distribuição desses kits de alimentos para os discentes e suas famílias. Este PE é direcionado para o público da EPT, assim como para a sociedade em geral que tenha interesse em conhecer como aconteceu a distribuição dos kits de alimentos pelo IFFar, ampliar os conhecimentos sobre a oferta da alimentação escolar durante os anos de 2020 a 2021 e também selecionar melhor os alimentos para uma alimentação saudável.

No capítulo 6, Considerações Finais, apresentamos as considerações finais, refazendo o plano de investigação e o caminho traçado para sua efetivação, explicando a relevância da pesquisa realizada para atender o propósito deste estudo, os principais resultados encontrados, tomando por base o problema e os objetivos, bem como os limites da investigação.

A dissertação traz, apêndice A o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) da entrevista, apêndice B Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) do questionário, apêndice C o Termo de Confidencialidade (TC) da entrevista, apêndice D o Termo de Confidencialidade (TC) do questionário, apêndice E o roteiro da entrevista ou questionário e o produto educacional. Todos os termos foram assinados pelos participantes antes de iniciarmos as entrevistas .

Ao finalizar, destaca-se que esta pesquisa, oportunizou registrar, na linha de organização e memórias do IFFar, todas as vivências que fazem parte dessa pesquisa, entre eles, nutricionistas, discentes e seus familiares, tanto nos resultados finais da dissertação, quanto na elaboração da cartilha.

Concluirei o mestrado trazendo como frutos dessa pesquisa as seguintes publicações:

Um (01) artigo aprovado pela Revista Vivências da URI- Santo Ângelo, que foi publicado em 1º de janeiro de 2024, edição v. 20 n.40 (251-268), intitulado **“A organização na oferta e distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia: panorama das pesquisas no contexto da educação profissional e tecnológica”**.

Um (01) capítulo que foi enviado para construção de um E-Book da EAD /Reitoria, sobre o período Remoto, intitulado **“A distribuição de kits de alimentos nos Institutos Federais durante o Ensino Remoto”**, em prelo.

E os seguintes trabalhos apresentados em eventos:

“As narrativas das nutricionistas do IFFar sobre os kits de alimentos entregues às famílias de estudantes durante a pandemia da Covid-19”, publicado nos anais da XIV Mostra Cultural de Educação Profissional e Tecnológica, Alegrete, em 2023.

“Organização e Memórias da Distribuição de Kits de Alimentos a Estudantes do Instituto Federal Farroupilha Durante a Pandemia da Covid-19” apresentado na Jornada Integrada do Conhecimento JIC 2023 - IFFar SR, em formato de cartilha, o qual resultou em nosso produto educacional.

Tenho a certeza de que essa é apenas mais uma etapa concluída e que novos aprendizados são diários, a caminhada é longa e a educação é constante em nossas vidas sempre para a construção de um mundo melhor. A importância da educação é percebida desde os primórdios da humanidade, sendo ela um pilar fundamental do desenvolvimento pessoal e da evolução da sociedade. Tanto que a busca por conhecimento e aprendizado é inerente ao ser humano.

1 INTRODUÇÃO

No final de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou emergência em Saúde Pública de importância internacional, em decorrência da propagação de um novo patógeno, o Coronavírus (Sars-CoV-2), causador da doença covid-19 (Coronavírus Disease), fato que levou o Brasil e outros países do mundo a reconhecerem estado de calamidade pública, ocasionando uma série de mudanças na estrutura da sociedade e na convivência entre pessoas (OPAS, 2020).

Além da suspensão das aulas, pela necessidade de isolamento social, muitas atividades cotidianas também foram interrompidas por conta da pandemia, inclusive importantes para a movimentação da economia do país (Oliveira; Abranches; Lana, 2020). A crise econômica teve impacto direto na manutenção do emprego, do consumo e, conseqüentemente, na compra e acesso aos alimentos, fatores que levaram muitas famílias de estudantes brasileiros à situação de vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional e à fome (Freitas; Pena, 2020).

Com a suspensão das aulas nas escolas e das outras atividades, muitos estudantes deixaram de receber temporariamente a alimentação escolar, garantida a todo aluno brasileiro matriculado na rede pública de educação básica por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O Instituto Federal Farroupilha¹ (IFFar) proporcionou, aos discentes dos cursos médios integrados e beneficiados através de edital, doações de Kit de Alimentos adquiridos pelo Programa Nacional da Assistência Estudantil (PNAES), garantindo assim a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Foram criados grupos de trabalho (GT) para a construção das recomendações, de modo a informar e contribuir para as tomadas de decisão dos gestores públicos, Secretários (as) de Educação, nutricionistas e todos os envolvidos na execução do PNAE durante este período de Pandemia.

Nesse momento tão importante e novo na vida das pessoas em que os servidores estavam em trabalho remoto cumprindo orientações do Ministério da Saúde (MS) para evitar a covid-19, eu enquanto nutricionista numa Instituição Pública Federal e integrante do GT me envolvi imensamente na construção de edital para fornecimento desses kits, organização de cronograma para retirada dos mesmos, controle e acompanhamento de licitações públicas para

¹ A proposta dos Institutos Federais é agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana.

saber o que poderia usar na organização dos mesmos para nossos discentes dos cursos médio integrados.

Presencialmente vivi esse momento pandêmico, organizando os kits com os produtos que havíamos solicitado de fornecedores e cumprindo as orientações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), construindo kits de valor nutricional significativo, pois conseguimos ofertar o que os discentes realmente precisavam como frutas, legumes, grãos, carnes, ovos, leite, pães e outros.

Nesses dois anos de pandemia e com nova realidade em termos de oferta da alimentação escolar, percebemos a tristeza que é a insegurança alimentar, quando não temos o acesso aos alimentos, perderam entes queridos, emprego e conseqüentemente o aumento no número de famílias em vulnerabilidade social. Considerando o papel social, transformador da escola, neste caso o IFFar ao analisar como aconteceu a organização e distribuição dos kits, podemos refletir e perceber a importância de novas estratégias relacionadas ao PNAE e FNDE.

Perante o exposto, com a finalidade de entender todo o processo de alimentação escolar durante a pandemia, este trabalho tem como título de pesquisa **“A Organização na Oferta e Distribuição de Kits de Alimentos Durante a Pandemia aos Discentes do Ensino Médio Integrado em Uma Instituição Pública Federal do Sul do País”** que está inserido na Linha de Pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no macroprojeto de pesquisa e desenvolvimento.

A compreensão em desenvolver esse tema da pesquisa foi justamente mostrar como pode ser garantido o direito à alimentação saudável e adequada conforme a constituição federal, mesmo que seja na forma de kits de alimentos e assim reduzindo a insegurança alimentar em ambientes escolares. Assim, a problematização orientadora da pesquisa, investigou que para muitos estudantes a alimentação escolar é a principal refeição do dia, a importância que a mesma tem para o crescimento e desenvolvimento na adolescência e possíveis carências nutricionais que podem surgir pela falta de nutrientes e os reflexos na aprendizagem.

O objetivo geral constituiu-se em **analisar como ocorreu a organização e a distribuição dos kits de alimentos pelo IFFAR durante a pandemia da covid-19, entregue às famílias dos discentes do ensino médio integrado “na visão das nutricionistas gestoras do PNAE”**.

De forma mais específica, os objetivos foram:

a) Analisar os documentos que ampararam e regulamentaram a distribuição dos kits de

alimentos durante a pandemia, pelo IFFar;

b) Verificar como ocorreu a organização e a distribuição dos kits de alimentação durante a pandemia da COVID-19 na percepção das nutricionistas do IFFar;

c) Verificar a importância da distribuição dos kits de alimentos para as famílias e discentes no tempo da pandemia;

d) Desenvolver um produto educacional que registre todas as memórias e organização da distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia. Esse produto será apresentado em forma de cartilha.

Este trabalho pode auxiliar a compreender as dificuldades e a heterogeneidade das ações, principalmente durante esse período e a entender que de acordo com cada realidade são encontrados diferentes desafios. Ele também serviu como indicador para adequar os valores repassados pela União, ratificando a necessidade de criação de regulamentação para o financiamento do PNAE pelas Entidades Executoras (EEx), indispensável para atender os princípios e diretrizes do programa.

Não esquecendo que para muitos estudantes a alimentação escolar é a principal refeição do dia, a importância para o crescimento e desenvolvimento na adolescência e possíveis carências nutricionais que podem surgir pela falta de nutrientes. Através dela contribuimos com a EAN no ambiente escolar do ensino médio integrado (EMI), sendo esta uma ferramenta que pode ampliar o conhecimento, a sensibilização e corroborar na formação humana integral, para além do conteúdo programático previsto pelas grades curriculares.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Através da busca incessante em referenciais bibliográficos que pudessem dar o embasamento científico a nossa pesquisa buscou-se inicialmente, contextualizar a trajetória da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, desde o seu início em 1809, com o surgimento do Colégio das Fábricas, até a criação dos Institutos Federais de Educação (IFs), a fim de situar o espaço no qual esta pesquisa está inserida.

Na sequência, são abordados aspectos relacionados ao Instituto Federal Farroupilha (IFFar) e a EPT, pois ele responde à necessidade da institucionalização definitiva dessa modalidade de ensino como política pública. Sua expressiva expansão nos últimos anos representou uma revolução histórica para a educação no país, resgatando o acesso à educação pública e de qualidade, através do ensino, pesquisa e extensão com foco na transformação social.

O Programa de Segurança Alimentar e Nutricional do IFFar, destacando o público que tem direito a alimentação (ensino médio), e que através da resolução do CONSUP N° 027/2019, de 07 de agosto de 2019, aprovou o regulamento do mesmo, o qual apresenta no Art. 17 a execução das ações de Segurança Alimentar e Nutricional que serão garantidas através dos recursos do PNAE, do PNAES e com recursos de funcionamento da Rede Federal. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como objetivos e diretrizes a alimentação saudável e adequada, a EAN, a universalidade, a participação social, o desenvolvimento sustentável e o direito à alimentação escolar.

2.1 Históricos da Educação Profissional no Brasil

A educação profissional nasceu de uma necessidade de suprir aqueles menos favorecidos, criando ofícios para eles, vindo a ter no futuro um ensino não só básico, mas também de nível superior. Tais instituições transformaram-se durante o tempo, passando de Escola de Aprendizes e Artífices, em 1909, no governo de Nilo Peçanha, para Liceus Industriais, em 1930, e já em 1942 para Escolas Técnicas. Mais tarde, em 1942, houve a transformação para Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e, em 2008, foram institucionalizadas como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), tendo em sua estrutura o ensino básico, técnico e, também, o superior.

Em 2005, as políticas voltadas para a educação profissional passaram a integrar o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPCT). Já em 2007, houve o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), no qual a Rede Federal foi inserida como uma proposta de expansão com várias unidades que fariam parte do corpo de tal Rede, tendo como objetivo a disseminação do conhecimento profissional e técnico dentro das diversas regiões, propondo a inovação tecnológica e a pesquisa aplicada de acordo com as particularidades de cada região (Pereira, 2009).

O surgimento da escola, como espaço de educação formal, foi consumado a partir do processo de apropriação privada da terra e do aumento da produção agrícola, até então destinada à subsistência, o que dividiu a sociedade em proprietários e não proprietários. A partir daí, a relação entre trabalho e educação se desenvolveu sob uma dupla identidade: de um lado, uma educação para o trabalho intelectual, destinada à formação de futuros dirigentes, para a classe que tinha tempo ocioso e não precisava trabalhar para viver. De

outro, uma educação que se realizava concomitantemente ao próprio processo de trabalho, os que aprendiam, fazendo.

Segundo Moura, 2007,

Até o século XIX não há registros de iniciativas que possam ser caracterizadas como pertencentes ao campo da educação profissional. O que existia até então, era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes, a quem era assegurado o ensino das ciências, das letras e das artes. Aos demais, lhes era negado o acesso a esses conhecimentos. Assim sendo, a educação cumpria a função de contribuir para a reprodução das classes sociais (MOURA, 2007, p. 5).

Assim, com a complexidade da vida em sociedade e as formas desiguais de apropriação da riqueza social produzida, constituiu-se a divisão social do trabalho em especialidades produtivas, gerando as classes sociais.

Portanto, a educação profissional no Brasil tem sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista e com o objetivo de “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte” (Moura, 2007). O objetivo era ensinar algum ofício àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, servindo de instrumento de manutenção da ordem social, sempre voltado para os interesses econômicos e políticos, enquanto à elite era assegurada a educação propedêutica.

Em 1906, o ensino profissional passa a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, vinculação que reforça o novo viés da educação profissional: modifica-se a visão mais voltada ao assistencialismo e o foco passa a ser a formação de operários para atender aos ramos da economia que estavam em pleno desenvolvimento. A culminância desta nova organização ocorreu com a criação da Escola de aprendizes artífices, em 1909, voltada ao ensino industrial.

Observa-se que, apesar das mudanças, mantém-se o caráter dualista na educação, pois o foco da educação profissional deixa de ser assistencialista e passa a ser a formação de mão-de-obra para as áreas que vinham apresentando maior destaque na economia, tanto que o Ministério responsável por esta política era o da Agricultura, Indústria e Comércio.

Cabe ressaltar que durante todo o período Industrial no Brasil, que teve início em 1930, no governo Vargas – quando o país passou a mudar seu modelo econômico de agrário para industrial - vigorou o binômio taylorismo/fordismo, baseando-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção homogeneizada e verticalizada com o objetivo de “racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, combatendo o “desperdício” na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando à intensificação das formas de exploração” (Antunes, 2009, p. 39).

As décadas de 30 e 40 do século XX foram marcadas por grandes transformações políticas e econômicas. Destacam-se, no enfoque econômico: o surgimento das leis trabalhistas, o desenvolvimento do setor industrial e a criação de empresas estatais. No âmbito político, o então presidente Vargas, se torna um forte líder populista e coloca o trabalho e o patriotismo como imprescindíveis ao desenvolvimento nacional.

Todas estas transformações sociais causaram um grande avanço na área educacional: foi criado o primeiro Ministério no âmbito da educação - Ministério da Educação e Saúde Pública. Neste período, a educação básica oferecia cursos de caráter terminal para crianças de classes populares, voltados para as necessidades imediatas dos setores produtivos e cursos propedêuticos para crianças que iriam continuar os seus estudos em nível superior.

Na década de 40, a necessidade de mão-de-obra qualificada aumentou em decorrência da expansão da indústria no Brasil, potencializada pela 2ª Guerra Mundial. Assim, o ensino profissionalizante é reestruturado em duas etapas: educação básica e superior, através de Decretos e Leis que ficaram conhecidos como “Reforma Capanema”.

O ramo profissionalizante era constituído pelos cursos: normais, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico, todos com o mesmo nível e duração do colegial. Entretanto, estes cursos não habilitam o estudante para o ingresso no ensino superior, porém, “surge pela primeira vez uma possibilidade de aproximação entre o curso propedêutico e os cursos profissionalizantes de nível médio, por meio de exames de adaptação” (Moura, 2007, pg. 9).

Em 1961, com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/ Lei nº 4.024/61) (Brasil, 1961), que envolveu todos os níveis e modalidades de ensino, foi permitido que, tanto os estudantes provenientes do colegial como os do ensino profissional, pudessem dar continuidade aos seus estudos no ensino superior. Mas, apesar disso, os currículos mantinham a dualidade, pois o estudo destinado às elites privilegiava os conteúdos exigidos nos processos seletivos, enquanto os cursos profissionalizantes mantinham o foco no mercado de trabalho.

Cabe destacar que no âmbito social, a década de 1975 a 1985 ficou conhecida como período de “redemocratização” no país, envolvendo uma série de medidas que, progressivamente, foram ampliando as garantias individuais e a liberdade de imprensa até culminar na eleição do primeiro presidente civil após vinte e um anos de ditadura militar.

Nesse contexto, a década de 1980 foi marcada por intensos debates sobre os rumos a serem dados à educação brasileira. A sociedade civil organizada mobilizou-se pelo direito à educação pública, laica, democrática e gratuita na Constituição. O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública – FNDEP, enquanto movimento social emerge dessa luta pela retomada do

estado de direito, trazendo contribuições para conquistas no texto constitucional e na LDBEN de 1996. Em relação ao ensino médio, Ramos (2005), destaca que, nesse período “O debate teórico travado pela comunidade educacional, especialmente dentre aqueles que investigavam a relação entre Trabalho e Educação, afirmava a necessária vinculação da educação à prática social e o trabalho como princípio educativo” (Ramos, 2005, p. 44).

Com a aprovação da nova LDB (Lei 9.496), (Brasil, 1996) após mais de duas décadas em que se manteve a dualidade educacional, com reformas que tornaram o ensino profissionalizante compulsório no 2º grau na rede pública, ele passou a ser ofertado nas formas concomitante e subsequente e o acesso à educação profissional é apresentado como um direito, regulamentado pelo Decreto 2.208/97(Brasil, 1997), que remeteu o ensino técnico a cursos isolados. A educação profissional foi regulamentada como modalidade própria de ensino, independente dos níveis escolares, porém, com eles articulados. Nesse sentido, Moura (2007), refere que

Como a educação brasileira é estruturada na nova LDB em dois níveis – educação básica e educação superior, e a educação profissional não está em nenhum dos dois, consolida-se a dualidade de forma bastante explícita. Dito de outra maneira, a educação profissional não faz parte da estrutura da educação regular brasileira. É considerada como algo que vem em paralelo ou como um apêndice e, na falta de uma denominação mais adequada, resolveu-se tratá-la como modalidade, o que efetivamente não é correto (Moura, 2007, p. 16).

Nesse cenário, emergiram as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais que se consolidaram como referência de qualidade na formação de técnicos de nível médio com financiamento adequado, corpo docente qualificado, situação que não ocorria nas redes estaduais de ensino que se apresentavam cada vez mais precarizadas. Apesar disso, em 1997, através da Portaria 646 (Brasil, 2022), é aprovada a diminuição da oferta de cursos técnicos na Rede Federal, diminuindo consideravelmente a oferta a partir de 1998. Esta situação perdura até a publicação do Decreto 5.154/2004, que regulamenta a oferta da educação profissional no Brasil, incluindo a possibilidade de oferta da educação profissional integrada ao ensino médio. O Decreto prevê em seu art. 4º, §1º que a educação profissional poderá acontecer de forma:

- I – Integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;
- II - Concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio, na qual a complementaridade

entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso [...];

III - Subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensinomédio (Brasil, 2004, p. 5).

A proposta estabelecia a relação entre ensino médio e educação profissional no âmbito do ensino médio, e a novidade é que esta passa a ter a possibilidade de ocorrer de forma articulada.

Essa era uma concepção nova, totalmente oposta ao 2º grau profissionalizante, em que “a profissionalização é entendida como um adestramento a uma determinada habilidade sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e, menos ainda, da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo” (Saviane, 2007, p. 161).

Nesta nova concepção, o papel do ensino médio deveria ser o de recuperar a relação entre conhecimento e práticas de trabalho, propiciando aos alunos o domínio de técnicas diversificadas e não apenas conhecimentos para uma habilidade ou uma formação técnica específica, sem a noção dos fundamentos dessa habilidade, mas sim, uma formação politécnica com o “domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno” (Saviane, 2003, p.140, *apud* por Frigoto, Ciavatta e Ramos, 2005, p. 42).

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar (Ciavatta, 2005, p. 85). Portanto, implica na superação da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional e simplificado, em substituição a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão consciente e integrado dignamente à sua sociedade. Pacheco (2008) faz esta reflexão quando avalia a proposta de verticalização do ensino nos IFs:

Essa proposta, além de estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho, além de superar o conceito da escola dual e fragmentada, pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar, de forma efetiva, para a educação brasileira como um todo, no desafio de construir uma nova identidade para essa última etapa da educação básica (PA, 2008, pg. 19).

O que é integrar? É tornar íntegro, tornar inteiro, o que? No caso da formação integrada ou do EMI ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campi onde se dá a preparação para trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação

inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual / trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (Gramsci, 1981, p. 144 e ss.).

Através da Lei nº 13.415/2007 (Brasil, 2007) houve a inclusão do itinerário formativo na LDB (Lei nº 9394/1996) (Brasil, 1996), intitulado “Formação Técnica e Profissional” no ensino médio.

A nova redação da LDB refere-se aos critérios a serem adotados pelos sistemas de ensino em relação à oferta da ênfase técnica e profissional, a qual deverá considerar “a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional”, bem como “a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade” (BRASIL, 2017).

Cabe ressaltar, neste ponto, que com a criação dos IFs, a oferta dos cursos técnicos integrados ao ensino médio expandiu-se consideravelmente no país, pois a sua Lei de criação prevê a oferta, de forma prioritária, de 50% dos seus cursos técnicos, nesta modalidade.

2.2 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e a Educação Profissional e Tecnológica

Os IFs foram fundados no Brasil pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e são assim identificados:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008, p. 1).

Eles estão vinculados ao MEC e à Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) a qual formula, implementa, monitora e avalia políticas, programas e ações de EPT no país. Em 2008, a rede contava com 214 unidades. Hoje, são 682 unidades no Brasil, distribuídas em todos os estados e no Distrito Federal, com previsão de expansão (Brasil, 2023).

Com uma proposta singular de organização e gestão, os IFs passam a fazer parte indissociável da educação nacional e

[...] ganham um espaço exponencial de atuação visceralmente vinculado a um projeto de país que, na diversidade, na multiplicidade que lhe é peculiar, define seu traçado. [...] É importante ressaltar que da diversidade de seu público, do mosaico que constitui a diversidade da sociedade brasileira, essas instituições extraem elementos para construir seu projeto de educação profissional e tecnológica, sua identidade, pois reconhecem que congregam, em tom de esperança, vozes que lutam por um mundo mais digno e ético. (CEFETs, 2015, p. 157).

Os IFs oferecem educação profissional, gratuita e de qualidade em diversas modalidades e níveis de ensino, promovendo a pesquisa aplicada e inovação tecnológica, tendo a extensão como prática acadêmica que liga a instituição nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas das comunidades de alcance. Na autonomia que lhes confere, traduzem a realidade com que dialogam, regional e localmente, na perspectiva de crescimento sustentável.

A Portaria Nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, estabeleceu as diretrizes para a organização dos IFs e definiu parâmetros e normas para a sua expansão, que poderá ocorrer mediante a constituição e a estruturação das seguintes unidades administrativas: Campus, Campus Avançado, Polo de Inovação, Polo de Educação a Distância e Centros de Referência (Brasil, 2013).

O Plano de Expansão da RFEPCT foi uma estratégia de ação política e de transformação social do governo federal. O objetivo dessa política pública, que se consolidou no governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi oferecer ao país, condições favoráveis à formação e qualificação profissional nos diversos níveis e modalidades de ensino, suporte ao desenvolvimento da atividade produtiva, oportunidades de geração e disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos e estímulo ao desenvolvimento socioeconômico em níveis local e regional, por meio da interiorização dos IFs. Conforme Pacheco (2011, p. 12),

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa.

No processo de interiorização, foi atendida a demanda da região Noroeste e das cidades de fronteira do estado do Rio Grande do Sul (RS) com a criação do Instituto Federal Farroupilha (IFFar).

2.2.1 O Instituto Federal Farroupilha (IFFar)

O IFFar “responde à necessidade da institucionalização definitiva da EPT como política pública” (Brasil 2010, p.19). Sua expressiva expansão nos últimos anos representou uma revolução histórica para a educação no país, resgatando o acesso à EPT pública, gratuita e de qualidade, através do ensino, pesquisa e extensão com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável” (IFFAR, 2020b, p. 22).

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):

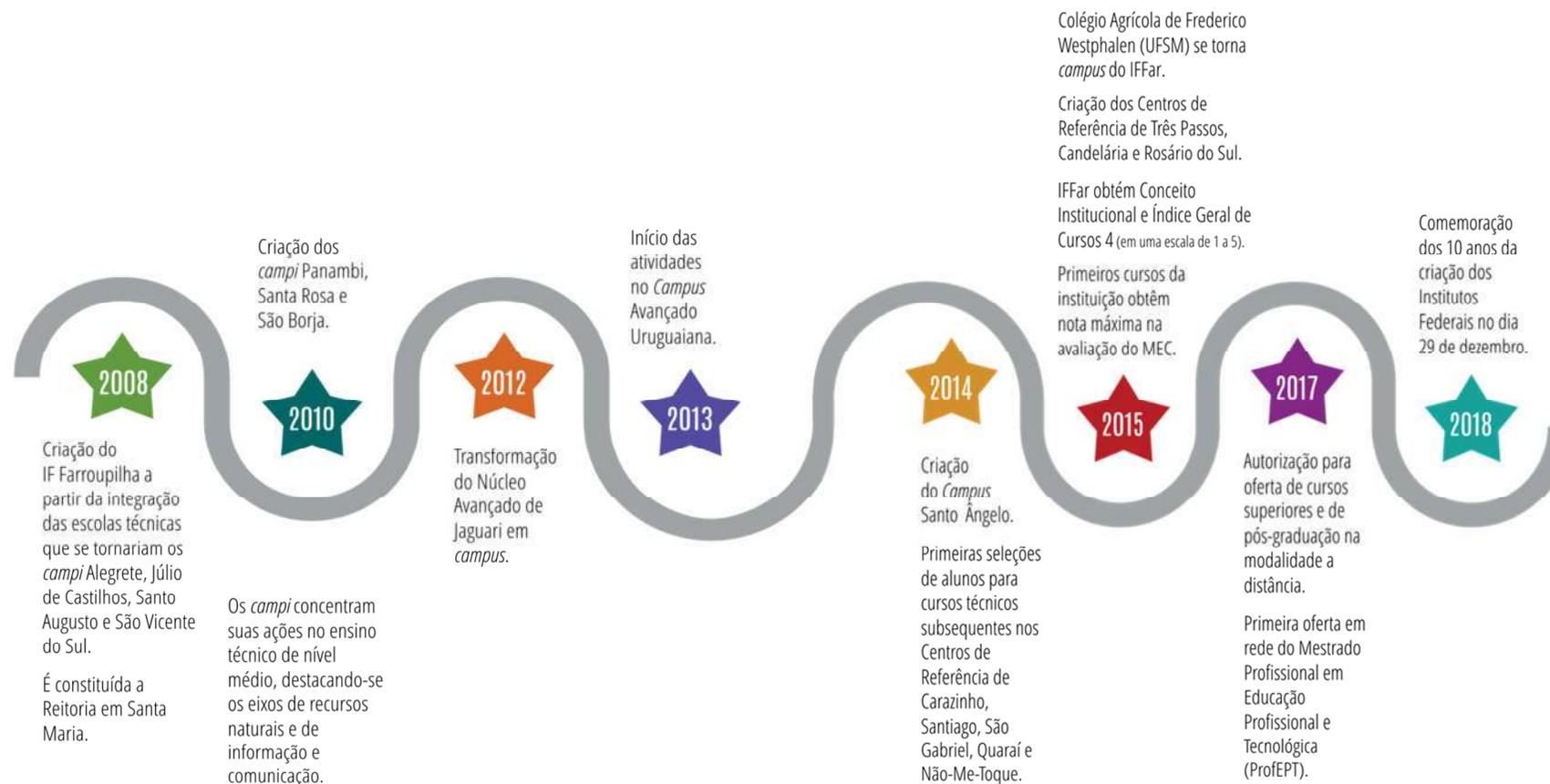
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IF Farroupilha – foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, de sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos, da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, e do acréscimo da Unidade Descentralizada de Ensino de Santo Augusto que anteriormente pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves. Caracteriza-se como uma instituição com natureza jurídica de autarquia, que lhe confere autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (IFFAR, 2014, p. 14).

Na expansão da rede federal e do IFFar, no ano de 2010 nessa instituição houve a criação do Campus Panambi, Campus Santa Rosa e Campus São Borja; no ano de 2012, com a transformação do Núcleo Avançado de Jaguari em campus, em 2013, com a criação do Campus Santo Ângelo e com a implantação do Campus Avançado de Uruguaiana. Em 2014, foi incorporada ao IFFar o Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, que passou a se chamar Campus Frederico Westphalen.

Além dos dez campi e do campus avançado de Uruguaiana, a instituição conta com dois Centros de Referência, localizados em Santiago e em São Gabriel, e atua em vários municípios do RS com Polos de Educação a Distância (EaD): São Borja, Ronda Alta e Giruá, ou Polos da Universidade Aberta (UAB): Barra do Quaraí, Cachoeira do Sul, Candelária, Frederico Westphalen, Panambi, Rosário do Sul, Santa Rosa, São Gabriel, São Vicente do Sul, Sobradinho e Uruguaiana. (IFFAR, 2018). A sede da Reitoria, está localizada na cidade de Santa Maria, a fim de garantir condições adequadas para a gestão institucional, facilitando a comunicação e integração entre os campi.

Observar o contexto da criação do IFFar, dos seus devidos campi até a situação em que se encontra atualmente é fundamental para que nossa história seja preservada e valorizada, sendo demonstrado todo esse marco histórico na Linha do Tempo, logo abaixo:

Figura 01: Linha do Tempo do Instituto Federal Farroupilha



Fonte: IFFar (2019).

O IFFar buscando atender as necessidades locais e regionais, com ênfase em uma formação geral, laica, com princípios humanistas e de base cultural ampla, possui cursos de Formação Inicial Continuada, Educação Básica Integrada à Educação Profissional, EJA, Cursos Técnicos Subsequentes, Cursos Superiores de Graduação, Pós-Graduação e Cursos de Extensão (IFFAR, 2020b, p. 20), sendo uma instituição pluricurricular e multicampi. Nesse sentido, os Institutos são equiparados às universidades, como instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária.

Conforme houve o crescimento da rede federal de ensino, houve a ampliação na oferta de vagas, sendo disponibilizados dessa forma maiores investimentos nos programas de assistência estudantil nestas instituições de ensino, incluindo o IFFar com ações fundamentais para a permanência e o êxito de muitos estudantes que obtiveram, a partir desta ampliação, mais oportunidades para continuarem seus estudos, da formação técnica a pós-graduação.

A inserção na comunidade reforça a importância e a necessidade para a região de um centro de estudos como o IFFar. Entre as ações que são desenvolvidas destacam-se:

No sentido de integrar cultura, ciência, e tecnologia como base da proposta político-pedagógica dos cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, a Assistência Estudantil, por meio da Resolução Nº 12/2012, estabelece, em sua política de atendimento ao educando, um eixo de ação voltado a promover cultura, esporte e lazer. Ao tratar mais especificamente da cultura e suas manifestações, tem-se como objetivo “a promoção da formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios de caráter cultural, artístico, científico e tecnológico” (IFFAR, 2014, p. 156).

Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (Ciavatta, 2005, p. 2-3).

Para Araújo e Frigotto (2015), o EMI é compreendido como um projeto comprometido com a formação inteira, sem fragmentações e dicotomias, uma formação humana integral. As políticas de assistência estudantil, por sua vez, têm por finalidade subsidiar o acesso, a permanência e a conclusão do discente, seja por subsídios financeiros ou não.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi criado em 2010, através do Decreto no 7.234, tendo como finalidade “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (Brasil, 2010). Conforme esse Decreto, as ações desse programa devem ser desenvolvidas nas áreas de: moradia estudantil, alimentação, transporte,

atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. No caso do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia, o programa amplia-se aos discentes do ensino médio técnico, além do superior.

Através do Regulamento do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional do IFFar, baseado no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) as nutricionistas planejam e executam as etapas necessárias para a distribuição da alimentação aos discentes dos cursos médios integrados e os amparados por essa legislação.

2.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um programa cujo desenvolvimento acompanhou os movimentos sociais e o percurso histórico, respondendo às diferentes demandas ao longo do tempo e sendo, ainda, extremamente necessário, considerando-se a realidade brasileira. Atualmente o programa é gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que repassa valores às Entidades Executoras (EEx) (FNDE, 2020).

Esse programa oferece alimentação escolar e ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

O PNAE é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e também pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. A partir de 2006, uma conquista fundamental foi a exigência da presença do nutricionista como Responsável Técnico pelo Programa, bem como do quadro técnico composto por esses profissionais em todas as EEx, o que permitiu uma melhoria significativa na qualidade do PNAE quanto ao alcance de seu objetivo (Brasil, 2021).

A partir de 2006, foi estabelecida parceria do FNDE com as Instituições Federais de Ensino Superior, culminando na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar – Cecanes, que são unidades de referência e apoio constituídas para desenvolver ações e projetos de interesse e necessidade do PNAE com estrutura e equipe para execução das atividades de extensão, pesquisa e ensino. Dentre essas atividades, merece

destaque as capacitações dos atores sociais envolvidos no Programa (Brasil, 2006).

Em 2009, a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho (Brasil, 2009), trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de Jovens e Adultos, e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Outra mudança importante foi a inclusão do atendimento, em 2013, para os alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado – AEE, para os da Educação de Jovens e Adultos semipresencial e para aqueles matriculados em escolas de tempo integral (Brasil, 2009).

Em 17 de junho de 2013, foi publicado a Resolução FNDE nº 26 (Brasil, 2013), que fortalece um dos eixos do Programa, a EAN, ao dedicar uma seção a essas ações. Essa medida vai ao encontro das políticas públicas atuais relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), visto a existência desse Plano, do Plano Nacional de Combate à Obesidade e do Plano de Ações Estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) (Brasil, 2021).

Destaca-se ainda que, em 02 de abril de 2015, a Resolução CD/FNDE nº 4 (Brasil, 2015), considerando o fortalecimento da Agricultura Familiar e sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico local, alterou a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução FNDE nº 26, que tratavam da aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações.

Em 8 de maio de 2020, foi publicada a Resolução FNDE nº 6, fruto de um processo de construção coletiva, participativa e intersetorial, apresentando alterações significativas nos aspectos nutricionais, pois incorporou as recomendações propostas por Grupos de Trabalho, baseadas nas evidências científicas disponíveis sobre os impactos do processamento de alimentos na saúde da população, os marcos legais existentes, os dados sobre a aquisição de alimentos e refeições fornecidas aos escolares no âmbito do PNAE (informados no Sistema de Gestão de Prestação de Contas Online do FNDE – SiGPC), a viabilidade de execução e desenvolvimento local, o custo das refeições e a importância do efetivo controle social sobre o cumprimento dos parâmetros nutricionais (Brasil, 2020).

2.3.1 Objetivos e diretrizes do PNAE

O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos

alunos, por meio de ações de EAN e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola.

São objetivos complementares do PNAE “Envolver todos os entes federados (estados, Distrito Federal e municípios) na execução do Programa; Estimular o exercício do controle social; Dinamizar a economia local, contribuindo para geração de emprego e renda; Respeitar os hábitos alimentares e vocação agrícola local” (Brasil, 2009, p.11).

Para a execução do PNAE, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, institui como diretrizes da alimentação escolar:

- I – o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;
- II – a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;
- III – a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;
- IV – a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;
- V – o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;
- VI – o direito à alimentação escolar, visando garantir a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontrem em vulnerabilidade social (Brasil, 2009, p.10-11).

Em 2020 e 2021 a situação de milhares de famílias brasileiras se complicou devido à pandemia mundial de coronavírus (Covid-19). As aulas presenciais foram suspensas pelo governo brasileiro e buscou-se alternativas para manter o PNAE em funcionamento, a opção foi a distribuição de kits de alimentos. Como já havia sido nomeado responsável técnico pela execução do programa, os nutricionistas também foram responsáveis pela orientação para montagem dos kits (FNDE, 2020).

No sentido ao amparo legal, quanto à execução do PNAE, durante a pandemia, em abril de 2020 foi publicada a Lei Nº 13.987, de 07 de abril de 2020 que alterou a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas, em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica (Brasil, 2020_a). Em

caráter complementar, em 09 de abril de 2020 foi publicada a resolução 02 que dispõe sobre a execução desse programa e que foi reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 (Brasil, 2020b).

Compreendendo que a alimentação é um direito social estabelecido no Artigo 6º da Constituição Federal e que a alimentação escolar de instituições públicas gratuitas é dever do estado, o PNAE é um grande promotor da alimentação adequada e saudável e da garantia da SAN de milhares de estudantes em âmbito nacional (Amorin *et al.*, 2020).

No contexto da pandemia, o PNAE passou a ter ainda mais um papel central para a SAN, dado que o isolamento social expôs e aumentou o desemprego ou subemprego no país, com consequente aumento da fome por milhares de brasileiros. Dessa forma, foram necessárias criar e executar ações sociais, as quais foram fundamentais para garantir o acesso à alimentação a milhares de estudantes e seus familiares (Bicalho e Lima, 2020).

Assim, para além do problema sanitário, a doença também refletiu a desigualdade social em seus vários aspectos. Além das dificuldades pedagógicas para as aulas à distância, considerando as grandes desigualdades econômicas e que se refletem no acesso à tecnologia no país, outra questão que se apresentou imediatamente foi à garantia de alimentação para milhares de crianças que diariamente realizavam uma ou mais refeições nas escolas (Brasil, 2020c).

Para Amorin, Ribeiro Junior e Bandoni (2020) a suspensão das aulas significou, em muitos casos, a interrupção ou a precarização do acesso à alimentação. Buscando minimizar os problemas advindos dessa situação, em 09 de abril de 2020 (Brasil, 2020), o MEC publicou a Resolução nº 2/2020 com as diretrizes sobre a forma que os alimentos deveriam ser distribuídos pelas EEx do Programa, seguindo o estabelecido no marco legal do PNAE.

Segundo a legislação do PNAE (Brasil, 2009) e do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN, 2010) os cardápios das escolas devem ser elaborados pelo profissional nutricionista, que é o responsável técnico por essa ação. Durante a pandemia, conforme a Resolução CD/FNDE nº 2/2020, esse profissional também teve o encargo da elaboração, distribuição e definição dos alimentos que iriam compor esses kits, considerando que o mesmo conhece os discentes e a realidade de seu território.

As nutricionistas, para a montagem dos kits observaram algumas questões como: o estoque da escola, o planejamento prévio que foi realizado e a qualidade nutricional dos gêneros alimentícios a serem distribuídos. Ficou sob-responsabilidade da mesma assessorar o gestor para selecionar quais alimentos foram distribuídos e em qual período de tempo realizou-se esta distribuição.

A Resolução CD/FNDE nº 6/2020 (Brasil, 2020d) determinou também que se deveria ter um cuidado especial quanto à avaliação sanitária dos alimentos e os protocolos de segurança quanto ao novo coronavírus. Estabeleceu-se também que as nutricionistas deviam ter atenção especial com os discentes que possuíam necessidades alimentares especiais, orientando os familiares e responsáveis quanto à sua alimentação.

Para Bicalho Lima (2020) uma consideração fundamental que deve ser feita é que ao ser entregue à família os alimentos não foram consumidos apenas pelos escolares, mas divididos. Assim, os autores sugerem que as ações desenvolvidas pelo PNAE estejam aliadas a outras ações do governo e que possam minimizar o risco de insegurança alimentar para as crianças e para os seus familiares.

Outro aspecto que deve ser problematizado é a opção de algumas EEx em repassar a verba desse programa diretamente para as famílias, para que estas comprem os produtos. Nesse caso não há como garantir a qualidade nutricional dos alimentos que serão adquiridos, além de suprimir a possibilidade da venda da agricultura familiar para o programa.

O FNDE teve o cuidado de ressaltar em suas normativas que os kits que seriam distribuídos no período da pandemia deveriam seguir as determinações da legislação do PNAE no que se refere à qualidade nutricional, bem como a manutenção do fornecimento de frutas e de hortaliças in natura e a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Considerando também a universalidade do programa, os recursos federais recebidos deveriam ser utilizados buscando atender todos os estudantes matriculados na educação básica pública (Brasil, 2020a).

A qualidade nutricional é de extrema importância, pois os dados do ministério da saúde em 2020 apontavam que entre todos os adolescentes brasileiros 11 milhões estavam com excesso de peso, o que indica alto consumo de alimentos ultraprocessados e baixo consumo de frutas, legumes e verduras in natura, feijão e predominando os biscoitos salgados, recheados e refrigerantes.

A alimentação escolar do IFFar, enquanto formadora de hábitos alimentares, na organização de kits de alimentos priorizou pela qualidade nutricional usando alimentos in natura, contribuindo para o aumento das fibras, redução de sódio, gorduras e açúcares, esperando contribuir com a redução índices de doenças.

2.3.2 Programa de Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN) do IFFar

O Programa de Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN) surge a partir da resolução

CONSUP N° 054/2018, de 25 de junho de 2018 (IFFAR, 2018), com texto alterado pela Resolução CONSUP N° 027/2019, de 07 de agosto de 2019 (IFFAR,2019). Em seu art. 17 apresenta a execução das suas ações que serão garantidas através dos recursos do PNAE, do PNAES e com recursos de funcionamento da Rede Federal. Menciona que deverão ser investidos, no mínimo, 30% dos recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios e/ou produtos oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural.

A Educação Alimentar Nutricional (EAN) no ambiente escolar, incluindo o âmbito do ensino médio integrado (EMI) é extremamente necessária e construtiva, sendo uma ferramenta que amplia conhecimento e corrobora na formação humana integral, indo para além do conteúdo programático previsto pelas grades curriculares.

No IFFar a alimentação é ofertada prioritariamente aos discentes da Educação Básica e dos Cursos de Graduação que comprovarem possuir renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sendo gratuita e universal (IFFar,2018, p.4). Os cardápios devem ser elaborados pelo nutricionista do campus, com a utilização de gêneros alimentícios básicos e planejados para atender, em média as necessidades nutricionais, conforme percentuais abaixo:

- I – no mínimo 20% das necessidades nutricionais diárias, quando ofertada uma refeição, para os estudantes que permanecem na Instituição em apenas um turno;
- II – no mínimo 70% das necessidades nutricionais diárias, distribuídas em, no mínimo, três refeições, para os estudantes que permanecem na Instituição em dois turnos;
- III – 100% das necessidades nutricionais diárias, distribuídas em, no mínimo, três refeições, para os estudantes da Educação Básica e dos Cursos Superiores (IFFAR, 2019, p.5).

Considerando que a pandemia da Covid-19 impactou na crise econômica são fatos associados diretamente ao avanço da fome observado nos últimos dois anos. O I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar (VIGISAN)⁴ divulgado em abril de 2021, apontava 19 milhões de brasileiros passando fome. Também deve ser levado em consideração, o esvaziamento de políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PNAE.

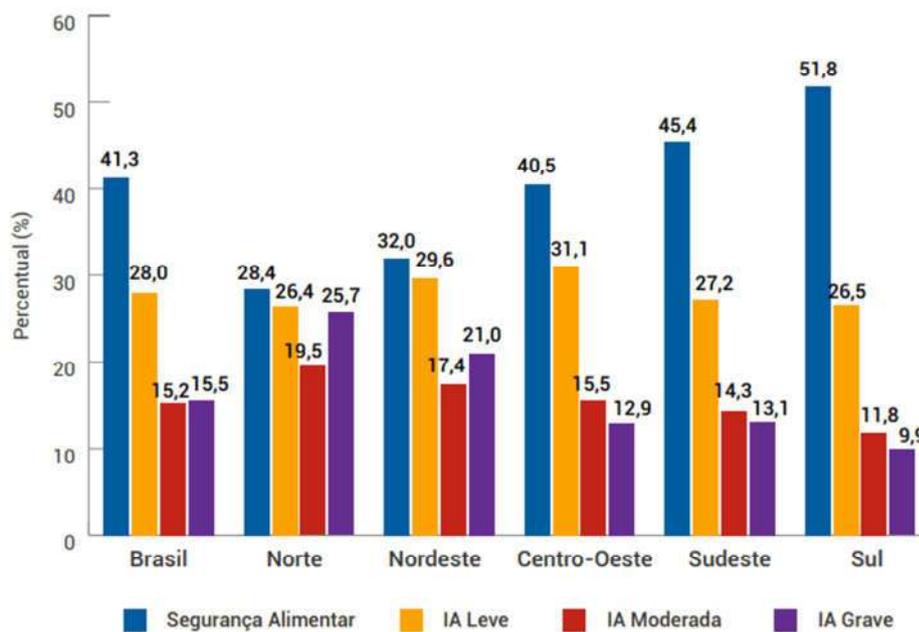
Os últimos relatórios mostram que um em cada dez brasileiros (9,9%) passava por situação de insegurança alimentar severa entre 2020 e 2022. Além disso, quase um terço (32,8%) da população do país está incluído nas categorias de insegurança alimentar severa ou moderada, o que equivale a 70,3 milhões de brasileiros. A situação mostra um agravamento no acesso à segurança alimentar no país. Os dados anteriores, de 2014 a 2016, indicavam

percentual de 18,3% (OMS, 2023).

Considerando as seis (06) regiões do país observa-se que a região Sul é a que apresenta melhores índices de Segurança Alimentar, conforme o gráfico 01.

Gráfico 01: A Segurança Alimentar nas diferentes regiões do Brasil.

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no país. Brasil e macrorregiões. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



Fonte: VIGISAN, 2023.

No entanto, dados divulgados em 2022 pela Rede Brasileira em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), 14,1% dos domicílios no Rio Grande do Sul (RS) sofrem insegurança alimentar grave. Essa estatística coloca o RS na frente dos outros Estados do Sul em relação ao problema (VIGISAN, 2022b).

Considerando esses dados alarmantes, tanto em nível de país, como de Estado do Rio Grande do Sul, o objetivo da nossa pesquisa foi “analisar como ocorreu a organização e a distribuição dos kits de alimentos pelo IFFar durante a pandemia da Covid-19, entregue às famílias dos discentes do ensino médio integrado na visão das nutricionistas gestoras do PNAE”

3 METODOLOGIA

Ao definir a realização de uma pesquisa, surgem indagações de qual o melhor caminho metodológico a ser seguido. A metodologia, a partir da utilização de métodos delimitados, procura responder questões referentes a como, onde, quando e com quem serão coletadas as informações que depois de analisadas pretendem responder o problema proposto.

Dessa forma,

[...] método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. [...] engloba o indutivo, o dedutivo, o hipotético-dedutivo e o dialético [...] (LAKATOS, 2003, pág. 221).

Ao desenvolvermos uma pesquisa com um método definido, implica em cultivar criticidade, amadurecimento, reflexão sobre uma temática e assim agregar conhecimentos em nossa sociedade.

3.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa averiguada tem um caráter exploratório, pois se preocupa em proporcionar o entendimento do problema, tornando-o mais explícito ou a fim de constituir hipóteses, tendo por principal objetivo o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições (Gil, 2002, p. 41). Ou seja, pretendeu-se com essa pesquisa compreender como aconteceram os processos de organização e distribuição dos kits de alimentos durante o período da pandemia da Covid-19 no âmbito do IFFar.

O embasamento teórico foi realizado por meio do levantamento bibliográfico e análise documental. O levantamento bibliográfico constitui-se no primeiro passo de todo trabalho científico, além de, na maioria dos casos, desenvolver um trabalho preliminar ou preparatório para outro tipo de pesquisa (Andrade, 2010).

A análise bibliográfica foi realizada através de referenciais teóricos e a documental foi através de legislações, decretos, editais e dados secundários armazenados na secretaria dos campi, sobre as matrículas de alunos do Ensino Médios Integrados contemplados para recebimento de kits de alimentação e das quais os nutricionistas dos devidos campi de estudo tem acesso.

A pesquisa documental é um método de coleta de dados caracterizada pela dimensão temporal e pela menor interferência do pesquisador sobre o objeto pesquisado (Cellard, 2008). Com base nos critérios propostos por Cellard (2008), de credibilidade e representatividade a pesquisa contemplará o arcabouço normativo sobre o tema, relatórios e documentos oficiais.

O ponto central deste estudo, foi baseado na aplicação de uma entrevista no intuito de verificar como ocorreu a organização e a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia de Covid-19 na percepção das nutricionistas do IFFar. Nesse sentido, essa investigação pode ser classificada como uma pesquisa de campo. Conforme Fonseca (2002, p. 32), “A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post- facto, pesquisa-ação, pesquisa participante)”.

Ainda, a análise foi desenvolvida a partir de abordagens qualitativas e quantitativas, que se complementam, como forma de interpretação dos dados. A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2010, p. 57): “[...] se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”.

Conforme Triviños (1987, p. 128-129), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, propiciando conhecer intimamente o objeto de investigação, dada a aproximação com a realidade analisada.

Quanto à pesquisa quantitativa:

Compreender a importância dessas pesquisas para o enriquecimento do conhecimento sobre os diversos cenários educacionais mostra-se como uma necessidade urgente frente a crescente utilização de dados quantitativos atrelados a políticas educacionais que, muitas vezes são fetichizados em uma espécie de ciência verdadeira dada o seu caráter matemático, trazendo um quê de inquestionabilidade que deve ser rechaçado. É de interesse geral que os profissionais da educação, sobretudo professores, tomem para si a capacidade de lidar com dados quantitativos, bem como refletir sobre suas análises (Pereira, Ortigão, 2016, p.78).

Portanto, os métodos descritos, procedem à construção dos instrumentos adequados à realização dessa investigação, pois englobam diferentes procedimentos que atendem as necessidades desta pesquisa em particular.

3.2 Local da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do IFFar e contemplou os campus de Alegrete, Jaguari, Júlio de Castilhos, Panambi, Santo Ângelo, São Borja, São Vicente do Sul, Uruguaiiana, situados no estado do Rio Grande do Sul, conforme mostrados na Figura 02.

Figura 02: Mapa de localização das unidades que compõem o âmbito do IFFar.



Fonte: <https://www.iffarroupilha.edu.br/unidades-iffarroupilha>

Também pertencem ao IFFar, embora não façam parte deste estudo, os Campus de Frederico Westphalen por não possuir nutricionista e Santo Augusto, que embora possuísse nutricionista, estava em afastamento no período da pesquisa. O Campus de Santa Rosa foi excluído da pesquisa por ser a origem de lotação da pesquisadora e sua orientadora.

Especificamente nesse momento, deparamo-nos com novas estratégias para ofertar alimentação aos discentes dos cursos de EMI. Dessa forma, o relato das nutricionistas dessa instituição contribuirá significativamente para essa pesquisa sobre a organização na oferta e distribuição de kits de alimentos, a esses discentes.

3.3 Amostra

As participantes da pesquisa foram oito (8) nutricionistas do IFFar, integrantes do campus Alegrete, Jaguari, Júlio de Castilhos, Panambi, Santo Ângelo, São Borja, São Vicente do Sul, Uruguaiiana, situados no estado do Rio Grande do Sul. O Campus Frederico Westphalen não tem nutricionista e Santo Augusto está em afastamento para doutorado.

Para realização dessa pesquisa foi necessário aproximar-se das participantes da pesquisa através de autorização institucional. Assim, formalizamos ao IFFar o interesse pela pesquisa através do Termo de Autorização Institucional (TAI), conforme a Plataforma Brasil.

A proposta de estudo foi apresentada as participantes formalmente, esclarecendo os fundamentos metodológicos e éticos através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O TCLE foi enviado através de um convite de participação por e-mail institucional, individualmente, acompanhado desse termo, também enviamos o Termo de Confidencialidade (TC) as participantes que foram entrevistadas. Esses termos foram enviados em formato pdf, o participante assinou e enviou novamente como resposta para o pesquisador, não utilizamos o *google forms*.

3.4 Critérios de inclusão

O presente estudo teve como propósito aplicar a entrevista semiestruturada para as nutricionistas do IFFar. Para serem incluídos nesta pesquisa, as participantes deviam ser nutricionistas dos Campus do IFFar. As participantes só puderam participar da pesquisa após terem assinado os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e recebimento do Termo de Confidencialidade.

3.5 Critérios de exclusão

No que tange os critérios de exclusão foi considerado como excluído do processo de levantamento de dados os participantes que não assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), bem como os participantes que não retornaram o contato inicial de sondagem acerca da participação neste estudo. Por fim, foram excluídos da pesquisa todos os participantes que não atenderam aos critérios de inclusão citados acima e o campus da pesquisadora e orientadora.

3.6 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada através de uma entrevista semiestruturada (Apêndice D) com perguntas descritivas, permitindo a narrativa das nutricionistas sobre a distribuição dos kits de alimentos às famílias dos discentes do EMI do IFFar, durante o período da pandemia.

A memória é uma construção feita no momento presente a partir de

vivências/experiências ocorridas no passado. Assim sendo, Aristóteles (*Apud* Seligmann-Silva, 2008, p. 74) já dizia que a “memória é um conjunto de imagens mentais das impressões sensuais, com um adicional temporal, assim tratando-se de um conjunto de imagens de coisas do passado”. Logo, a memória está ligada à questão das lembranças: dos conhecimentos, das ideias, dos fatos adquiridos no momento progressivo.

Essa entrevista semiestruturada foi adaptada do FNDE aplicada às nutricionistas servidoras dos Campus participantes do estudo, e cada participante foi convidada a responder de forma individual, via plataforma *google meet*. Esse convite foi feito previamente por *e-mail*, institucional, combinando o melhor horário e dia, conforme sua disponibilidade, no momento em que foi enviado o link <https://meet.google.com/nix-ipsx-nwr> para a sua participação.

A participação das nutricionistas foram muito importantes e ajudaram a pensar estratégias para minimizar possíveis consequências pela falta da alimentação diária ofertada nos refeitórios, decorrentes da interrupção das aulas presenciais, dessa forma foi possível conhecer como ocorreu a gestão da alimentação escolar em cada Campus do IFFar, de forma a possibilitar o conhecimento das múltiplas e complexas realidades durante período tão crítico da pandemia.

A utilização da entrevista semiestruturada, como instrumento de produção de dados, foi aplicada com o objetivo de obter diagnósticos e explicações, bem como uma abordagem mais subjetiva de como ocorreu a organização e distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia da covid-19 aos discentes do EMI do IFFar. Segundo Minayo (2002, p. 57), a entrevista “não significa uma conversa despreziosa e neutra”, e sim uma conversa “com propósitos bem definidos”.

O questionário, segundo Gil (1999, p.128) pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Todas as respostas foram gravadas através de um programa, para serem transcritas e analisadas. Após a transcrição, a entrevista foi enviada para o participante, para que pudesse ter acesso às suas respostas e para que confirmasse o conteúdo de suas narrativas. As informações ficarão sob a responsabilidade do Grupo de Ensino e Pesquisa, Meio Ambiente, Saúde e Sociedade (GEPMASS) do IFFar, do qual a pesquisadora faz parte, e serão armazenadas por um período de cinco anos, em um pen-drive, a contar da publicação dos resultados da pesquisa. Todas essas entrevistas foram realizadas no período de março a agosto

de 2023.

Antes de iniciarmos foi realizada uma entrevista piloto com o objetivo de identificar possíveis limitações do instrumento que comprometessem a qualidade da produção de dados, permitindo dessa forma testar a fluidez dos questionamentos sugeridos, como também ser um indicativo de possíveis alterações das indagações previstas preliminarmente.

Segundo Seligmann-Silva “a base do testemunho consiste em uma ambiguidade: por um lado, a necessidade de narrar o que foi vivido, e por outro, a percepção de que a linguagem é insuficiente para dar conta do que ocorreu”. Em virtude disso, Maldonado e Cardoso também falam que há um paradoxo que reforça o duplo aspecto que o trauma comporta: “a impossibilidade e a necessidade de sua representação””. “Diante do traumático, um testemunho se assenta necessariamente sobre a experiência-limite de um narrador que perfurou a barreira entre a vida e a morte” (Maldonado e Cardoso, 2009, p. 9).

Ainda, foram analisadas as legislações e políticas públicas, que dizem respeito à alimentação, como a Constituição Federal de 1988; o Direito Humano à Alimentação Adequada contemplado no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/1996). o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); a Resolução nº 06 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE, e ainda, a Resolução CONSUP nº 054/2018, de 25 de junho de 2018 com texto alterado pela Resolução CONSUP Nº 027/2019, de 07 de agosto de 2019. Aprova o Regulamento do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

3.7 Análise de dados

Nessa pesquisa, os dados qualitativos foram avaliados através da análise de conteúdo, que pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdos (verbais ou não-verbais). Segundo Bardin (1977, p. 42), a análise de conteúdo é “Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/serviço (variáveis inferidas) destas mensagens”.

Trata-se de um procedimento de análise que considera os diferentes contextos dos

participantes e os sentidos que emanam de suas falas. Dessa forma, a condução da análise dos dados abrange várias etapas, a fim de que se possa conferir significação aos dados coletados. Optou-se por tomar como balizador deste estudo, as etapas da técnica proposta por Bardin (1977, p.95), uma vez que é a obra mais citada em estudos qualitativos na área de Administração. Essas etapas são organizadas em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Segundo Bardin (1977, p.95), a primeira fase, a da “pré-análise”, “[...] tem como objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais”. É desenvolvida para sistematizar as ideias colocadas pelo referencial teórico e estabelecer indicadores para a interpretação dos dados coletados.

A segunda fase, de acordo com Bardin (1977, p.101), é a da “exploração do material”, que “[...] consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”, e por fim, a terceira fase, denominada de “tratamento dos resultados obtidos e interpretação”, compreende o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, que consiste em captar os conteúdos contidos em todo material coletado (entrevistas, questionários, documentos e observações) (Bardin, 1977).

3.8 Aspectos éticos

A pesquisa observou os princípios éticos que envolvem seres humanos, em conformidade com as normas vigentes. Foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFFar, parecer número 5.777.306 em 26/10/2022, sob número 64124622.7.0000.5574, constante do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE).

O processo ético dessa pesquisa teve como base a resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466/2012 e 510/2016 que versa sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas com seres humanos. Destacamos que todos os cuidados foram tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações fornecidas. O anonimato dos envolvidos será preservado em qualquer circunstância, no que envolve todas as atividades ou materiais escritos que se originarem deste estudo.

Ressaltamos que os resultados das informações obtidas, depois de organizadas e analisadas, serão divulgadas e publicadas no meio científico, ficando a pesquisadora comprometida em garantir que sua identidade não será revelada em nenhum momento.

A participação nesse estudo foi voluntária e anônima e a decisão de participar ou não

da pesquisa foi exclusiva da participante. Em qualquer momento do estudo, a participante poderia solicitar informações sobre os procedimentos relacionados à pesquisa, não sofrendo nenhum tipo de penalidade ou prejuízo.

Assim, formalizamos contato com as participantes da pesquisa, de forma individual, por *e-mail*, sendo necessária para inclusão no estudo, a assinatura do TCLE, assim como o recebimento do Termo de Confidencialidade para o início das intervenções. Para esse propósito as participantes assinaram esses dois documentos, os quais foram enviados por *e-mail*.

Dessa forma, garantimos que os dados fossem sigilosos, já que não iríamos divulgar os nomes e nem os Campus de sua origem, pois somente serão utilizados para o objetivo deste estudo. Todas as participantes dessas entrevistas foram mencionados de acordo com uma numeração contínua, de um (1) a oito (8), de forma aleatória considerando a ordem da entrevista, sem identificar o *Campus*. Os resultados retornaram a todos participantes por meio da socialização do produto a ser desenvolvido.

3.9 Riscos aos participantes

Os riscos aos participantes dessa pesquisa foram considerados mínimos por envolver apenas a participação nas entrevistas. Os possíveis riscos que poderiam ter ocorrido estavam relacionados ao tempo despendido para participar da entrevista, ao cansaço, ao desconforto em responder alguma pergunta, a insegurança quanto à resposta que melhor refletisse sua opinião diante de suas percepções, a tontura, dores ou mesmo constrangimento emocional, pois, na oportunidade, fizeram reflexões sobre suas vivências e suas narrativas e trajetória de vida pessoal e profissional. Se isso ocorresse, a pesquisadora perguntaria a entrevistada se desejaria interromper a entrevista ou continuar com a mesma, ficando a pesquisadora responsável por ceder o tempo necessário para o seu restabelecimento. Não houve necessidade de amparo emocional, seria de inteira responsabilidade da pesquisadora assumir a assistência integral das complicações e danos decorrentes dos riscos previstos.

Caso fosse necessário atendimento por profissional de saúde, o participante seria encaminhado para o serviço de saúde pública mais próxima ou de sua preferência, o que também não foi necessário durante a pesquisa.

A participação de todas as entrevistadas na pesquisa foi livre e voluntária. Sendo assim, poderiam solicitar a qualquer tempo informações sobre os procedimentos relacionados ao estudo. Inclusive, retirar seu consentimento ou interromper a participação em qualquer

momento, sem incorrer em qualquer penalidade ou prejuízo.

Não houve remuneração para a participação nesta pesquisa, visto não ter nenhuma despesa ou custas com a participação na mesma, uma vez que estas foram realizadas de forma virtual. Entretanto, caso houvesse algum tipo de dano ou despesa comprovadamente decorrente da participação na pesquisa seria providenciado o devido ressarcimento, ou seja, as despesas decorrentes de sua participação seriam ressarcidas e os danos indenizáveis.

As entrevistas somente foram iniciadas após a manifestação eletrônica de autorização. Utilizamos a linguagem do participante, respeitando sua história e opiniões, sempre com sentido lógico à pessoa entrevistada e de forma neutra e imparcial.

3.10 Benefícios aos participantes

Toda pesquisa espera trazer benefícios à sociedade. Os benefícios decorrentes da participação nesta pesquisa foram indiretos e centraram-se ao nível das contribuições científicas que foram produzidas com a investigação.

Foram produzidos conhecimentos importantes, sobre a organização na oferta e distribuição de kits de alimentos durante a pandemia para a comunidade escolar em geral, frente ao contexto de isolamento social e transtornos da pandemia do novo coronavírus, que contribuirão com a construção da memória do IFFar.

Os registros de todas essas ações ficarão na memória do IFFar e servirão para conduzir práticas futuras dirigidas a minimizar os efeitos nutricionais e a insegurança alimentar causados por momentos de adversidades prolongada e a falta da alimentação ofertada diariamente no refeitório do IFFar, de acordo com as necessidades dos discentes do ensino médio integrado.

3.11 Produto educacional

O regulamento geral do ProfEPT define: Art.2º O ProfEPT tem como objetivo geral proporcionar formação em Educação Profissional e Tecnológica, visando tanto à produção de conhecimentos como ao desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado (MEC, 2023).

Nesse sentido, elaboramos, junto ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – ProfEPT, uma cartilha sobre “A organização

e memórias da distribuição de kits de alimentos a estudantes do IFFar durante a pandemia da Covid-19”, com a intenção de contribuir com a construção da memória do mesmo, possibilitando conhecer a história dessa instituição e de como ocorreu a oferta da alimentação escolar.

Essa cartilha registrou os momentos vivenciados pelas nutricionistas, discentes e seus familiares contribuindo com as mesmas para a construção de estratégias e técnicas de alimentação ofertadas de forma híbrida², em prol da redução da insegurança alimentar e nutricional.

Este produto educacional é direcionado para o público da EPT, assim como para a sociedade em geral que tenha interesse em conhecer como aconteceu a distribuição dos kits de alimentos pelo IFFar, ampliar os conhecimentos sobre a oferta da alimentação escolar durante os anos de 2020 a 2021 e também selecionar melhor os alimentos para uma alimentação saudável.

4 ANÁLISE DE DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

Neste capítulo, apresentam-se as análises efetuadas a partir dos dados coletados e avaliados, através de análise documental e das entrevistas realizadas, para alcançar o objetivo deste trabalho que foi “Analisar como ocorreu a organização e a distribuição dos kits de alimentos pelo IFFar durante a pandemia do Covid-19, entregue às famílias dos discentes do ensino médio integrado na visão das nutricionistas gestoras do PNAE”.

Por meio da análise documental, buscou-se descrever o contexto sobre as legislações que ampararam as decisões do IFFar durante esse período, para a continuidade da oferta de alimentação escolar aos discentes da educação básica. Analisou-se os documentos propostos pelo PNAE, bem como as consequências causados ao IFFar a partir dessa nova estratégia. A coleta dos dados foi efetivada nos *sites* oficiais do FNDE, PNAE, MEC, MS, IFFar, em artigos científicos nas plataformas da BDTD, ScieLO, Google Acadêmico, CAPES que relataram sobre kits de alimentos durante os anos de 2020 e 2021.

A princípio o universo da pesquisa abrangeu dez (10) participantes das onze (11) unidades do IFFar. Como já mencionado anteriormente, foram excluídos o *campus* da pesquisadora e da orientadora. A amostragem inicial contemplava dez (10) participantes, contudo, foi possível realizar as entrevistas somente com oito (8), representando oitenta por

² Presencial e a distância.

cento (80%) da amostragem.

A participação nesse estudo foi voluntária e anônima e a decisão de participar ou não da pesquisa foi exclusiva do(a) participante. Nesse estudo, os participantes foram mencionados através de uma numeração contínua, de 1 a 8, de forma aleatória, considerando a ordem da entrevista, sem identificar o campus.

Com o objetivo de fazer uma análise mais aprofundada das respostas de cada participante da pesquisa, e ao mesmo tempo manter oculto, preferiu-se organizar os dados sociodemográficos que caracterizam o perfil das oito (8) participantes deste estudo, conforme o Quadro 01.

Quadro 01: Dados dos Participantes da Pesquisa.

 Nutricionista	 Idade	 Gênero	 Formação	 Tempo de Instituição	 Gestão/Refeitório	 Entrevista	 Categoria Servidor
01	31 anos	Feminino	Graduação	6 anos	Mista	Sim	TAE
02	51 anos	Feminino	Pós-Graduação	19 anos	Própria	Sim	TAE
03	36 anos	Feminino	Doutorado	9 anos	Terceirizada	Sim	TAE
04	31 anos	Feminino	Mestrado	9 anos	Própria	Sim	TAE
05	43 anos	Feminino	Pós Graduação	14 anos	Própria	Sim	TAE
06	42 anos	Feminino	Mestrado (ProfEPT)	8 anos	Terceirizada	Sim	TAE
07	41 anos	Feminino	Mestrado	14 anos	Própria	Sim	TAE
08	31 anos	Feminino	Graduação	6 anos	Terceirizada	Sim	TAE

Fonte: Elaborado pela autora.

Mista: Compras direto de pregões com terceirização da mão de obra de pessoal.

Própria: Compras direto de pregões, terceirização da mão de obra de pessoal e produção própria.

Terceirização: Produção externa.

TAE: Técnico Administrativo em Educação

Conforme o quadro 01 observa-se que as oito participantes tem idade entre trinta e um (31) e cinquenta e um (51) anos. Todas as participantes são do sexo feminino, duas (2) com graduação, duas (2) com pós-graduação, três (3) com mestrado sendo um do ProfEPT, e uma (1) com doutorado. O tempo de instituição é de seis (6) a dezenove (19) anos. Quanto à forma de gestão do refeitório temos uma (1) mista, três (3) terceirizadas e três (3) próprias. Todas as participantes realizaram entrevista e são Técnicas Administrativas em Educação.

Foram excluídos deste estudo duas (2) participantes, ou seja, vinte por cento (20%) da

amostragem devido ao fato de uma estar em afastamento para doutorado e em um dos campus não ter nutricionista na instituição. No entanto, todos os oito (08) campi tiveram nutricionistas que aceitaram participar. Além disso, também foram excluídos os campi da pesquisadora e da orientadora para evitar ser injusto e prejudicar as informações prestadas.

Nesta continuidade apresenta-se a análise dos dados para dar sentido e significado às percepções vividas pelas nutricionistas durante o período da pandemia. Para esse propósito, dividimos esse capítulo em quatro (04) partes, adequadas no Quadro 02. Apoiada nessas temáticas e categorizações buscou-se argumentar os objetivos propostos neste estudo.

Quadro 02: Eixos Temáticos.

1º	Documentos que ampararam e regulamentam a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia, pelo IFFar.
2º	Organização e a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia da Covid-19 na percepção das nutricionistas do IFFar.
3º	Distribuição dos kits de alimentos para as famílias e discentes no tempo da pandemia.
4º	Produto educacional.

Fonte: Elaborado pela autora.

A primeira parte aborda os documentos que ampararam e regulamentaram a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia, pelo IFFar. A segunda, a organização e distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia da Covid-19 na percepção das nutricionistas do IFFar. A terceira parte a distribuição dos kits de alimentos para as famílias e discentes no tempo da pandemia e a quarta parte finalizando com o desenvolvimento de um produto educacional.

4.1 Documentos que ampararam e regulamentaram a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia, pelo IFFar.

Ao começarmos nossa trajetória investigativa para que pudéssemos compreender as políticas educacionais que regeram a distribuição dos kits alimentares no IFFar durante a pandemia fomos direcionados ao PNAE.

O PNAE órgão responsável pela alimentação escolar, eixo fundamental para a garantia da segurança alimentar e nutricional no país, fundamentado no emprego da alimentação saudável e adequada, desenvolvendo ações de educação alimentar e nutricional, o direito à

alimentação escolar, visando garantir a segurança alimentar aos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos e daqueles que se encontram em vulnerabilidade social, está representado em cada Campus pelas Nutricionistas, que gerenciam o programa de alimentação.

Através da análise documental, que constitui um método importante, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (Alves-Mazzotti, 1998; Ludke & André, 1986), foi possível conhecer como aconteceu essa organização e distribuição da alimentação durante o período de suspensão das aulas presenciais.

Os impactos que surgiram no período pandêmico afetaram a EPT, modalidade de ensino que visa à formação integral do estudante preparando-o para o mundo do trabalho. Tivemos que repensar estratégias para ofertar essa alimentação aos estudantes e que a mesma visasse suprir parte das necessidades nutricionais dos mesmos. Para atingir esse objetivo seguimos as orientações vigentes do governo federal através das legislações específicas para o ano de 2020 e 2021 no enfrentamento da crise sanitária.

Utilizamos em nossa pesquisa, decretos, leis e resoluções que foram fundamentais para trazer à memória desde o início da pandemia, como tudo aconteceu, como as nutricionistas que estavam à frente desse processo, inovaram, reinventaram novas formas para suprir a alimentação semelhante ao período presencial e a equipe de servidores que foi responsável por toda essa organização e enfrentamento ao isolamento e distanciamento.

No quadro 4, apresentamos um panorama dos principais atos normativos que ampararam e regulamentaram a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia, pelo IFFar, a partir de uma ordem cronológica de publicação desses atos.

Quadro 03: Documentos que ampararam e regulamentaram a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia, pelo IFFar.

Ato Normativo	Órgão	Assunto
Portaria nº 188, de 03.02.2020	Ministério da Saúde (MS)	Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV).
Lei Federal nº 13.979, de 06.02.2020	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e Ministério da Saúde (MS)	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.
Portaria nº 313, de 16.03.2020	Instituto Federal Farroupilha (IFFar)	Alterada pela Portaria nº 347/2020, de 20 de março de 2020 e pela Portaria nº 370/2020, de 30 de março de 2020- Suspende as atividades presenciais, entre outras providências.
Portaria nº 343, de 17.03.2020	Ministério da Educação (ME)	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.
Portaria nº 347, de 20.03.2020	Instituto Federal Farroupilha (IFFar)	Torna indeterminado o prazo de suspensão das atividades presenciais.
Decreto Legislativo nº 06, de 20.03.2020	Brasil	Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Diário Oficial da União, 20 de março de 2020.
Lei nº 13.987, de 07.04.2020	Governo Federal	Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.
Resolução nº 2, de 09.04.2020	Governo Federal	Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - Covid-19.
Resolução CONSUP n.1, de 16.04.2020	Instituto Federal Farroupilha (IFFar)	Aprova a manutenção das atividades de ensino não presenciais até o dia 14 de maio de 2020 nos Cursos Integrados, Subsequentes e Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência

		e Tecnologia Farroupilha. Suspende o Calendário Acadêmico dos Cursos Superiores e Subsequentes e o Calendário Acadêmico dos Cursos Integrados a contar de 15 de maio de 2020.
Resolução nº 6, de 08.05.2020	Governo Federal	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar.
Portaria n.º 483/2020, de 14.05.2020	Instituto Federal Farroupilha (IFFar)	Diretrizes para as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e desenvolvimento no período de suspensão do calendário acadêmico.
Resolução nº 10, de 07.10.2020	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	Dispõe sobre a prorrogação dos prazos para o envio das prestações de contas de programas e ações educacionais executados ao FNDE, em virtude da situação de calamidade pública para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus – Covid-19, e dá outras providências.
Resolução CD/ nº 6/2020, incluído pela Resolução CD/FNDE nº 20 de 02.12.2020	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	Altera a Resolução/CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para enfrentamento a Covid-19 no Brasil, a partir de 23 de março de 2020, as redes municipais, estaduais e federais de ensino suspenderam as aulas e as atividades presenciais nas escolas de todo o país. Mediante a situação não havia por parte do FNDE, uma orientação sobre como deveria ser o fornecimento da alimentação escolar. Dada a urgência da situação para continuar a oferta da alimentação aos discentes normativas foram criadas. Neste estudo, destacam-se os elementos mais significativos que orientaram a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia.

Na sequência, há que se registrar o teor da Lei n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020 (Brasil, 2020a), que traz as medidas de saúde pública para o enfrentamento da emergência causada pelo coronavírus. Essa lei orienta as medidas gerais que motivam a elaboração e a publicação de documentos e legislações para o desenvolvimento da educação pública no contexto da pandemia.

Dentre as principais medidas, que impactaram mais especificamente à educação, destacam-se o isolamento social³, a quarentena⁴. Era obrigatório manter boca e nariz cobertos por máscara de proteção individual, conforme a legislação sanitária e na forma de regulamentação estabelecida pelo Poder Executivo federal, para circulação em espaços públicos e privados, em vias públicas e em transportes públicos coletivos, sendo recomendada a permanência destes em suas residências.

No âmbito do IFFar, inicialmente, foram suspensas as atividades presenciais, pelo período compreendido entre dezessete (17) de março de 2020 a três (03) de abril de 2020, através da Portaria n.º 313/2020, de 16 de março de 2020 que seguiu todas as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), do Ministério da Saúde (MS) e das demais autoridades sanitárias, considerando os riscos apresentados. A respectiva portaria, regulamentou a suspensão das solenidades de formatura e demais eventos presenciais que implicam deslocamento e aglomerações de pessoas, o acesso do público externo a todas as dependências do IFFar e a realização dos estágios obrigatórios.

Além disso, autorizou a realização de atividades remotas durante o período de suspensão, que perdurou por três (03) semanas, de 17 de março de 2020 até o dia 3 de abril de 2020. sendo que todos os servidores deveriam estar à disposição da instituição nos horários habituais de trabalho e, realizar o registro diário do ponto eletrônico através da utilização de ocorrência “Atividade Remota – Pandemia covid-19” (IFFAR, 2020a).

Nesse contexto, em virtude dos impactos provocados pela pandemia na Educação, o MEC foi obrigado a promover um meio alternativo ao ensino presencial. Através da Portaria n.º 343, de 17 de março de 2020, suspendeu as aulas presenciais, que foram substituídas por aulas remotas, através de plataformas digitais (Brasil, 2020a). Essas medidas não consideraram a formação docente e os investimentos em tecnologias da informação e

³Isolamento social: separação de pessoas doentes ou contaminadas, ou de bagagens, meios de transporte, mercadorias ou encomendas postais afetadas, de outros, de maneira a evitar a contaminação ou a propagação do coronavírus.

⁴Quarentena: restrição de atividades ou separação de pessoas suspeitas de contaminação das pessoas que não estejam doentes, ou de bagagens, contêineres, animais, meios de transporte ou mercadorias suspeitos de contaminação, de maneira a evitar a possível contaminação ou a propagação do coronavírus.

comunicação (TICs), necessárias para a migração do ensino presencial para o remoto, gerando prejuízos ao processo de ensino e aprendizagem e à organização do trabalho pedagógico.

Diante das circunstâncias, o IFFar que é uma instituição pública e gratuita vinculada ao MEC, precisou repensar seus processos de ensino e aprendizagem, na perspectiva da qualidade dos serviços ofertados e da promoção do desenvolvimento humano, “[...] de modo a assegurar que os princípios inclusivos, democráticos e humanísticos continuassem orientando o processo educativo sob esse novo formato” (IFFAR, 2020a, p. 6). Face ao exposto, a estratégia do ensino remoto possibilitou a continuidade do processo educativo, mesmo em um contexto desafiador caracterizado pela impossibilidade de aulas presenciais.

Através da Portaria n.º 347, de 20 de março de 2020 (IFFAR, 2020c), suspendeu as atividades presenciais da instituição que passou a ter prazo indeterminado e o Comitê Institucional de Emergência (CIE) do IFFar passou a realizar monitoramento permanente deste período e a emitir boletins semanais sobre o tema e eventuais impactos no funcionamento da instituição.

Diante disso, com vistas a assegurar a garantia da alimentação como direito, previsto pela Constituição Federal no artigo 6º, e garantir a universalidade do atendimento do PNAE, em abril de 2020 a Lei nº 13.987 (Brasil, 2020a) autorizou, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios aos discentes, aos pais ou responsáveis. Embora autorizada a distribuição de gêneros alimentícios, a insuficiência dos recursos federais é apresentada como a principal justificativa para a não utilização do mesmo para provimento da alimentação escolar no período.

Amorim *et al* (2020) apontam que, mesmo antes da pandemia da Covid-19, já era considerado um desafio a garantia da oferta da alimentação escolar, tal qual previsto nas suas normativas, com o valor per capita repassado às entidades executoras, ainda que esteja prevista a suplementação financeira pelas esferas estaduais e municipais. Adicionalmente, faz-se necessário pontuar que, neste contexto pandêmico, o custo per capita para aquisição dos alimentos tende a aumentar, por exemplo, no caso das entidades executoras que adotaram como estratégia a oferta de kits alimentares aos escolares (Pereira *et al*, 2020; Amorin *et al*, 2020).

A insuficiência de recursos próprios figurou como a segunda justificativa mais utilizada pelas EExs para não uso dessa fonte para execução do PNAE, associada à queda de arrecadação e falta de recursos dessas entidades. De fato, segundo dados coletados a partir do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), em 2018, cerca

de 54% dos municípios não investiram recursos próprios para compra de gêneros alimentícios do PNAE, sendo totalmente dependentes dos recursos da União para esse processo.

A dificuldade da contrapartida financeira parece permanecer na realidade de alguns entes federativos e pode ter sido potencializada no contexto da crise sanitária. As dificuldades logísticas para efetuar o PNAE fora do ambiente escolar formaram o terceiro grupo de justificativas apontadas pelas EExs do Programa, o que, por sua vez, além dos desafios para operacionalização da distribuição, também podem afetar o custo per capita, em função da necessidade de previsão de, por exemplo, itens de higiene pessoal e equipamentos de proteção individual (EPIs) (Pereira *et al*, 2020).

A não oferta de alimentação escolar decorreu, nesse contexto, em primeiro lugar, da não realização de licitações para compra de alimentos; depois, do planejamento ainda em curso para realização da distribuição de alimentos e por último, por insegurança e medo da contaminação pela Covid-19.

A necessidade e os desafios de uma nova logística para execução do PNAE, em tempos de pandemia no panorama nacional, durante a crise sanitária foram apontados por alguns autores, principalmente, quando a estratégia utilizada consiste na distribuição de kit/cesta de alimentos aos discentes, pois exigem cuidados redobrados com a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos, além de um conjunto de medidas de controle para evitar a propagação da Covid-19 entre trabalhadores e estudantes envolvidos na estratégia (Nogueira *et al*, 2020; Pereira *et al*, 2020).

Soma-se ao supramencionado, as incertezas frente ao tempo de suspensão das aulas presenciais e a necessidade de adoção do trabalho remoto em consonância com a recomendação de isolamento social pelas autoridades sanitárias, retardando, de início, a progressão habitual dos processos licitatórios em todo território nacional (Bicalho e Lima, 2020; Nogueira *et al*, 2020).

Para auxiliar as EEx no processo de execução no PNAE e nas tomadas de decisão durante este período, o MEC e o FNDE, por meio da Resolução nº 2 de 9 de abril de 2020 (Brasil, 2020b), no segundo parágrafo do artigo 2º determinam que:

Os kits com gêneros alimentícios devem ser elaborados seguindo as determinações legais do PNAE no que se refere à qualidade nutricional e sanitária, respeitando os hábitos alimentares e a cultura local, sendo compostos, sobretudo, por alimentos in natura e minimamente processados, tanto para os gêneros perecíveis quanto para os não perecíveis (Brasil, 2020b).

Conforme a Resolução CONSUP Nº 1, de 16 de abril de 2020 (IFFar, 2020), o

período de manutenção das atividades de ensino não presenciais é prorrogado até o dia 14 de maio de 2020 nos Cursos Integrados, Subsequentes e Superiores do IFFar. Suspende o Calendário Acadêmico dos Cursos Superiores e Subsequentes e o Calendário Acadêmico dos Cursos Integrados a contar de 15 de maio de 2020.

De acordo com a Resolução Nº 06, de 08 de maio de 2020 (Brasil, 2020d), cita as recomendações do guia alimentar para a população brasileira, considerando o modelo do perfil nutricional da OPAS. As ações educativas que perpassam pelo currículo escolar abordando o tema alimentação e nutrição no processo de ensino e aprendizagem, bem como a elaboração dos cardápios.

A Resolução CD/FNDE nº 20 de 02 de dezembro de 2020 (Brasil, 2020e), trata dos valores de referência para energia, macronutrientes e micronutrientes, recomendados para a educação básica. Nos anos em que houver decretação de estado de emergência ou de calamidade pública, em âmbito nacional, poderão ser repassadas parcelas extras dos recursos financeiros federais do PNAE, condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira.

No período da pandemia a oferta dos kits de alimentos aos discentes do ensino médio integrado foi organizada conforme a disponibilidade orçamentária de cada campus. As nutricionistas na organização dos kits de alimentos observaram as orientações conforme legislações vigentes no momento pandêmico, bem como as escolhas quanto a alimentos in natura e minimamente processados, dando prioridade aos provenientes da agricultura familiar na montagem dos kits entregues aos discentes e seus familiares.

Após comentarmos sobre as normativas que amparam e regulamentaram a distribuição dos kits de alimentos durante os anos de 2020 e 2021, percebemos que existiu uma preocupação imensa por parte da instituição em legitimar a sua missão, focando na formação integral do cidadão, respeitando seus direitos fundamentais, principalmente no que se refere a oferta da alimentação saudável e a segurança alimentar.

4.2 Organização e a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia da Covid-19 na percepção das nutricionistas do IFFar.

Agora que já fizemos a contextualização dos atos normativos que amparam e regulamentaram a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia, iniciaremos nossas discussões sobre a organização e a distribuição de como ocorreu esse processo no IFFar. Para essa etapa utilizamos entrevista semiestruturada, realizada com as oito (08) nutricionistas dos campi, que se disponibilizaram a colaborar com a pesquisa, as quais foram denominadas

como N1, N2, N3, N4, N5, N6, N7, N8.

Essas entrevistas nos permitiram levantar informações que foram de encontro aos objetivos propostos e que nortearam essa pesquisa, para possibilitar a elaboração de uma dissertação com dados contundentes e que tiveram como embasamento teórico os dados obtidos através da análise documental.

Além da busca bibliográfica, também procuramos conhecer, através dos relatos das nutricionistas, como ocorreu toda a organização na distribuição dos kits de alimentos e qual a importância que esse momento representou para os discentes e seus familiares, quanto ao destino dos gêneros alimentícios que havia nos estoques dos refeitórios das instituições, para o fornecimento da alimentação escolar.

O PNAE frente ao cenário pandêmico teve enormes desafios para continuar com o fornecimento da alimentação escolar e o combate à insegurança alimentar. Em muitos casos, a suspensão das aulas nas escolas públicas significou a interrupção ou precarização do acesso à alimentação, o impacto no orçamento das famílias e pode-se perceber o quanto também prejudicou quantitativamente e qualitativamente a alimentação dos discentes da educação básica.

A partir do não retorno às atividades de aprendizagem e a magnitude do que estava acontecendo e a real dimensão dos impactos causados por conta da suspensão das atividades pedagógicas presenciais as nutricionistas começaram a planejar a organização e a distribuição de kits de alimentos aos discentes. Elas relataram que, num primeiro momento, tiveram uma preocupação enorme, quanto aos estoques de alimentos e como seria daí pra frente.

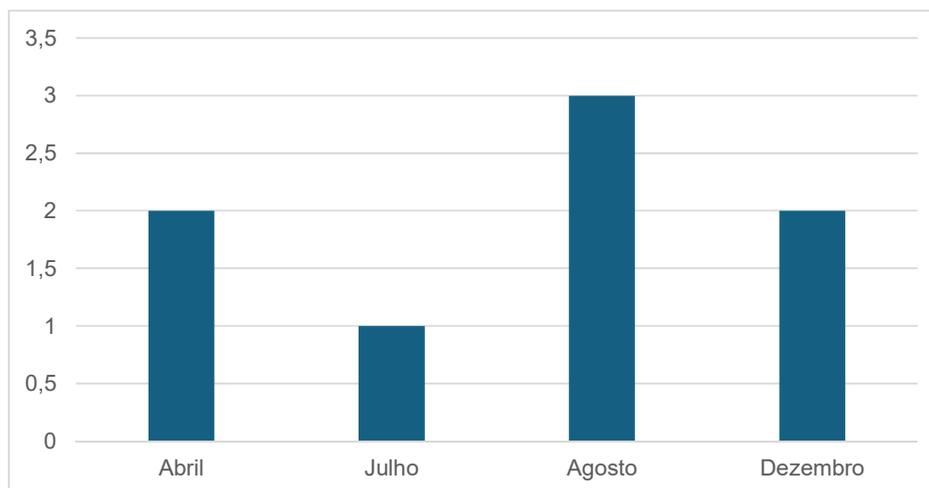
Até o momento não se tinha estratégias para o fornecimento de alimentação diferente da fornecida nos refeitórios da instituição e tivemos que estruturar novas formas de ofertar alimentação escolar, agora em forma de kits de alimentos. Primeiramente, cada campus organizou essa distribuição de acordo com sua realidade devido à urgência da situação.

Esse planejamento iniciou através da elaboração de um edital, constando os objetivos, um cronograma com as datas para inscrição, onde os discentes com interesse em receber o kit deveriam inscrever-se, prazo para recurso, dia e horário para retirada do kit, bem como orientações quanto ao isolamento e distanciamento, lista de assinatura da retirada e apresentação de documentos comprobatórios.

Esse edital não era único para todos os campi, cada um deles deveria elaborar o seu, conforme a sua realidade, entre eles podemos citar os editais de N° 067/ 2021 de 21 de maio de 2021 (IFFar, 2021a), referente ao campus de São Vicente do Sul, N° 122/2021 (IFFar, 2021a), de 04 de novembro de 2021 do campus São Borja, o de N° 052/2021 (IFFar,

2021a), de 22 de setembro de 2021, do campus Jaguari. Observamos no Gráfico 02, que essa distribuição iniciou no ano de 2020 em meses diferenciados, dependendo da logística e de cada campus, sendo que dois deles iniciaram em abril, um em julho, três em agosto e dois em dezembro.

Gráfico 02: Início da distribuição dos kits de alimentos/2020.



Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo os relatos das nutricionistas, logo abaixo, podemos conhecer melhor como aconteceu essa organização e distribuição:

Não tinham estoques de alimentos, pois como foi no início do ano letivo e ainda não tinha saído às licitações e com pouco estoque de alimentos, somente para o primeiro mês de aula. Então ainda bem que a gente não tinha estoque. **Então os gêneros perecíveis como foi bem corrido a gente conseguiu fazer a doação para os alunos da cidade mesmo.** Alguns gêneros não perecíveis a gente guardou após verificar a validade, para dar durante o ano. Esses gêneros alimentícios foram então usados na montagem dos kits distribuídos para os alunos (N4, grifo nosso).

Entende-se que tal posicionamento foi necessário, dada a dificuldade de preparação de kits com o recurso transferido exclusivamente pelo Governo Federal a todos os discentes. Porém, em alguns casos, os critérios estabelecidos foram restritivos, privando muitos alunos que também precisavam desses alimentos.

No nosso campus por ter gestão terceirizada da alimentação nós não tínhamos nada de gêneros alimentícios estocados, porque a empresa que é responsável pela produção, que fornecia então todos os insumos e nós adquirimos as refeições prontas. Então por esse motivo não tínhamos nada (N6).

Sim, eles foram distribuídos para os estudantes, então no início demorou um pouco até porque teve um período que ninguém vinha no campus que estava mais restrito, então a pandemia iniciou em março e nós só começamos a distribuir os kits em agosto. Daí **inicialmente eu fiz uma distribuição de carcaça de coelho que era o**

que nós tínhamos da nossa produção própria, carne bovina que estava mais prestes a vencer e biscoito maria (N5, grifo nosso).

Os produtos que estavam sobrando a gente foi indo conforme o tempo andava porque a previsão era de voltar uns dias depois e a gente já não sabia e não tinha essa previsão de retorno, a gente estava em trabalho remoto, eu vinha aqui no campus e daí observei todos os produtos para saber qual era o tempo de validade deles. Deixei tudo organizado e a partir do momento que começava a ficar próximo da data de vencimento e a gente não voltava para o campus. Então depois a gente começou a fazer essa distribuição dos kits, em agosto, mas antes disso a gente já começou a distribuir para a secretaria do município aqui do Serviço Social de assistência social, para eles distribuírem para as pessoas mais pobres e conforme a organização deles (N1, grifo nosso).

Nessa condição de adversidades, podemos dizer que o tipo de gestão de cada campus interferiu na organização dos kits de alimentos planejado pelas nutricionistas, pois entendemos através dos relatos, que o campus que tem gestão e produção própria de alimentos, conseguiu ter produtos que nesse momento alguns não tinham e nem mesmo como adquirir, como é o caso dos que têm gestão terceirizada do sistema de fornecimento de alimentação escolar.

Percebemos nas entrevistas realizadas que a montagem dos kits, teve uma variedade de produtos, mas também produtos diferenciados, devido à produção própria. Existiu uma insegurança em distribuir os gêneros alimentícios, por achar que o retorno às aulas presenciais seria em poucos dias e que o campus ficaria sem esses gêneros utilizados para o preparo das refeições dos discentes.

Conforme a origem de aquisição dos alimentos, eles foram distribuídos:

Os da agricultura familiar eram quinzenais a gente conseguia quinzenal alguma coisa e os outros da cesta básica era mensal e **no período da suspensão das aulas todo recurso que a gente tinha era da agricultura familiar** (N2, grifo nosso).

Aqui isso era mais ou menos bimestral, teve algum momento que ficou bem junto assim um mês e dez dias, um mês e quinze dias, mas não foi religiosamente todos os meses, **a gente fez um edital que a gente utilizou toda a verba do PNAEs na agricultura familiar** (N7, grifo nosso).

Foi mensal, todos eles foram mensais só não foi o de dezembro que a gente fez duas entregas porque foi o último que a gente entregou em 2021, Era depois para a gente retornar presencial, a gente tinha um valor um pouquinho sobrando e a gente quis dar um outro que tinha em dezembro porque as pessoas estavam próximas do Natal, enfim né a gente acabou dando dois em dezembro, mas foi a única exceção sim em 2021. **A partir do momento que tinha aqueles itens que deram desertos do pregão até assim o que me salvou foi a chamada pública** (N1, grifo nosso).

As entregas dariam para fazer mensal assim porque que foi quase que mensal mesmo, **no período da suspensão das aulas houve compra da Agricultura Familiar** esse período é bem tranquilo assim a gente tem uma boa relação com os agricultores aqui com a cooperativa então em relação à entrega não teve nenhuma dificuldade (N8, grifo nosso).

As narrativas das nutricionistas ressaltam que através de chamadas públicas foram utilizados produtos para compor parte dos kits de alimentos durante esse período, cumprindo a legislação. Nesse momento em que havia dificuldade de entregas de produtos de licitações, devido ao aumento dos preços causados pela pandemia e incertezas pelo isolamento social, os produtos da agricultura familiar tiveram presentes na composição dos kits, os quais contribuíram para a economia dos agricultores e familiares mantendo a sustentabilidade dos mesmos.

A contratação de serviços terceirizados de refeições prontas, não permitiu a aquisição de alimentos para montagem de kits, o que fez com que fosse transferido o recurso para outro Campus e o mesmo através de chamada pública da agricultura familiar conseguiu fazer a entrega de kits aos discentes do ensino médio integrado.

Nós ainda estávamos em dúvida se nos enquadraríamos ou não na possibilidade de entrega de kits, pois temos a aquisição de refeições prontas. A partir do momento que isso ficou esclarecido e que poderia haver uma compra integral de produtos da agricultura familiar através de chamada pública nos mobilizamos para a realização desse processo em 2020, no segundo semestre. A primeira entrega ocorreu em dezembro de 2020 e aí no ano de 2021, foram feitas mais três entregas (N6, grifo nosso).

Segundo Amorim, desde a CF de 1988, a evolução do PNAE foi marcada por avanços que merecem destaque. O primeiro deles remete à descentralização de sua gestão, por meio da Lei Nº 8.913, de 1994 (Brasil, 1994). Desse momento em diante, o MEC firmou convênios com estados e municípios – EEx – para o repasse de recursos financeiros, permitindo a regularização no fornecimento e a melhoria da qualidade das refeições.

Conforme o tempo foi passando e as aulas não retornavam ao modelo presencial as nutricionistas recordam que:

Então a gente não ia retornar às atividades presenciais, começamos fazer o levantamento dos kits de alimentos na mesma lógica que a gente queria seguir dentro do refeitório no dia a dia, com atividade presencial. Tem a contratação de alimentos e materiais que são necessários e nessa possibilidade a empresa não teria como fazer kits de alimentos, com o contrato vigente, que é sobre a entrega de um produto pronto, uma refeição pronta de almoço. Então a direção do campus optou para que o recurso fosse destinado aos alunos como inclusão digital, permanência. No campus a gente já tinha atas vigentes e conseguimos fazer os kits e os recursos do PNAE, recurso com chamada pública. O recurso PNAE veio todo para outro campus e foi aplicado em kits (N8, grifo nosso).

Na organização e distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia, as nutricionistas tiveram que observar alguns parâmetros, entre eles: 1) Medidas de controle higiênico sanitário; 2) Valor nutricional dos alimentos, e que serão descritos a partir de agora,

conforme os relatos apontados através das entrevistas.

4.2.1 Medidas de controle higiênico sanitário

Uma das questões realizadas com as participantes desse estudo, indagava sobre quais foram às medidas de controle higiênico sanitário ou relativo a medidas de prevenção específicas da pandemia adotadas para a distribuição dos kits de alimentos.

Segundo Nota Técnica N° 18/2020 da ANVISA, apesar de não se ter evidências da multiplicação do vírus causador da pandemia da covid-19 em alimentos, o mesmo pode sobreviver em superfícies plásticas e utensílios de inox por até 72 horas e por até 24 horas em embalagens de papelão. Assim a montagem e distribuição dos kits devem ser realizadas seguindo alguns cuidados específicos para o atual momento, além de cumprirem as boas práticas para serviços de alimentação.

Entre os cuidados adotados pelas nutricionistas, verifica-se que houve preocupação quanto “Lavagem das mãos com água e sabão ou álcool gel ou outras medidas, assim a gente durante a montagem dos kits fez a utilização de álcool 70% líquido” (N2).

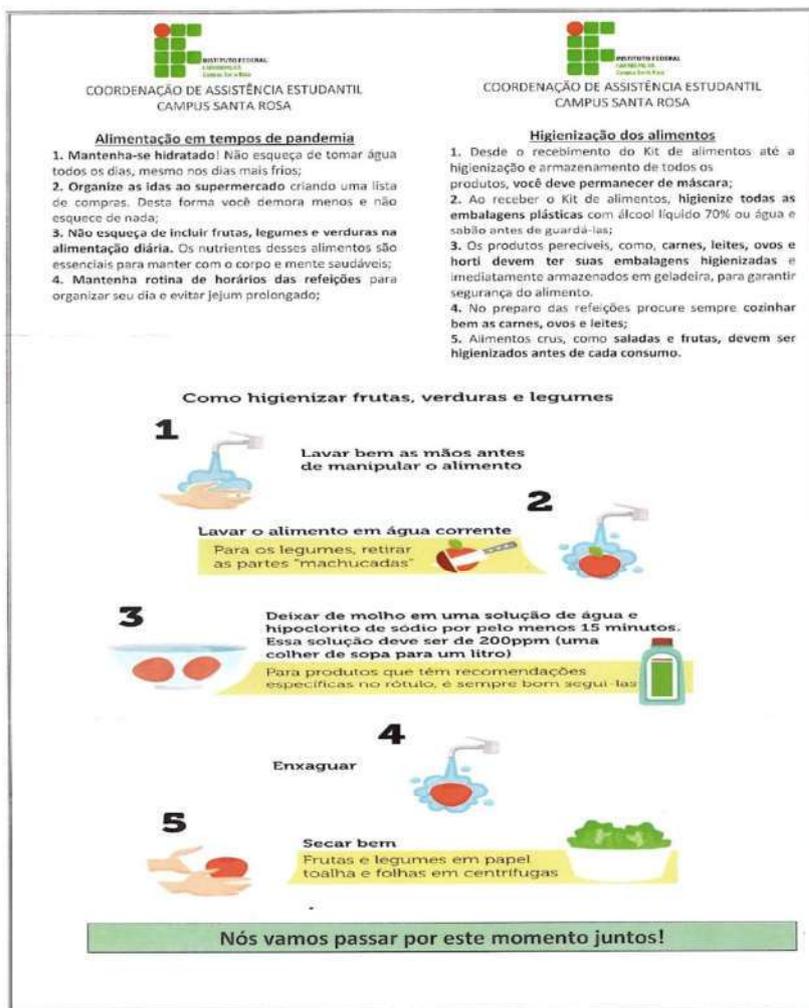
Tanto na montagem dos kits quanto na distribuição a gente pode fazer uso de máscara, utilização de álcool gel e **organizou as filas de entregas por horário então a gente lançava o edital e aí cada aluno tinha o seu horário com uma diferença de 5 minutos entre cada um deles** (N7, grifo nosso).

A equipe da assistência estudantil usou máscara, luvas e álcool gel, a gente fez a higienização da cesta e depois entrega. Daí foi o motorista terceirizado que acabou indo levar a cesta e ele também usou máscara[...] **nossos alunos moram longe da cidade e eles não foram até lá no campus**, então não teve concentração de receber alunos no campus e todas as cestas foram entregues na própria casa do aluno, cuidado que a gente teve (N4).

Em tempo integral o álcool 70% para higienização, **também organizamos para a distribuição uma escala de horários por alunos, então a cada dez (10) minutos nós tínhamos um grupo de alunos. Além disso, a gente deixou os alimentos estocados por um tempo mínimo lá.** Para que acontecesse uma menor possibilidade de contaminação um pouquinho menor, digamos (N6, grifo nosso).

A pandemia revela uma situação complexa e desafiadora, onde tivemos que nos reinventar e seguir legislações que naquele momento foram pertinentes, pois com o avanço da propagação do vírus, todo o cuidado foi fundamental.

Figura 03: Folder sobre cuidados de higienização entregue na distribuição dos kits de alimentos.



Fonte: Elaborada pela autora.

O discente após ser contemplado pelo edital para recebimento do kit tinha dia e hora para retirar o mesmo, seguindo o distanciamento imposto, uso de máscara, álcool em gel para passar nas mãos. Além disso, era entregue um folder (Figura 03) com orientações sobre alimentação em tempos de pandemia, higienização dos alimentos, como higienizar frutas, verduras e legumes, para a redução do vírus.

Para a prevenção, monitoramento e controle do novo coronavírus- covid-19 houve a elaboração de um Plano de Contingência (IFFar, 2020a), publicado em 10 de julho de 2020. Para a sua elaboração houve a participação de uma equipe multiprofissional, incluindo as nutricionistas, que foram fundamentais desde a sua criação, implantação e atualizações que vinham acontecendo ao longo da pandemia.

No momento pandêmico, as melhores evidências científicas indicavam que o

distanciamento físico entre as pessoas, o uso de máscaras faciais, a etiqueta respiratória, a higienização das mãos e a limpeza e desinfecção dos espaços e objetos de uso eram as medidas mais apropriadas para serem aplicadas por todos (OMS, 2020; SBI, 2020).

A OMS (2020) e a Vigilância Sanitária ainda destacam a importância do fortalecimento das Boas Práticas de Fabricação e de Manipulação de Alimentos para a garantia de segurança alimentar à população e minimização dos riscos de contágio direto (pessoa a pessoa) entre colaboradores e comensais. Durante a distribuição dos kits de alimentos aos discentes e seus familiares observou-se que todas essas medidas foram cuidadosamente seguidas pelas nutricionistas de todos os campi do IFFar.

Nesse momento difícil e de inúmeras mudanças para a oferta da alimentação saudável e adequada, as nutricionistas tiveram que se adaptar, não somente, na questão da higienização e manipulação dos alimentos, mas também na questão do seu valor nutricional.

4.2.2 Valor nutricional dos alimentos

Na organização e distribuição dos kits de alimentos foi dada atenção ao valor nutricional dos alimentos, conforme as legislações vigentes utilizando diversos parâmetros como seguem os relatos abaixo.

Foi a disponibilidade de alimentos, a gente teve que basicamente se basear no que nós conseguiríamos acertar, a partir do que a região tinha pra entregar né [...] quando a gente fez o levantamento da pesquisa de preços então nós já tivemos um cenário do que nós conseguiríamos adquirir então basicamente foi isso, o parâmetro nutricional (N6, grifo nosso).

A disponibilidade de alimentos permitiu ofertar uma variedade de produtos, contribuindo para que o parâmetro nutricional fosse alcançado. A pandemia intensificou a preocupação com a qualidade e a origem dos alimentos, bem como as compras on-line e as oriundas da oferta da agricultura familiar. Os aspectos relacionados à origem dos alimentos refletiram maior preocupação com a segurança dos mesmos.

O parâmetro nutricional que era indicação do PNAE porque **a flexibilização é aquela documentação que a gente recebeu em abril se eu não me engano de 2020, é de que a alimentação que deveria ser entregue no kit era equivalente ao que a gente distribuía na Instituição.** Então tinha que ser todos os grupos, de composição nutricional, tem que ser exatamente igual uma refeição que a gente faria aqui no Instituto. **Então o primeiro critério foi esse e depois a questão orçamentária né**, quantos que você conseguiria distribuir e em quantos momentos para quantos alunos (N1, grifo nosso).

Na verdade, **a gente utilizou parâmetros como a questão da perecibilidade e os alimentos que foram ofertados pela agricultura familiar**, a gente entrou em contato com as cooperativas e os nossos fornecedores da agricultura e questionou quais os alimentos que eles tinham disponíveis (N4, grifo nosso).

Todos os parâmetros : custo, parâmetro nutricional, disponibilidade de alimentos, você fazia a relação do que tinha pra depois dividir, quando acabava o primeiro kit o fornecedor entregava na sexta e daí a gente completava com os perecíveis e embalava o kit (N2, grifo nosso).

Eu tentei primeiramente o nutricional né aí depois fui para disponibilidade de produtos que a gente tinha, pregão e o que eu tinha em estoque da agricultura familiar. **Então eu pensava nessas duas coisas né, e pensando numa cesta básica para sustento da família e os produtos básicos então a gente pensava assim e achava importante que fosse o leite, que fosse dois tipos de frutas né, que fosse o arroz e uma farinha, aí sempre ia o carboidrato, um macarrão e um pão, nós tínhamos bastante pão caseiro da agricultura familiar, cuca italiana sabe então sempre é uma cuca ou biscoito.** Nós pensamos nesses parâmetros (N5, grifo nosso).

Essa nova forma de oferta da alimentação escolar durante a pandemia, conforme as narrativas descritas trouxe para as nutricionistas uma preocupação enorme quanto ao valor nutricional dos kits de alimentos entregues às famílias dos discentes, os quais foram compostos por macronutrientes como proteínas, carboidratos, gorduras e micronutrientes como sais minerais e vitaminas.

O custo foi o parâmetro mais considerado pelas EEx dos estados da Bahia, Ceará, Alagoas e Rio Grande do Norte; o parâmetro nutricional recebeu mais destaque na Paraíba; e a disponibilidade de produtos mais destacados nos estados do Maranhão, Pernambuco, Piauí e Sergipe. Para as escolas estaduais, o custo foi o aspecto mais considerado ao compor os kits (80%) (FNDE, 2021a). Na Região Norte, o fator menos mencionado nessa escolha foi o parâmetro nutricional (48,8%), assim a maioria dos municípios estavam focados em outros critérios e não em considerar a oferta dos alimentos em quantidade e qualidade que fizessem frente às necessidades nutricionais dos alunos definidas para o PNAE (FNDE, 2021b).

Em pesquisa realizada por diferentes instituições do nosso país, incluindo a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (Schall, *et al.*, 2020), com 30 mulheres de aglomerados urbanos e suas famílias fica explícito que o acesso aos alimentos foi prejudicado pela pandemia. A diminuição da renda e o aumento dos preços foram apontados como as principais causas desse problema. Além disso, ao serem perguntadas sobre a redução do consumo dos mesmos, disseram que tiveram que adotar estratégias de redução da quantidade, priorizando manter a qualidade dos alimentos.

Quanto aos alimentos que fizeram parte dos kits, foram verificadas primeiramente as legislações regulamentadas pelo PNAE e FNDE, para posteriormente elaborar editais para o

recebimento do kit de alimentos que foram ofertados para os contemplados pelo Programa de Alimentação Escolar. Podemos salientar em nossa pesquisa que a variedade de produtos divergiu em cada campus, quanto ao tipo de gestão do fornecimento de alimentação, aos estoques de alimentos disponíveis no momento da pandemia, a produção própria que alguns campi possuem a disponibilidade de produtos da agricultura familiar, as licitações em andamento, a distância do campus da cidade e a questão de distanciamento da moradia do discente, recursos de mão de obra humana e a infraestrutura local para distribuição, logística de entrega e recursos disponíveis.

Segundo as narrativas das nutricionistas, cada campus optou por um ou mais parâmetros, dependendo do dia em que recebia os produtos para posteriormente serem entregues nesses kits. O tempo de estocagem dos produtos, a perecibilidade, o quantitativo de pessoal para ajudar na distribuição. Todos os kits tiveram na sua composição variedade de produtos e apenas um campus não ofertou carne em função desses fatores citados, conforme demonstrado no Quadro 04.

Pão Branco				x						X	
Pão Integral											X
Molho de extrato de tomate	0,5		X					X			
Frutas in natura[2]	1		X	X		X	X	X			
Legumes in natura[3]	0,500 a 2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Verduras in Natura (und)	1			X				X	X		
Achocolatado	0,4		X								
Doce de Banana	0,4	X									
Açúcar	1 a 5		X	X							
Açúcar Mascavo	2	X									
Óleo (900ml)	1 tb		X	X							
Sal	1		X	X		X	X	X			
Suco Integral 1,5 L	1,5 L	X	X	X							
Outros			Carne Ovelha Doce de leite	Iogurte, Moranguinho, Cuca Italiana, Bolo Inglês, Barra Cereal			Queijo, Aveia, Granola	Café pó, Mel, Fermento Biológico	X	X	

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme o Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014) e de acordo com o MS, os alimentos que foram ofertados nos kits podem ser classificados em in natura ou minimamente processados, os ultraprocessados e os aditivos e estão demonstrados no quadro abaixo:

Quadro 05: Classificação dos alimentos segundo o Guia Alimentar para População Brasileira, ofertados nos kits de alimentos.

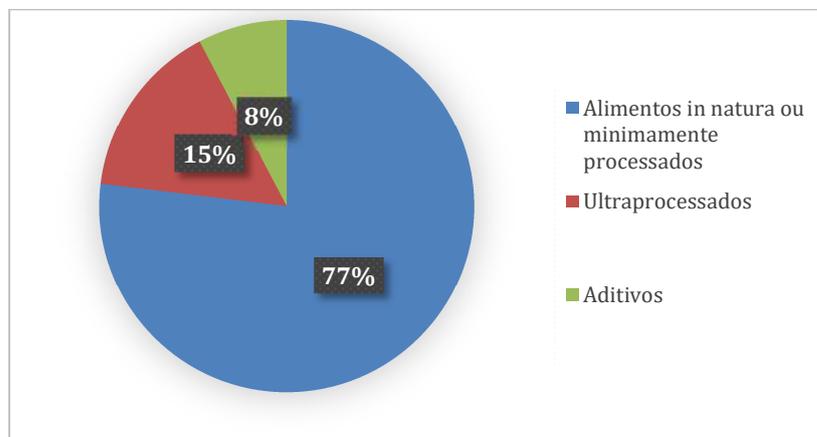
TIPO	ALIMENTO
IN NATURA E MINIMAMENTE PROCESSADOS	Arroz
	Arroz integral
	Farinha de trigo
	Farinha de milho
	Macarrão seco
	Biscoito doce caseiro
	Feijão
	Lentilha
	Leite
	Carnes/aves
	Ovos
	Pão branco
	Laranja
	Maçã
	Banana
	Beterraba
	Cebola
	Moranga
	Batata doce
	Mandioca
	Cenoura
	Batata inglesa
	Brócolis
	Couve-flor
	Tomate
	Verduras in natura
	Açúcar mascavo
Suco integral	
Mel	
Doce de leite caseiro	
ULTRAPROCESSADOS	Bolacha ou biscoito salgado
	Molho de extrato de tomate
	Achocolatado
	Iogurte
	Barra de cereal
ADITIVOS	Fermento Biológico
	Açúcar
	Óleo
	Sal

Fonte: Elaborado pela autora.

No gráfico abaixo apresentamos os percentuais de cada categoria de alimentos,

conforme a classificação presente no quadro 05.

Gráfico 03: Percentual de alimentos classificados de acordo com o Guia Alimentar da População Brasileira, distribuídos nos kits de alimentos.



Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que nos kits os alimentos foram distribuídos, sendo 77% os *in natura* ou minimamente processados, 15% ultraprocessados e 8% de aditivos, os quais são considerados ingredientes culinários. Uma alimentação saudável ajuda a promover a saúde, principalmente se for baseada em alimentos *in natura* e minimamente processados, variada, contribuindo para a ingestão de fibras, vitaminas e minerais, favorecendo o equilíbrio de nutrientes essenciais para a saúde. (Brasil, 2020a). Nota-se que houve a preocupação da ingestão desses alimentos pelas nutricionistas ao organizarem os kits, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, conforme mostrado no gráfico.

Durante a pandemia, também foi muito importante manter uma alimentação equilibrada, de maneira a evitar o consumo de alimentos ultraprocessados, com altas quantidades de energia, sal, açúcar e gordura. Uma dieta com base em alimentos ultraprocessados aumenta o risco de deficiência de nutrientes importantes e pode levar ao desenvolvimento de doenças cardiovasculares, diabetes, obesidade e outras condições crônicas. (Brasil, 2014).

Segundo Schall *et al.* (2020) a carne bovina foi identificada como o alimento de mais difícil acesso durante a pandemia, seguida por itens básicos como arroz, feijão, óleo e sal. Algumas mulheres priorizaram manter a qualidade dos alimentos em detrimento da quantidade.

Segundo Carvalho e Santos (2020) é necessário que as políticas de promoção da alimentação saudável (PAS) reconheçam a escola como espaço privilegiado por sua

contribuição para a conquista da autonomia e a adoção de hábitos saudáveis, principalmente quando se fala na alimentação escolar.

A qualidade dos kits também foi pensada por nutricionistas de outros IFs, como o IFRS, que afirmam ter respeitado os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade, além de se pautar na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na promoção da alimentação adequada e saudável, respeitando o mínimo de 30% de orgânicos e incluindo as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) *in natura* ou enquanto ingrediente de produtos panificados (IFRS, 2020).

Através de todos esses relatos feitos pelas nutricionistas, conforme a organização, distribuição, higiene sanitária e valor nutricional, observa-se a grande preocupação que houve em relação a esses discentes e seus familiares, assegurando a incerteza do momento e garantindo a segurança alimentar nesse momento de diversidades.

O discente busca na instituição de ensino não apenas a aprendizagem, mas um espaço de proteção às vulnerabilidades sociais, e principalmente as nutricionais que são supridas através do fornecimento da alimentação escolar, durante o tempo de permanência na escola. Nesse momento tão atípico os kits de alimentos supriram as necessidades básicas diárias para um indivíduo em condições normais de saúde.

4.3 Distribuições dos kits de alimentos para as famílias e discentes durante a pandemia.

A articulação entre as políticas de educação e de agricultura para entrega dos kits de alimentos foi uma estratégia importante para reduzir os impactos negativos da pandemia, tanto na alimentação escolar quanto na agricultura familiar (Demetra, 2020), amparadas pela legislação que determinou a distribuição para os discentes e seus familiares. O PNAE beneficia diariamente mais de 42 milhões de escolares em todo território brasileiro, evidenciando-se assim a sua importância na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Durante o ano de 2020 e 2021 existiram momentos de grandes desafios, principalmente por ter o isolamento social como uma das formas de prevenir a proliferação do vírus e entender que essa distribuição de kits envolveu muitas pessoas e que o trabalho era coletivo. Alguns campi são distantes da cidade, sendo longe da moradia do discente e o kit deveria ser entregue na casa, envolvendo várias pessoas. Entre os setores de apoio tiveram a assistência estudantil, setor de licitações, os próprios agricultores familiares e cooperativas.

As nutricionistas relatam que em função da baixa escolaridade de muitos pais e/ou familiares, além da vulnerabilidade socioeconômica dos mesmos, elaboraram orientações,

claras, diretas e ilustrativas que foram entregues junto com os kits, ressaltando sempre que a composição desses kits respeitou os princípios da oferta de alimentos pelo PNAE. Essas orientações levaram em consideração os critérios de qualidade sanitária (tempo, temperatura para gêneros perecíveis e livres de contaminantes físicos, químicos e biológicos) e nutricional (variedade, preferência por alimentos in natura e minimamente processados, considerando hábitos e cultura da região).

Esses critérios tiveram como objetivo facilitar o acesso das famílias aos conhecimentos sobre uma alimentação adequada e saudável, possibilitando assim maior autonomia nas escolhas alimentares familiares, bem como medidas preventivas para evitar a Covid-19. Segundo as experiências vividas nesse período pelas nutricionistas:

Foi uma atividade extremamente trabalhosa, mas no final era um sentimento enorme de gratidão na entrega dos kits e um momento de alegria. Foram mensagens muito lindas na época e eu compartilhei com os colegas, com a direção geral, a direção de ensino, porque realmente foi uma chuva de agradecimentos e que fez a diferença na vida das famílias. Foi um momento totalmente atípico do que a gente vivia no dia a dia, mas que com certeza a gente se emocionou, pois todo mundo estava meio desesperado né, nas famílias o chefe maior perdendo emprego, entes queridos e sem ter aquela alimentação que recebia todo dia no campus é totalmente diferente. Fizemos um grupo de whatzz para nos comunicarmos (N6, grifo nosso).

Esses relatos, conforme descrevem Salgado e Delgrossi (2022, p.8) também foram ouvidos por famílias em outros Estados, como em Goiás. Elas relatam que “É importante porque eles vão continuar tendo acesso ao alimento em casa, principalmente as famílias mais carentes, que às vezes têm 2 ou 3 crianças que estão em casa. É o direito delas e elas continuam estudando, sendo importante respeitar o direito delas”.

Outro relato descreve que:

Os irmãos ganharam duas cestas e foi o máximo né, tiveram bastante alimentos e principalmente os nossos alunos mais carentes. **Eu acho que o fato da gente entregar os kits em casa foi um diferencial e eles ficaram muito felizes pela questão do acesso[...] e quando tu olha pra ele você não imagina que estaria num estado de vulnerabilidade tão grande em relação a presença dele no campus e foi isso que tocou muito né as nutricionistas,** eu percebi isso, pois no campus era uma oferta integral de refeições, pois tem moradia estudantil. Deve ter dado diferença no orçamento da família porque os alunos faziam todas as refeições e nutricionalmente balanceadas e foram todos para casa e ficaram só em casa. Foi uma experiência bem grandiosa vivenciar o outro lado, outra região, mas **vivenciar pessoas com fome e de não ter o que comer realmente.** Uma experiência que a gente vai levar pra sempre, tomara que a gente não precise passar por isso de novo, boa no sentido de aprendizado e eu acho que trouxe muitas coisas boas, como a questão das reuniões on line principalmente, pois a gente consegue ter um acesso

muito maior, pensava que poderia em relação ao contato com outras pessoas, que antes a gente não via, pois fazia as reuniões e se encontrava, era bom, mas às vezes cansativo. Eu acho que isso aproximou mais as pessoas (N4, grifo nosso).

Uma das coisas boas da pandemia foi essa distribuição dos kits, e o trabalho foi gratificante para nós apesar de todo o perigo que depois quando a gente ia pra casa pensando que poderia levar alguma contaminação para a família e tinha todo aquele cuidado, mas eu acho que o contentamento e a gratificação das pessoas, isso não tem preço né, então a gente via muitos relatos dos pais, pois muitos perderam um emprego, as mães que eram diaristas e que às vezes trabalhavam até com carteira assinada, era empregada doméstica e aí os patrões não queriam mais que elas fossem trabalhar e sofreram muito. O comentário na cidade foi que” **o kit do IFFar era maravilhoso” e um dia eu fui num supermercado da cidade e a caixa desse supermercado me disse”o kit do IFFar é maravilhoso”**, isso foi muito gratificante para nós. Eles tinham o número do whatsApp e nós não tínhamos sossego e quando chegava perto do lançamento do edital já começavam a perguntar”Quando vai ser o próximo kit? (N5, grifo nosso).

Porque é gente que não tem o que comer em casa. A dona Maria chegava duas três horas antes de receber o kit e a Senhorinha aqui da vila que vinha de carrinho de mão para buscar o kit, ela era da EJA, era sozinha e tinha uma filhinha, então a gente dava prioridade para ela , porque os carros ficavam estacionados lá na frente. Essas coisas realmente fizeram a diferença no nosso trabalho, que maravilha a gente se emociona, pois era o pouco que a gente fazia e que podemos ajudar muito. **A gente pode perceber, vivenciar né como é triste a questão de não ter o que comer, tipo pessoas que não tinham o que comer e dependiam mesmo daqui.** A gente passa a valorizar muito mais a questão da alimentação e perceber que é fome né, fome de comida (N5, grifo nosso).

O surgimento da Covid-19 no Brasil explicitou ainda mais a discrepância entre diferentes realidades sociais que coexistem no país, nos mostrando a insegurança alimentar e nutricional. Os riscos para a segurança alimentar e nutricional, vem acontecendo no mundo inteiro e se acentuou durante a pandemia, passando agora a exigir medidas governamentais para assegurar o acesso à alimentação adequada e saudável, para reduzir os impactos negativos da doença na condição de alimentação, saúde e nutrição dos mais vulneráveis.

O pai do aluno vinha pegar material de aula, computadores e alguns já levavam o kit de alimentos. Era bastante coisa que alguns vinham com duas ou três pessoas para poder carregar, não era pouca coisa e moravam longe do centro. Desde quando eu pude presenciar com aquela coisa de ficar mais em casa e que os kits passaram a ser entregue no escritório, no centro, todos saíram bem satisfeitos e que era em boa hora porque até sair era difícil, pra ir ao mercado pela aglomeração. Tiveram alunos que moravam mais distantes, em outras cidades e até na campanha e a gente atendeu vários. **De São Francisco de Assis, Alegrete, Uruguaiana e também alunos para distribuição de kits em Santana do Livramento, mas valia a pena** (N2, grifo nosso).

Em alguns momentos eu tive que fazer a análise socioeconômica né da inscrição dos alunos e entrava em contato com o aluno e conhecia toda a família, sabia da situação dessas pessoas e a gente via que 99% estava ali porque precisava daquele alimento. Às vezes, vem o pai, um senhorzinho de ônibus pegava dois ônibus para sair lá da casinha dele no interior para chegar até a rodoviária, pegava carona até o campus, ele tinha que fazer todo esse trajeto e ele veio em todas as distribuições e

conversava com a gente dizia'' que realmente aquilo que ele fazia e todo esse esforço porque eles realmente tinham necessidade daquilo né, a aluna tinha uma bolsa aqui no campus que ajudava bastante a família e por conta da pandemia ela ficou só com o auxílio permanência, então a gente tava sempre esperando ele e alguém arrumava uma carona ou pagava um táxi, porque a gente sabia que realmente aquela família estava necessitando. **Tinha uma família que vinha de Santa Maria num carrinho bem humilde e vinha toda a família, aquilo era um acontecimento e sempre nos agradecendo muito, os agradecimentos eram muitos (N7, grifo nosso).**

Um momento bem desafiador para todo mundo, tanto quem participa ou quem recebe, eu acredito que o medo, a insegurança se estendeu exatamente até o final de 2021. **Mas foi muito positiva toda essa experiência (N1, grifo nosso).**

Aqui tinha uma grande aceitação, alguns tinham uma necessidade um pouco maior e até era ofertado por exemplo se alguém não vinha né tipo assim retirar era distribuído para esses alunos que estavam mais necessitados e também tinham perdido o emprego nessa época. Eles estavam precisando mais nesse momento dessa ajuda para alimentação (N3).

As nutricionistas relataram os momentos vividos por elas na entrega dos kits de alimentos aos familiares dos discentes do IFFar, que foram de extrema importância devido a suspensão das atividades presenciais e a importância da participação de todos para o desenvolvimento dos alunos, visto que a alimentação não se reduz a uma questão puramente nutricional; na verdade, trata-se de um importante ato social, inserido em um contexto cultural.

Diante desse momento tão especial e inovador entendemos o quanto é importante os relatos dos discentes e familiares os quais nos mostram uma realidade que jamais imaginávamos sobre a importância de receberem os kits de alimentos ofertados pelo IFFar. Esses kits não representaram para essas famílias apenas suprir a necessidade nutricional, mas sim um gesto de preocupação com toda a família, o emocional, o carinho e o aguardo pelo seu retorno à instituição para continuar com a aprendizagem de forma presencial.

Não digo que criou, mas modificou os hábitos alimentares da família como a mãe colocou que tinha essa variedade de alimentos, a disponibilidade e ela preparando para a família, isso também contribuiu para a formação de novos hábitos (Aluno 1). Foi organizado uma distribuição e no final deu tudo certo, foi bastante positiva até a questão de as pessoas terem que sair na cidade, não encontrar tudo porque eu lembro que nesse momento parou o transporte, no mercado estava faltando coisas porque disparou os preços né então tem vários pontos positivos (Aluno 2) .

Contribuiu para a formação de novos hábitos alimentares, pelo fato de que geralmente quando a mãe vai no mercado ela pode esquecer alguma verdura e acabando não colocando na mesa. Pois é, tipo a força do hábito, o kit tinha todos os alimentos (Aluno 3).

Os relatos dos discentes mostram que os kits ofereceram uma variedade de produtos, o que contribuiu para a formação de hábitos alimentares mais saudáveis. Saber de onde vem seu alimento, consumir alimentos nutritivos, na quantidade certa, ofertando para o organismo

todos os nutrientes que ele precisa para manter o valor energético diário, prevenir doenças e garantir o bom funcionamento do corpo.

O kit, **toda a família pode utilizar**, é que naquele momento as famílias também não tinham como sair porque todo mundo, a gente via muito dizer que tinha que ter isolamento. Foi bom também por não precisar sair, mas por ter uma variedade de alimentos. Tinha feijão, arroz, carne, frutas, legumes, isso ajudou no orçamento (Discente 4, grifo nosso).

Quando ingressei no IF a forma de alimentação escolar foi o recebimento do kit de alimentos e após o retorno às atividades presenciais passei a receber **alimentação no refeitório**. Hoje recebendo lá (no IF), tipo a diferença no sentido né que o kit **toda a família** pode utilizar (Discente 5, grifo nosso).

Dava para ver que tinha um pouco de tudo, tinha proteína que era as carnes e ovos, os carboidratos nas farinhas, e tinha um pouco de alimentos de todos os grupos. Nossa família **aproveitou bastante todos os alimentos**, pois **era bastante variedade** e dividimos com meu filho que não mora junto. Tudo foi bem aproveitado (Discente 6, grifo nosso).

Na entrega dos kits destacam-se fatores negativos e positivos, nos relatos feitos às nutricionistas. Entre os negativos foram mencionados:

As famílias dos discentes, que foram contempladas com os kits, relatam enorme impacto em suas vidas, não apenas por estarem passando fome, como foi à situação de algumas delas, mas também em relação à questão orçamentária, visto que vivíamos em momentos de grande inflação. Houve a redução da renda familiar, pois algumas famílias além de perderem o emprego, também foram enlutadas devido à perda de seus entes queridos, o que terminou abalando drasticamente as suas vidas.

O distanciamento da localização em relação à distância do Campus, foi outro fator relevante que inviabilizou a busca pelo kit. No ensino presencial o discente passava todo dia na instituição fazendo pelo menos três (03) refeições diárias, salientando que, no caso da moradia estudantil, todas as refeições do dia eram realizadas na instituição. Esse problema só foi sanado devido à equipe de servidores ser bastante atuante nesse momento e coletivamente não medir esforços para fazer essas entregas no domicílio dessas pessoas. Um fator positivo foi à variedade de produtos que fez parte da composição dos kits e que contribuiu para o estado nutricional, ofertando assim os nutrientes essenciais para o desenvolvimento saudável e manutenção da vida.

Em síntese podemos afirmar que toda essa organização e distribuição dos kits de alimentos aos discentes e seus familiares, teve grande relevância para a população acadêmica do IFFar, e que o PNAE enquanto política pública conseguiu alcançar os objetivos propostos explícitos através dos documentos que regulamentaram essa distribuição de alimentos durante

a pandemia, sendo o eixo fundamental garantir a segurança alimentar e nutricional dessas pessoas.

Diante disso, as vivências aqui citadas pelas nutricionistas mostram que esse momento pandêmico mesmo com as diversas dúvidas, enfrentamentos, isolamentos, aulas remotas, foi importante por nos mostrar uma realidade antes nunca vivida e que ficarão nas memórias do IFFar, e que há necessidade de ampliação e reestruturação das políticas públicas voltadas para a sociedade em geral.

5. PRODUTO EDUCACIONAL

O regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), em seus objetivos, dispõe que o programa visa tanto à produção de conhecimento como ao desenvolvimento de produtos, “por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e o conhecimento sistematizado”. Em relação ao desenvolvimento de produtos, estes devem estar focados na melhoria dos processos de ensino no contexto da EPT, tanto em seus ambientes formais como nos não formais (IFES, 2018).

De acordo com o programa, os Produtos Educacionais (PE) devem possuir uma aplicabilidade imediata, considerando a tipologia definida pela Área de Ensino (IFES, 2018).

Conforme orienta o Documento da Área 46 da CAPES, (Área de Ensino) é considerado como produto educacional (PE), um processo ou produto educativo e aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido (Brasil, 2019, p. 15).

Dessa forma, de acordo com Freire (2017) o PE apresenta-se como a forma de tornar pública a pesquisa realizada durante o mestrado profissional e tem como uma de suas características ser um recurso com estratégias educacionais que favorecem a prática pedagógica, sua elaboração implica num processo formativo contínuo, alicerçado na pesquisa.

Esse produto deve apresentar em sua descrição as especificações técnicas, bem como, ser compartilhável, registrado em plataforma, apresentar aderência às linhas e aos projetos de pesquisa, ter potencial de aplicabilidade por terceiros e ter sido desenvolvido e aplicado para

fins de avaliação, de maneira prioritária para o público a que se destina (Rizzatti, et al. 2020, p. 4).

Importante reconhecer duas formas de caracterizar um PE:

1) Função didática, que define suas finalidades de aprendizagem e metodologias utilizadas;

2) Conjunto de meios, recursos e instrumentos utilizados para materializá-lo.

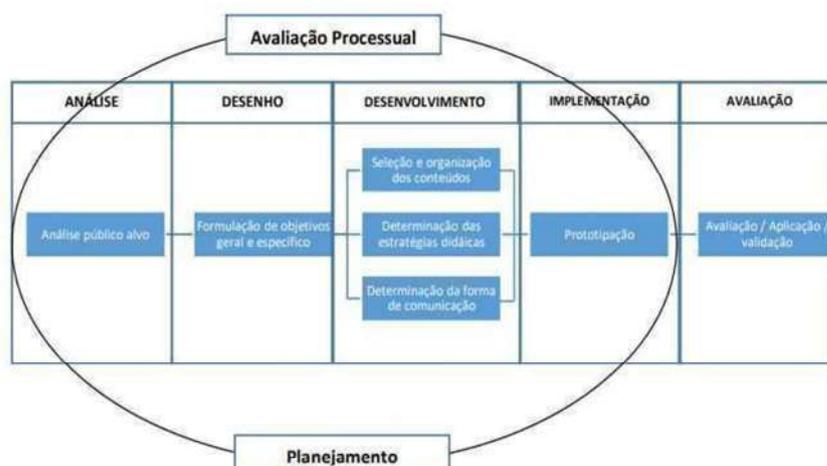
Segundo explicação de Kaplún (2002), um PE corresponde a um objeto que possibilita a interação entre o que se pretende ensinar e o seu destinatário. Trata-se de um material que facilita a experiência do processo de ensino e aprendizagem, considerando o contexto da realidade onde será aplicado.

Nesse sentido, propomos elaborar, junto ao ProfEPT, uma cartilha, a qual foi intitulada: “**A organização e memórias da distribuição de kits de alimentos a estudantes do Instituto Federal Farroupilha Durante a Pandemia da Covid-19**”, com a intenção de contribuir com a construção da memória do IFFar, possibilitando conhecer a história dessa instituição e de como ocorreu a oferta da alimentação escolar. Esse PE compõe a pesquisa intitulada “A Organização na Oferta e Distribuição de Kits de Alimentos Durante a Pandemia aos Discentes do Ensino Médio Integrado em Uma Instituição Pública Federal do Sul do País”, realizada no IFFar – Campus Jaguari, na linha de pesquisa de Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica.

Diante disso, a confecção de materiais de divulgação, como as cartilhas, visa tornar determinadas temáticas atrativas à população e vem contribuindo para o desenvolvimento científico e social (Rabelo; Gutjahr; Harada, 2015). Tais cartilhas, em particular, podem ser elaboradas a partir de uma realidade estudada, associando elementos verbais e não verbais, como imagens e esquemas, a fim de facilitar a socialização e o entendimento de informações que precisam ser compartilhadas entre as pessoas.

Para a construção dessa cartilha seguimos algumas etapas, desde o seu planejamento até a sua avaliação processual, seguindo algumas etapas: **Análise, Desenho, Desenvolvimento, Implementação e Avaliação Final**, conforme figura 04.

Figura 04: Modelo de desenho do Produto Educacional



Fonte: Adaptado de Santana (2004, p. 311)

Abaixo descrevemos cada uma dessas etapas, conforme proposto e adaptado de Santana (2004):

1. Análise

Segundo Santana (2004) a análise é a base das demais fases do projeto, nesta fase o pesquisador deve identificar as características do público alvo, aqueles para os quais o material se destina. Inicialmente essa análise é preliminar uma vez que muitas vezes o público ainda não é conhecido, por serem necessários contatos prévios. Por isso mesmo a ideia de ser o processo cíclico.

A cartilha foi elaborada considerando os momentos vivenciados pelas nutricionistas, discentes e seus familiares no que se refere a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia. Para o alcance na publicação e visualização dessa cartilha, pensamos em atingir como público alvo servidores e discentes da EPT, assim como para a sociedade em geral que tenha interesse em conhecer como aconteceu a distribuição dos kits de alimentos pelo IFFar, ampliar os conhecimentos sobre a oferta da alimentação escolar durante os anos de 2020 a 2021 e também escolher melhor os alimentos para uma alimentação mais saudável.

2. Desenho

Nessa etapa o pesquisador define os objetivos de aprendizagem previstos para o PE, não se devendo confundir com os objetivos da pesquisa. Trata-se aqui das finalidades pedagógicas e a utilidade pedagógica prevista para o produto a ser elaborado (Santana, 2004).

Ao construir essa cartilha pensamos cuidadosamente como seria a seleção e organização do material que a constituiria, desde o seu conteúdo até as imagens que foram coletadas. Obtivemos um material rico em relatos sobre a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia, através de entrevistas e também nas rodas de conversa feitas com os discentes e seus familiares, tanto do EMI, quanto da EJA.

Todo esse material foi possível de ser coletado devido ao nosso projeto ter sido autorizado pela CEP/IFFar. O referido material didático foi elaborado em estrutura esquemática e texto com linguagem simples para se tornar acessível a pessoas de qualquer faixa etária e nível escolar. Para a diagramação foi utilizado o Canva, uma plataforma online de design online e gratuito.

A partir desse momento pensamos em construir uma cartilha que está organizada da seguinte forma: Sumário, Apresentação, Parte I: Segurança Alimentar e Nutricional 10 Passos para uma Alimentação Saudável, PNAE. ParteII : Pandemia, DHAA, Kits de Alimentos, Composição dos kits de Alimentos, Como Escolher os Alimentos, Alimentos *in natura*, Alimentos Minimamente Processados, Alimentos Ultraprocessados, Orientações do Guia Alimentar, Roda de Conversa com a EJA, Narrativas dos Discentes dos Cursos Integrados e Familiares sobre os kits de alimentos e Referências.

3. Desenvolvimento

No desenvolvimento dá-se total atenção a seleção e organização do conteúdo, a determinação das estratégias didáticas e da determinação na forma de comunicação (Santana, 2004). Durante todo o texto escrito em nossa cartilha sempre demos ênfase aos objetivos propostos em nossa pesquisa. e de forma mais específica analisamos os documentos que ampararam e regulamentaram a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia, pelo IFFar.

Os questionamentos feitos aos discentes e seus familiares foram respondidos a partir de oito (08) questões que provieram a partir dos relatos feitos pelas nutricionistas em nossa pesquisa, sendo elas:

1. Como foi o primeiro contato para você receber o kit? Quem fez o contato?
2. Como foi o recebimento desses kits e que horário foi realizado? Quem recebeu?
3. Como foi o aproveitamento desses alimentos?
4. Por quanto tempo a família utilizou esses alimentos do kit?
5. Você tem conhecimento sobre o valor nutricional dos alimentos que fizeram parte dos kits?
6. Você acha que o kit supriu parte das necessidades nutricionais durante o período da pandemia? Porquê?
7. Poderia relatar sobre a diferença entre alimentação escolar ofertada no refeitório do campus do IFFar e o kit para preparar a alimentação em casa?
8. A visão dos pais que são alunos e chefes de família, quanto ao recebimento dos kits de alimentos.

A coleta das respostas baseou-se em um método de pesquisa-ação que, conforme Thiollent (2011) há forte interação entre sujeitos e pesquisador. Partiu da observação *In loco* e da percepção revelada através das respostas de entrevistas e rodas de conversa.

Essa foi uma das etapas mais ricas de obtenção de material para a cartilha, pois foi o momento em que nos deparamos com diferentes realidades e conhecemos realmente quem foram os discentes da EPT que receberam esses kits.

4. Implementação

Conforme Santana (2004), a implementação seria a última etapa do protótipo normal do material, de acordo com o que foi planejado. Essa seria a última etapa para Mestrados Profissionais. Farias e Mendonça (2019) descrevem que é a elaboração da primeira versão do PE.

Com base nos dados coletados através da pesquisa-ação, organizamos a estrutura do PE em duas partes: a primeira diz respeito a Segurança Alimentar e Nutricional, que contém informações sobre os conceitos, os passos para uma alimentação saudável e orientações sobre o PNAE; a segunda parte traz os relatos dos discentes e seus familiares sobre a distribuição dos kits de alimentos.

Após concluirmos a primeira versão da cartilha seguimos para a sua avaliação.

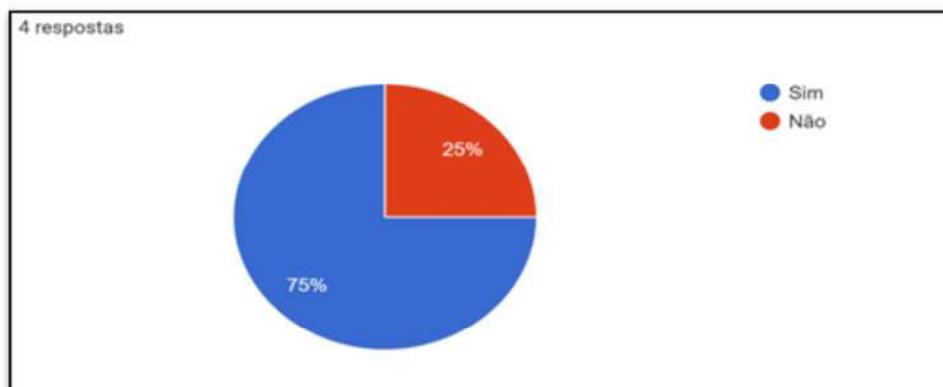
5. Avaliação

Os Mestrados Profissionais têm como característica a elaboração e validação de produtos técnicos. Seguindo a orientação de Moreira e Nardi (2009), o trabalho final de curso do discente na área de ensino deve ser um relato de experiência sobre uma implementação de estratégia ou produto de natureza educacional, com o objetivo de melhorar o ensino.

A avaliação trata-se da aplicação do material e do processo de análise à luz dos referenciais teóricos e metodológicos adotados (Santana, 2004). A avaliação do material foi realizada por quatro (04) nutricionistas através de um questionário elaborado a partir do *google forms*, contendo quatro (04) questões.

A primeira questão referia-se ao título da cartilha e foi questionado se ele estava de acordo com o material que era apresentado ao longo de sua escrita e se havia relação com o período da pandemia e de como foi ofertada a alimentação escolar em forma de kits de alimentos. Os resultados estão mostrados no Gráfico abaixo:

Gráfico 04: Você acha que o título da cartilha está de acordo com o conteúdo apresentado ao longo da sua escrita.



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao observar todas as questões vimos que o percentual de nutricionistas que respo

nderam que estavam de acordo com o título proposto foi de 75% e 25% apenas, uma (01) nutricionista disse não, sugerindo incluir ao invés da covid por de covid. Segundo o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP, 2023- 2024) a covid- 19 é caracterizada como uma doença e, portanto a sua ortografia deverá ser escrita no feminino, como consta no título da nossa cartilha.

Na segunda e terceira pergunta indagamos se os conceitos apresentados na cartilha estavam claros e se estavam de acordo com as legislações referentes ao tempo da pandemia e 100% das respostas das nutricionistas foram positivas. Referentes às legislações questionamos na quarta pergunta, se as profissionais estavam utilizando essas orientações referentes à oferta de alimentos e suas categorias, apresentadas na cartilha e adaptadas do Guia Alimentar para a População Brasileira, em suas respostas, 100% afirmaram que sim, que estavam utilizando.

Conforme as respostas referentes à avaliação da cartilha, vimos que o PE, resultante dessa pesquisa estava de acordo com o período pandêmico e com os objetivos propostos para a sua publicação. Após essa etapa encaminhamos para a última etapa, que conforme Santana (2004) é a validação.

6. Validação

A validação do PE refere-se à coleta de evidências de validade para adequação das

interpretações, usos e decisões (Cook; Hatala, 2016). Os dados obtidos por meio do processo de validação de produtos são úteis no sentido de coletar, acompanhar, e gerenciar os resultados que contribuem para a validação, ademais realizar ajustes e melhoria da proposta, o que vem ao encontro da nossa publicação da nossa cartilha.

Essa etapa aconteceu com a participação de duas doutoras (nutricionistas), através de um questionário com três (03) questões descritivas elaboradas a partir do *google forms*. A primeira pergunta referia-se ao título da cartilha, aos conceitos e as legislações, se estavam de acordo com o período pandêmico e ambas responderam que sim, que estavam adequadas ao período.

Durante o questionamento, solicitamos um parecer sobre os kits de alimentos entregues pelo IFFar durante a pandemia aos discentes e seus familiares, conforme os relatos apresentados nessa cartilha. Uma das nutricionistas respondeu que em termos nutricionais, foi fundamental para complementar a alimentação dessas famílias, a outra mencionou que foi uma excelente forma de assegurar o Direito Humano a alimentação adequada.

E por último, questionamos qual a visão dessas profissionais sobre a cartilha desenvolvida. Conforme as respostas dadas:

Acredita-se que o PE teve uma abordagem pertinente, que pode acrescentar conhecimento sobre questões de segurança alimentar e nutricional e proporcionar um melhor entendimento de como foi organizado e executado o PNAE durante a pandemia. Está bem explicativa, e é de fácil entendimento.

Um produto educacional que atende as expectativas do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica no âmbito do IFFAR. Aborda questões importantes da Nutrição que devem ser socializadas com demais. Um material de fácil entendimento, com linguagem clara e baseada em evidências.

Ao finalizar essa cartilha é gratificante ver de forma escrita, o resultado de muitos relatos feitos por profissionais da área da nutrição, discentes da EPT e seus familiares, assim como servidores e educadores sobre o que representou para eles a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia. Acreditamos que esse PE contribuirá para que a sociedade e as comunidades acadêmicas saibam como foi garantido o direito humano e reduzida à insegurança alimentar nesse período.

Através desse material produzido poderemos ter acesso às legislações, conceitos, importantes e relatos emocionantes desse momento de incertezas, que tivemos durante os anos de 2020 a 2022. Todas essas vivências relatadas e que apresentamos como requisito para a conclusão do Mestrado ProfEPT ficarão na memória do IFFar, contribuindo para novos

aprendizados e mostrando que essa instituição se preocupou com as famílias dos seus discentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa foi elaborada tendo como fundamento garantir o direito humano à alimentação saudável e adequada para os discentes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) e seus familiares, no momento da pandemia, marcado pelas desigualdades e isolamento social, seguido de uma crise econômica.

Nesse sentido, o objetivo central deste estudo foi **analisar como ocorreu a organização e a distribuição dos kits de alimentos pelo IFFAR durante a pandemia da Covid-19, entregue às famílias dos discentes do ensino médio integrado “na visão das nutricionistas gestoras do PNAE”**. O maior dos desafios foi demonstrar como os kits de alimentos permitiram ampliar a equidade dentro do programa de alimentação escolar, atingindo todas as classes sociais, independentemente da situação familiar do discente.

Neste estudo, primeiramente, para atingir os objetivos específicos propostos, destacam-se como elementos mais significativos e que orientaram a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia, as principais legislações que ampararam esse momento, no IFFar. Nessa ocasião não havia estratégias para o fornecimento de alimentação, diferente da ofertada nos refeitórios da instituição, em que a aprendizagem passou a ser de forma remota e as nutricionistas planejaram a oferta de alimentação escolar a esses alunos.

No decorrer da pesquisa, observamos que algumas legislações receberam total atenção, como o teor da Lei N.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que traz as medidas de saúde pública para o enfrentamento da emergência causada pelo coronavírus. Ressaltamos também a importância da Resolução N.º 2 de 9 de abril de 2020, que dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE durante o período de estado de calamidade pública.

Ademais, é importante destacar que, após as entrevistas realizadas com as nutricionistas e posteriormente analisadas, os relatos mostram o quanto esse distanciamento, e a suspensão das aulas colocaram em risco a garantia do direito humano à alimentação escolar na rede pública de ensino, impactando na segurança alimentar.

Em um segundo momento, as nutricionistas relatam como aconteceu a organização e distribuição dos kits de alimentos aos discentes do Ensino Médio Integrado (EMI) e da

Educação de Jovens e Adultos (EJA) no IFFar. Inicialmente, cada campus organizou essa distribuição de acordo com sua realidade dada à urgência da situação. Na sequência a periodicidade de entrega dos kits aconteceu conforme os estoques de alimentos, recursos disponíveis, disponibilidade de pessoal, distanciamento do campus até a residência do discente, produtos disponíveis da agricultura familiar e licitações vigentes, além desses cuidados também foi considerado a forma de gestão da alimentação escolar e os parâmetros nutricionais. Todos esses fatores foram fundamentais para que a comunidade acadêmica da instituição, alvo da nossa pesquisa, tivesse acesso aos alimentos da melhor forma possível.

Toneladas de alimentos foram compradas durante a pandemia, com a prevalência de alimentos saudáveis e não processados. O que mostra que quando há diálogo e políticas públicas com interesse em resolver os problemas, mesmo em tempos de calamidade pública, escolas fechadas e apenas distribuição de kits de alimentos, é possível manter a compra direta de produtos, a distribuição de alimentos saudáveis e o desenvolvimento da economia local com a integração dos diferentes níveis e modalidades da educação.

Esse novo cenário, fez com que a instituição pensasse em estratégias de oferta de alimentação escolar de forma híbrida, proporcionando a continuidade da aprendizagem com foco no desenvolvimento de competências e habilidades para o mercado do trabalho e a garantia da segurança alimentar.

Utilizaram-se estratégias de educação alimentar e nutricional, também para as famílias dos discentes do EMI e da EJA. As ações realizadas contaram com o acompanhamento da Coordenação de Assistência Estudantil (CAE). A pandemia da covid -19 evidenciou a importância do PNAE. Foram criadas normativas para a execução do programa durante o período, permitindo adotar medidas e ações de caráter emergencial em defesa da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Através das narrativas das nutricionistas, mostramos nessa pesquisa que a entrega dos kits teve relevância enorme para o IFFar, contribuindo com a segurança alimentar dos seus discentes e familiares nesse momento desesperador. É notável que a partir dessas vivências, as profissionais identificaram um nível elevado de discentes em vulnerabilidade social, muito diferente do que parece encontrarmos no campus no dia a dia.

Em nossa pesquisa trazemos duas experiências vivenciadas por nossos discentes do EMI e da EJA. A primeira, quando eles ingressaram no IFFar, receberam alimentação durante um mês no refeitório e com o início da pandemia passam a receber os kits de alimentos. No refeitório a alimentação é elaborada a partir de cardápios feitos por nutricionista do campus, enquanto que em casa o kit oferecia alimentos variados para toda a família suprir a fome.

Na segunda forma de oferta, tivemos aqueles que durante a pandemia conheceram apenas os kits e no retorno as aulas presenciais receberam alimentação no refeitório. A importância de receber os kits, para toda a família foi tão expressiva que alguns referem que deveria continuar recebendo os mesmos. Por outro lado citam que em casa o preparo não é completo, pois as mães não tem o tempo necessário para balancear essa alimentação. Os kits contribuíram para formação de novos hábitos alimentares, através da oferta de variedade de produtos contidos neles.

Algumas famílias afirmam ter sofrido impactos em suas vidas, não apenas por passarem fome, como foi o caso de algumas delas, mas devido à redução no orçamento, a perda dos chefes de família, perda do emprego por causa do isolamento social e o aumento da inflação dos alimentos. Os discentes do IFFAr, principalmente os da moradia estudantil, foram os mais atingidos, por não realizarem mais as cinco (05) a seis (06) refeições no campus e agora consumindo alimentos em casa aumentando o orçamento familiar nesse momento.

Com as entregas dos kits foram identificados como pontos positivos, que o IFFAr através dessas entregas de kits para suas famílias, não supriu apenas a necessidade nutricional, mas a instituição teve um gesto de preocupação com todos os familiares, o carinho e o aguardo pelo seu retorno para continuar com a aprendizagem e assim a garantia das ações propostas pela instituição.

Finalizamos a pesquisa construindo o PE, que é uma cartilha e que foi elaborada a partir dos relatos dos discentes do EMI e da EJA do IFFAr e seus familiares. Nesse material produzido trazemos experiências do que representou para eles a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia. Além disso, foram enfatizados conceitos de segurança alimentar, direito humano a alimentação saudável e adequada, legislações dessa época, e na parte de organização e memórias, as narrativas dos discentes e familiares. Esse PE servirá como registro e ficará nas memórias da instituição e de toda a sociedade e comunidades acadêmicas que tiverem interesse em saber como todas essas ações foram executadas pelo IFFAr.

Temos consciência de que este trabalho desenvolvido no momento da pandemia está apenas no começo e que muitas outras pesquisas necessitam ser desenvolvidas nessa área, principalmente para que possam auxiliar as demais instituições, caso haja outros momentos de adversidades. É necessário que a alimentação escolar passe a ser uma realidade para garantir o direito assegurado na Constituição Federal, sendo reconhecida pelos profissionais da educação, como um direito que precisa ser efetivado.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTI, A. 1999. **O Método nas Ciências Sociais**. In: ALVES-MAZZOTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa (pp.99-197) 2. São Paulo: Pioneira.

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa** (VOLP, 2023- 2024). <https://volp-acl.pt/index.php/item/covid-19>

AMORIM, A.L.B de; RIBEIRO JUNIOR, J.R.S; BANDONI, D.H. **Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após o Covid-19**. Revista de Administração Pública. 2020. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81770>.

ARAÚJO, R.M. de L.; FRIGOTTO, G. **Práticas pedagógicas e ensino integrado**. Revista Educação em Questão, [s. l.], v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956/5723>. Acesso em: 22 set. 2021.

ANDRADE, F.M. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: Uma Análise da sua Gestão no Instituto Federal Farroupilha**. Dissertação de Mestrado. Instituto Federal Farroupilha, Jaguarí, 2019.

ANDRADE, M.M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ANTUNES, R.L.C. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BICALHO, D.; LIMA, T.M. **O Programa Nacional de Alimentação escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia do COVID-19**. DEMETRA, Alimentação, Nutrição e Saúde, v. 15, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Nota Técnica Nº 18/2020/SEI/GGFIS/DIRE4/ANVISA Covid-19 e as Boas Práticas de Fabricação e Manipulação de Alimentos Gerência de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Saúde. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/AL/Artigos/NT%2018.2020%20-%20Boas%20Pra%CC%81ticas%20e%20Covid%2019-1.pdf>

_____. CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2019a). Documento de Área – Área 46 Ensino. Brasília, DF: CAPES. Recuperado de <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-deconteudo/ENSINO>

_____. Ministério da Educação. **Lei N° 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm

_____. _____. **Lei nº11. 892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm.

_____. _____. **Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017** – Altera as Leis N° 9.394, DE 20 de Dezembro de 1996, Que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm

_____. _____. **Lei N° 8.913, DE 12 DE JULHO DE 1994.** Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. (Vide Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001) Revogado pela Medida Provisória nº 455, de 2009. (Revogado pela Lei nº 11.947, de 2009). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1994/lei-8913-12-julho-1994-349782-publicacaooriginal-1-pl.html>

_____. _____. **Decreto N° 2.208, DE 17 DE ABRIL DE 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>

_____. _____. **Concepção e Diretrizes dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.** Junho de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/ifets_livreto.pdf

_____. _____. **Expansão da Rede Federal.** Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansão-da-rede-federal>

_____. _____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. D.O.U. Seção 1, de 30 de dezembro de 2008. Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm

_____. _____. **Portaria N° 1.291 de 30 de dezembro de 2013.** Estabeleceu as diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41001-por-1291-2013-393-2016-setec-pdf&Itemid=30192

_____. _____. **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar.** Brasília, DF, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/95271686000/Downloads/Cartilha%20Nacional%20da%20Alimenta%C3%A7%C3%A3o%20Escolar.pdf>

_____. _____. **Lei no 13.987, de 7 de abril de 2020a.** Altera a Lei nº11. 947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, edição 67, seção 1, p. 9, 7 abr. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113987.htm

_____. _____. **Resolução nº 2, de 9 de abril de 2020b.** Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus – Covid-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, edição 70, seção 1, p.27, 13 abr. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-ndeg-2-de-09-de-abril-de-2020/view>

_____. _____. **Resolução FNDE nº 06 de 08 de maio de 2020d.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial. 2020. Disponível em: file:///C:/Users/95271686000/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20N%C2%BA%2006%20-%20Compilada%20com%20a%202020.2020_21_2021_com%20link.pdf

_____. _____. **Resolução CD/FNDE nº 20 de 02 de dezembro de 2020e.** Altera a resolução/CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <file:///C:/Users/95271686000/Downloads/RESOLUO%20N%2020%20DE%2002%20DE%2002%20DE%202020.pdf>

_____. _____. **Execução do PNAE durante a pandemia** [livro eletrônico] / FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Rio de Janeiro, RJ: UNIRIO, 2021.

_____. Ministério da Fazenda. **Lei Nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.** Estabelece critérios para a consolidação, a e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9496.htm

_____. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a População Brasileira.** Brasil, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf

_____. _____. **Portaria nº 356, de 11 de março de 2020.** Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do corona-vírus (Covid-19). Diário Oficial da União, Brasília, DF, edição 49, seção 1, p. 185, 12 mar. 2020. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt0356_12_03_2020.html

_____. **Recomendações de alimentação em tempos de pandemia de covid -19.** Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/coronavirus/publicacoes-tecnicas/recomendacoes/recomendacoes-de-alimentacao-em-tempos-de-pandemia-de-covid-19>

CARVALHO, L., & SANTOS, D. C. (2020). A criação de materiais didáticos com foco na redução da obesidade: uma perspectiva saudável. *RBONE - Revista Brasileira De Obesidade, Nutrição E Emagrecimento*, 13(81), 723-730. Recuperado de <https://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/1051>

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean (*et al*). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ, Vozes, 2008, p. 295-316.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.p.2.

COOK, D.A.; HATALA, R. **Validação de avaliações educacionais: uma cartilha para simulação e além.** Adv Simul 1, 31 (2016). <https://doi.org/10.1186/s41077-016-0033-y>.

DIAS, T. L.; BORCK, A.; OLIVEIRA, K. A. F. Pesquisas em educação: a entrevista reflexiva. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 53, p. 1-4, e-16934, jul./set. 2019. Disponível em: <doi:10.21680/1981-1802.2019v57n53ID16934>. Acesso em 14 Jul. 2021.

FARIAS, M. S. F.; MENDONÇA, A. P. **Concepção de Produtos Educacionais: para um Mestrado Profissional.** 1. ed. Manaus: Instituto Federal do Amazonas, 2019. 72p.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/ISF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em: 11 Jul. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, G. G. et al. Produtos Educacionais do Mestrado em Ensino da UTFPR – Londrina: estudo preliminar das contribuições. *Polyphonia*, v. 28, n. 2, jul./dez. 2017.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

GARCEZ, C.L. et al. (Org.). **IFFar 10 anos: ensaios dessa trajetória / organização– Santa Maria/RS : IFFar – Instituto Federal Farroupilha,** 2018. ISBN 978-85-65006-23-1

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002.

INSTITUTO FEDERAL do ESPÍRITO SANTO. IFES. C.S. n° 22, 2018 – **Anexo ao Regulamento do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica.** Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional. Vitória: IFES, jun. 2018. Disponível em: <https://profep.ifes.edu.br/doc>. Acesso em: 20 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA.
IFFar. **Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação (PPC). 2018.**

Reitoria. Plano de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e controle do Novo coronavírus – Covid-19. 2020^a

Disponível em: <https://www.IFFARroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/21885/0472ee7a80b9682d055ff7f1e1360ab7>. Acesso em: 05 maio 2022.

Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI). 2020b. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-do-pdi/item/13876-pdi-2019-2026f>>. Acesso em: 05 set. 2022.

Reitoria. Portaria n.º 347, de 20 de março de 2020c. Torna indeterminado o prazo de suspensão das atividades presenciais.

Disponível em: <https://www.IFFARroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/19934/274ac6286bf60014a9260d8b110c4cc5>>. Acesso em: 11. jun. 2022.

ProfEPT. 2017. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/profept>. Acesso em: 26 ago. 2023.

Resolução CONSUP N° 054/2018, DE 25 de junho de 2018 Com texto alterado pela Resolução CONSUP N° 027/2019, de 07 de agosto de 2019. Riziane Duarte Portal, Doutoranda, UFPA, rizianeportal@yahoo.com.br Ima Célia Guimarães Vieira, Doutora, MPEG, ima@museu-goeldi.br Otávio do Canto, Doutor, UFPA. Disponível em: <file:///C:/Users/00368567036/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20027%202019%20-%20APROVA%20altera%C3%A7%C3%A3o%20do%20Regulamento%20do%20Programa%20de%20Seguran%C3%A7a%20Alimentar%20-%20Res.%2054%202018.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2023.

KAPLÚN, G. Material educativo: a experiência de aprendizado. Comunicação apresentada no VI Congresso da ALAIC – Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, Junho de 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i27p46-60>. Acesso em: 15 set. 2019.

KRYEZIU, S.D. **Language development through drama in preschoolers.** European Journal of Language and Literature Studies. V.5, n.1. p.15-22, jan/abr. 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A.. **Fundamentos de metodologia científica.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017, 535p.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. de. **Metodologia do Trabalho Científico.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA ARAUJO, R.M. de; FRIGOTTO, G.. **Práticas pedagógicas e ensino integrado.**

Revista Educação em Questão, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015.

MARCHEWICZ, T. et al. Resumo expandido - relato de pesquisa - direito humano à alimentação adequada, **Execução do programa nacional de alimentação escolar nos municípios goianos durante a pandemia da covid-19, 2021**

MARX, K. O capital. Crítica da economia política. Livro I. **O processo de produção do capital**. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MINAYO, M.C. S. de (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, M. A. **Metodologias de pesquisa em ensino**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011. 242 p .

MOREIRA, M. A.; NARDI, R. **O mestrado profissional na área de ensino de Ciências e Matemática: Alguns esclarecimentos**. Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia, Ponta Grossa, v. 2, n. 3, p. 1-9, 2009.

MOURA, D.H. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade Histórica e Perspectivas de Integração**. IN: HOLOS. Ano XXIII, Vol 2 - 2007 Revista eletrônica do CEFET-RN. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>.

MOURA, D.H. **Trabalho e Formação Docente na Educação Profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

MOTA, A. **Estratégias de Continuidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar por Entidades Executoras Durante a Pandemia de Covid-19: uma revisão narrativa**. 2022.

NOGUEIRA, G. et al. **Orientações para garantia da Alimentação Escolar em tempos de COVID-19**. CECANE/UFRN. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório da ONU**, destaca agravamento do problema após pandemia. Insegurança alimentar atinge 70 milhões de brasileiros. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Organização Pan-Americana da Saúde. **OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus**. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6100:oms-declara-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-em-relacao-novo-coronavirus&Itemid=812. Acesso em: 12 ago. 2020. 1988.pandemia da Covid-19.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo, Moderna, 2011.

PEREIRA, L.A.C. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília: SETEC/MEC. 2009. Recuperado em 10 março, 2015 de

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos>

PEREIRA, G.; ORTIGÃO, M.I.R. **Pesquisa quantitativa em Educação: Algumas Considerações**. Periferia, vol. 8, núm. 1, 2016, Janeiro-Junho, pp. 66-79 Universidade do Estado do Rio de Janeiro Brasil.

RABELO, R.C.; Gutjahr, A. L. N.; Harada, A. Y. **Metodologia do processo de elaboração da cartilha educativa “O papel das formigas na natureza”**. Enciclopédia Biosfera, Goiânia, v.11 n. 21; p. 2769-2777, 2015.

RAMOS, M. **Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado**. In: RAMOS, Marise. (Org.); FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.) Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005; pp. 106-127

RAMOS, M.N.. **História e política da educação profissional**. Curitiba, PR: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <<http://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%A9tica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>>. Acesso em: 01 Mai. 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: I VIGISAN. 2021. E-book. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 01 Fev. 2024.

RODRIGUES, A.M.B; PANTOJA, A.S. **Literatura e Autoritarismo**. Disponível em: http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/dossie04/art_03.php. Acesso em: 20 Jan. 2024

RODRIGUES, J. **A Educação Politécnica no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1998.

SANTANA, M. La Enseñanza de las Matemáticas y las Nuevas Tecnologías de la Información y Comunicación. 2004. 854 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pedagogia, Departamento de Pedagogía Facultad de Ciencias de La Educación y Psicología, Universitat Rovira I Virgili, Tarragona, 2004. Disponível em: <https://www.tdx.cat/handle/10803/8927?show=full>. Acesso em: 20 Fev. 2024.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/FIOCRUZ, 1989.

SAVIANI, D. **Trabalho e Educação: Fundamentos Ontológicos e Históricos**. *Revista Brasileira de Educação* v. 12 n. 34 jan./abr. 2007 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf> . Acesso em: 13 Maio 2023.

SCHALL, *et al.* Gênero e Insegurança alimentar na pandemia de COVID-19 no Brasil: **fome na voz das mulheres**. Minas Gerais, 2020.

SELIGMANN-SILVA, M. **Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas**. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SILVEIRA, C. et al. **Uso de Agente conversacional como recurso de aprendizagem sócio-educacional**. RENOTE: Revista Novas Tecnologias na Educação, v.17, n.3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1679-1916.99555>. Acesso em: 22 Jun. 2021.

TRIVIÑOS, A.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/inseguranca-alimentar-e-covid-19-no-brasil/> **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil**.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. ISBN : 9788524917165, 18ªED.2011.

ZIMMERMANN, S.A.; ELEUTERIO, A.A. e de LA PETA GARCIA, A. **Desafios e respostas na coordenação de políticas alimentares no Brasil durante a pandemia de COVID-19** . *rev.estud.soc.* , out. 2021, no.78, p.110-126. ISSN0123-885X.

APÊNDICES

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE
ENTREVISTA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa de mestrado intitulada A Organização Na Oferta e Distribuição de Kits de Alimentos Durante a Pandemia aos Discentes do Ensino Médio Integrado Em Uma Instituição Pública Federal Do Sul do País, que fará uma entrevista ou questionário semiestruturada, tendo como objetivo geral : Analisar a organização na oferta e distribuição de kits de alimentos durante a pandemia , para os discentes do ensino médio integrado em uma instituição pública federal do sul do país e que tem como objetivos específicos: analisar os documentos que amparam e regulamentam a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia, pelo IFFar; verificar como ocorreu a organização e a distribuição dos kits de alimentação, durante a pandemia de covid- 19 na percepção das nutricionistas do IFFar; verificar a importância da distribuição dos kits de alimentos para as famílias e alunos no tempo da pandemia; desenvolver um produto educacional que contribuirá com os profissionais nutricionistas para a construção de estratégias e técnicas de alimentação ofertadas de forma híbrida, especialmente para os discentes dos cursos médios integrados em prol da redução da insegurança alimentar e nutricional.

Os produtos devem estar focados na melhoria dos processos de ensino no contexto da EPT, seja em seus ambientes formais e não formais.

Serão previamente marcados a data e horário para as nutricionistas participantes, utilizando o fornecimento de um questionário através de e-mail institucional para a entrevista através do link (<https://meet.google.com/nix-ipsx-nwr>) ou questionário semiestruturado. Estas medidas serão realizadas no Instituto Federal Farroupilha. A participação nesse estudo é voluntária e anônima e a decisão de participar ou não da pesquisa é exclusiva do (a) participante. Em qualquer momento do estudo, o participante poderá solicitar informações sobre os procedimentos relacionados à pesquisa. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer nenhum tipo de penalidade ou prejuízo.

O (a) Senhor (a) e seu/sua acompanhante não terão despesas e nem serão remunerados pela participação na pesquisa. Todas as despesas decorrentes de sua participação serão ressarcidas. Em caso de dano, durante a pesquisa será garantida a indenização.

Os riscos destes procedimentos são considerados mínimos por envolver apenas a participação nas entrevistas ou questionários. Os possíveis riscos que poderão ocorrer estão

relacionados ao tempo despendido para participar da entrevista ou do questionário, ao cansaço, ao desconforto em responder alguma pergunta, a insegurança quanto à resposta que melhor reflita sua opinião diante de suas percepções, a tontura, dores ou mesmo constrangimento emocional, pois, na oportunidade, irão fazer reflexões sobre suas vivências e suas narrativas e trajetória de vida pessoal e profissional. A sua identidade será preservada, pois cada indivíduo será identificado por um número. Todos os participantes dessas entrevistas e questionários serão mencionados de acordo com uma numeração contínua, de 1 a 10, de forma aleatória considerando a ordem da entrevista ou questionário devolvido, sem identificar o Campus.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão indiretos e centrar-se-ão ao nível das contribuições científicas que serão produzidas com a investigação.

Serão gerados conhecimentos importantes sobre a organização e distribuição de kits de alimentos durante a pandemia para os discentes dos cursos médios integrados do IFFar frente ao contexto de isolamento social e adversidades da pandemia do novo coronavírus, que poderão contribuir com a construção da memória do IFFar.

Os resultados deste estudo poderão contribuir para uma melhor compreensão do impacto da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no processo de oferta de alimentação escolar aos estudantes, de modo a orientar ações futuras dirigidas a minimizar os efeitos nutricionais e a insegurança alimentar causados pelo isolamento social prolongado e a falta da alimentação ofertada diariamente no refeitório do IFFar, de acordo com as necessidades dos alunos.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores Tânia Terezinha Pinheiro, aluno do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal Farroupilha- campus Jaguari e Dr^a Daniela Copetti Santos, Docente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal Farroupilha.

O (a) senhor (a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos.

A sua privacidade será mantida através da não identificação do seu nome. Dessa forma, garantimos que os dados serão sigilosos, já que não iremos divulgar os nomes e nem os *Campi* de sua origem, pois somente serão utilizados para o objetivo do nosso estudo. Todos os participantes dessas entrevistas ou questionários serão mencionados de acordo com

uma numeração contínua, de 1 a 10, de forma aleatória considerando a ordem da entrevista ou questionário devolvido, sem identificar o Campus.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR PARA CONTATO: Tânia Terezinha Pinheiro NÚMERO DO TELEFONE: (55)999776298

ENDEREÇO: Rua Fernando Albino, Nº57/03, Centro, Santa Rosa/RS. e-mail: tania.pinheiro@iffarroupilha.edu.br

ASSINATURA DO PESQUISADOR:

NOME DO SEGUNDO PESQUISADOR PARA CONTATO: Daniela Copetti Santos

NÚMERO DO TELEFONE: (51)984747361

ENDEREÇO: Rua Venâncio Aires nº1284 Cruz Alta/Centro- RS. e-mail: daniela.copetti@iffarroupilha.edu.br

ASSINATURA DO SEGUNDO PESQUISADOR:

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha

Alameda Santiago do Chile, 195 – Bairro Nossa Senhora das Dores – CEP: 97050 – 685

Santa Maria, Rio Grande do Sul–Fone/Fax: (55)32189850

e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SEPN 510, Norte, Bloco A, 3ºandar, Ed. Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521 - Fone: (61)3315-5878/ 5879 – e-mail: conep@saude.gov.br.

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e que todos os dados a meu respeito são sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso

Assinatura __ Local: _____ Data:

_____/_____/_____.

Este documento será apresentado em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito da pesquisa.

**APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE
QUESTIONÁRIO
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa de mestrado intitulada A Organização Na Oferta e Distribuição de Kits de Alimentos Durante a Pandemia aos Discentes do Ensino Médio Integrado Em Uma Instituição Pública Federal Do Sul do País, que fará uma entrevista ou questionário semiestruturada, tendo como objetivo geral : Analisar a organização na oferta e distribuição de kits de alimentos durante a pandemia , para os discentes do ensino médio integrado em uma instituição pública federal do sul do país e que tem como objetivos específicos: analisar os documentos que amparam e regulamentam a distribuição dos kits de alimentos durante a pandemia, pelo IFFar; verificar como ocorreu a organização e a distribuição dos kits de alimentação, durante a pandemia de covid- 19 na percepção das nutricionistas do IFFar; verificar a importância da distribuição dos kits de alimentos para as famílias e alunos no tempo da pandemia; desenvolver um produto educacional que contribuirá com os profissionais nutricionistas para a construção de estratégias e técnicas de alimentação ofertadas de forma híbrida¹⁰, especialmente para os discentes dos cursos médios integrados em prol da redução da insegurança alimentar e nutricionais.

Os produtos devem estar focados na melhoria dos processos de ensino no contexto da EPT, seja em seus ambientes formais e não formais.

Serão previamente marcados a data e horário para as nutricionistas participantes, utilizando o fornecimento de um questionário através de e-mail institucional para a entrevista através do link (<https://meet.google.com/nix-ipsx-nwr>) ou questionário semiestruturado. Estas medidas serão realizadas no Instituto Federal Farroupilha. A participação nesse estudo é voluntária e anônima e a decisão de participar ou não da pesquisa é exclusiva do (a) participante. Em qualquer momento do estudo, o participante poderá solicitar informações sobre os procedimentos relacionados à pesquisa. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer nenhum tipo de penalidade ou prejuízo.

O (a) Senhor (a) e seu/sua acompanhante não terão despesas e nem serão remunerados pela participação na pesquisa. Todas as despesas decorrentes de sua participação serão ressarcidas. Em caso de dano, durante a pesquisa será garantida a indenização.

Os riscos destes procedimentos são considerados mínimos por envolver apenas a participação nas entrevistas ou questionários. Os possíveis riscos que poderão ocorrer estão

relacionados ao tempo despendido para participar da entrevista ou do questionário, ao cansaço, ao desconforto em responder alguma pergunta, a insegurança quanto à resposta que melhor reflita sua opinião diante de suas percepções, a tontura, dores ou mesmo constrangimento emocional, pois, na oportunidade, irão fazer reflexões sobre suas vivências e suas narrativas e trajetória de vida pessoal e profissional. A sua identidade será preservada, pois cada indivíduo será identificado por um número. Todos os participantes dessas entrevistas e questionários serão mencionados de acordo com uma numeração contínua, de 1 a 10, de forma aleatória considerando a ordem da entrevista ou questionário devolvido, sem identificar o *Campus*.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão indiretos e centrar-se-ão ao nível das contribuições científicas que serão produzidas com a investigação.

Serão gerados conhecimentos importantes sobre a organização e distribuição de kits de alimentos durante a pandemia para os discentes dos cursos médios integrados do IFFar frente ao contexto de isolamento social e adversidades da pandemia do novo corona vírus, que poderão contribuir com a construção da memória do IFFar.

Os resultados deste estudo poderão contribuir para uma melhor compreensão do impacto da pandemia do novo corona vírus (Covid-19) no processo de oferta de alimentação escolar aos estudantes, de modo a orientar ações futuras dirigidas a minimizar os efeitos nutricionais e a insegurança alimentar causados pelo isolamento social prolongado e a falta da alimentação ofertada diariamente no refeitório do IFFar, de acordo com as necessidades dos alunos.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores Tânia Terezinha Pinheiro, aluno do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal Farroupilha- campus Jaguari e Dr^a Daniela Copetti Santos, Docente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal Farroupilha.

O (a) senhor (a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos.

A sua privacidade será mantida através da não identificação do seu nome. Dessa forma, garantimos que os dados serão sigilosos, já que não iremos divulgar os nomes e nem os *Campi* de sua origem, pois somente serão utilizados para o objetivo do nosso estudo. Todos os participantes dessas entrevistas ou questionários serão mencionados de acordo com

uma numeração contínua, de 1 a 10, de forma aleatória considerando a ordem da entrevista ou questionário devolvido, sem identificar o *Campus*.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR PARA CONTATO: Tânia Terezinha Pinheiro
 NÚMERO DO TELEFONE: (55) 999776298
 ENDEREÇO: Rua Fernando Albino, Nº57/03, Centro, Santa Rosa/RS. e-mail:
 tania.pinheiro@iffarroupilha.edu.br

ASSINATURA DO PESQUISADOR:

NOME DO SEGUNDO PESQUISADOR PARA CONTATO: Daniela Copetti Santos
 NÚMERO DO TELEFONE: (51)984747361
 ENDEREÇO: Rua Venâncio Aires nº1284 Cruz Alta/Centro- RS. e-mail:
 daniela.copetti@iffarroupilha.edu.br

ASSINATURA DO SEGUNDO
 PESQUISADOR:

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha
 Alameda Santiago do Chile, 195 – Bairro Nossa Senhora das Dores – CEP: 97050 – 685
 Santa Maria, Rio Grande do Sul–Fone/Fax: (55)32189850
 e-mail: cep@iffarroupilha.edu.br
 CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - SEPN 510, Norte, Bloco A, 3ºandar, Ed.
 Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521 - Fone: (61)3315-5878/ 5879 – e-
 mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e que todos os dados a meu respeito são sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso

Assinatura __ Local: _____ Data:
 ____/____/____.

Este documento será apresentado em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito da pesquisa.

APÊNDICE C - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE (TC) - ENTREVISTA TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: A ORGANIZAÇÃO NA OFERTA E DISTRIBUIÇÃO DE KITS DE ALIMENTOS DURANTE A PANDEMIA, PARA OS DISCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL DO SUL DO PAÍS

Pesquisador responsável: Tânia Terezinha Pinheiro Instituição: Instituto Federal Farroupilha
Telefone para contato: 55-999776298

Local da coleta de dados: Instituto Federal Farroupilha

Os responsáveis pelo presente projeto se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes envolvidos no trabalho, que serão coletados por meio de uma entrevista ou questionário semiestruturado com perguntas objetivas e descritivas (Apêndice E), permitindo a narrativa das nutricionistas. O local é o Instituto Federal Farroupilha no período de 11/12/2022 a 31/10/2023.

Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que as mesmas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local As informações ficarão sob responsabilidade do Grupo de Ensino e Pesquisa, Meio Ambiente, Saúde e Sociedade (GEPMASS) do IFFar, do qual a pesquisadora faz parte, e serão armazenadas por um período de cinco anos, em um pen-drive, a contar da publicação dos resultados da pesquisa.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFFar em/...../....., com o número de registro Caem

Santa Maria,.....dede 20.....

.....
Nome por extenso do responsável

**APÊNDICE D - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE (TC) - QUESTIONÁRIO
TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

Título do projeto: A ORGANIZAÇÃO NA OFERTA E DISTRIBUIÇÃO DE KITS DE ALIMENTOS DURANTE A PANDEMIA, PARA OS DISCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL DO SUL DO PAÍS

Pesquisador responsável: Tânia Terezinha Pinheiro Instituição: Instituto Federal Farroupilha
Telefone para contato: 55-999776298
Local da coleta de dados: Instituto Federal Farroupilha

Os responsáveis pelo presente projeto se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes envolvidos no trabalho, que serão coletados por meio de uma entrevista ou questionário semiestruturado com perguntas objetivas e descritivas (Apêndice E), permitindo a narrativa das nutricionistas. O local é o Instituto Federal Farroupilha no período de 11/12/2022 a 31/10/2023.

Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que as mesmas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local As informações ficarão sob responsabilidade do Grupo de Ensino e Pesquisa, Meio Ambiente, Saúde e Sociedade (GEPMASS) do IFFar, do qual a pesquisadora faz parte, e serão armazenadas por um período de cinco anos, em um pen-drive, a contar da publicação dos resultados da pesquisa.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFFar em/...../....., com o número de registro Caem

Santa Maria,.....dede 20.....

.....

Nome por extenso do responsável

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA OU QUESTIONÁRIO

O Questionário sobre o período de isolamento social em razão da pandemia do novo corona vírus (COVID-19) no Brasil, a interrupção das aulas presenciais para remotas e os relatos das nutricionistas proporcionará através desta pesquisa Analisar “A ORGANIZAÇÃO NA OFERTA E DISTRIBUIÇÃO DE KITS DE ALIMENTOS DURANTE A PANDEMIA, PARA OS DISCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO EM UMA INSTITUIÇÃO

PÚBLICA FEDERAL DO SUL DO PAÍS ajudará a pensar estratégias para minimizar possíveis consequências pela falta da alimentação diária ofertada nos refeitórios, decorrentes da interrupção das aulas presenciais.

Iniciativas para oferta de alimentação escolar durante o período de interrupção das aulas presenciais no Brasil foram desenvolvidas pelo Centro Colaborador de Alimentação Escolar de todo o Brasil, com apoio do FNDE. Sua participação é muito importante e nos ajudará a pensar em estratégias para minimizar possíveis danos decorrentes da interrupção das aulas presenciais. Caso necessite de qualquer esclarecimento, peço entrar em contato pelo e-mail tania.pinhoeiro@iffarroupilha.edu.br. Estou à disposição para prestar informações adicionais. Contamos com a sua contribuição!

Nome:

Email:

IFFar Campus:

1. Qual o destino dado durante a pandemia para os gêneros alimentícios estocados para o fornecimento da alimentação escolar?

Não foi utilizado

Foram distribuídos para os escolares

Foram distribuídos parcialmente para os escolares Não havia gêneros estocados

Outro:

2. O Campus utilizou alguma estratégia para a oferta de alimentos aos escolares durante a pandemia com RECURSOS DO FNDE/MEC (recurso federal)?

Sim

Não

Se não, por quê? _____

3. O Campus utilizou alguma estratégia para a oferta de alimentos aos escolares durante a suspensão das aulas com RECURSOS PRÓPRIOS?

Sim

Não

Se não, por quê? _____

4. A partir de que data foi iniciada as ações referentes à execução da alimentação escolar DURANTE O RECESSO das aulas? Exemplo: 7 de janeiro

5. A distribuição da alimentação escolar no campus em que você atua foi realizada de forma universal (ou seja, para todos os alunos)?

Sim

Não

Se não, por quê? _____

6. Quais foram as medidas de controle higiênico-sanitário ou relativas a medidas de prevenção específicas da pandemia adotadas para a distribuição dos kits de alimentos? Você pode marcar mais de uma opção.

Uso de máscara

Lavagem dos produtos com água e sabão

Utilização de álcool 70% em gel e/ou líquido Utilização de solução clorada

Medidas para redução de aglomeração (ex.: distribuição por turmas específicas, organização de filas, etc.)

Não foi adotada nenhuma medida específica

Outros _____

7. Foram distribuídos kit/diferenciado por modalidade de ensino? Sim

Não

Se não, por quê? _____

8. Os (As) alunos (as) com necessidades especiais estão sendo atendidos? Sim, em sua totalidade Sim, parcialmente Não

9. A Entidade Executora se articulou com alguma outra instituição/ organização/ segmento social?

Outras pastas/secretarias

Assessoria técnica e extensão Rural

Órgãos de controle (MP, Defensoria, etc)

Associação de moradores ou outras associações Agricultores da região

Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional

Não ocorreu articulação com outra instituição/organização/segmento social

Outro _____

10. Selecione a quantidade dos alimentos e produtos distribuídos que compõem cada kit/cesta/refeição durante a pandemia. Indique se o produto é adquirido da agricultura familiar. Para responder esta questão considere o segmento com maior número de alunos e alunas. Atenção para responder considere: 1Kg = 1L ; 1 dúzia de ovos = 540g.

	Não é ofertado	Até 250g	251g até 500g	501g até 1,00kg	1,01kg até 2,00kg	2,01kg até 4,00kg	Mais que 4,00kg	Produto da Agricultura Familiar
--	----------------	----------	---------------	-----------------	-------------------	-------------------	-----------------	---------------------------------

Arroz								
Arroz Integral								
Banha								
Farinha de mandioca								
Farinha de trigo								
Farinha de Milho								
Macarrão								
Bolacha ou biscoito salgado								
Bolacha ou biscoito doce								
Feijão								
Lentilha								
Leite								
Carne bovina/aves in natura								
Peixe in natura								
Ovos								
Embutidos								
Pão branco								
Pão integral								
Molho ou extrato de tomate								
Frutas in-natura								
Legumes in-natura								
Verduras in-natura								
Achocolatado								
Açúcar								
Óleo								
Sal								
Suco artificial (tipo néctar ou refresco)								

11. Composição nutricional e adequação dos nutrientes dos Kits de Alimentação entregues aos estudantes do Campus, durante a suspensão das aulas em razão da pandemia da Covid-19, estavam de acordo com a legislação?

Sim

Não

Se não, por quê?

12. Descreva abaixo outros alimentos e produtos que compõem cada kit e sua quantidade. Para responder considere o segmento com maior número de alunos. Exemplo: Mandioca- 1kg/kit. Se não houver outros alimentos e produtos escreva NENHUM.

13. Quais foram os parâmetros utilizados para a definição da composição do kit de alimentos? * Você pode marcar mais de uma opção.

Custo

Parâmetro nutricional

Disponibilidade de produtos

Outro Qual: _____

14. Qual periodicidade de entrega/distribuição dos alimentos foi adotada? () Semanal

Quinzenal Mensal

Bimestral Outro

15. No período de suspensão das aulas, houve compra da Agricultura Familiar? () Sim

Não

Se não, por quê? _____

16. Existe alguma dificuldade com a entrega dos produtos da Agricultura Familiar adquiridos neste período?

Sim

Não

17. Quais as dificuldades com a entrega dos produtos da Agricultura Familiar adquiridos neste período?

18. Em caso de compra de gêneros alimentícios, como os contratos em execução foram sendo atendidos?

Integralmente

Parcialmente Explique: _____

19. Existe alguma dificuldade com a entrega dos produtos adquiridos neste período? () Sim

Não

20. Quais as dificuldades existentes com a entrega dos produtos adquiridos neste período?

21. Quem participou direta/indiretamente nas ações realizadas no momento da pandemia? Você pode marcar mais de uma opção.

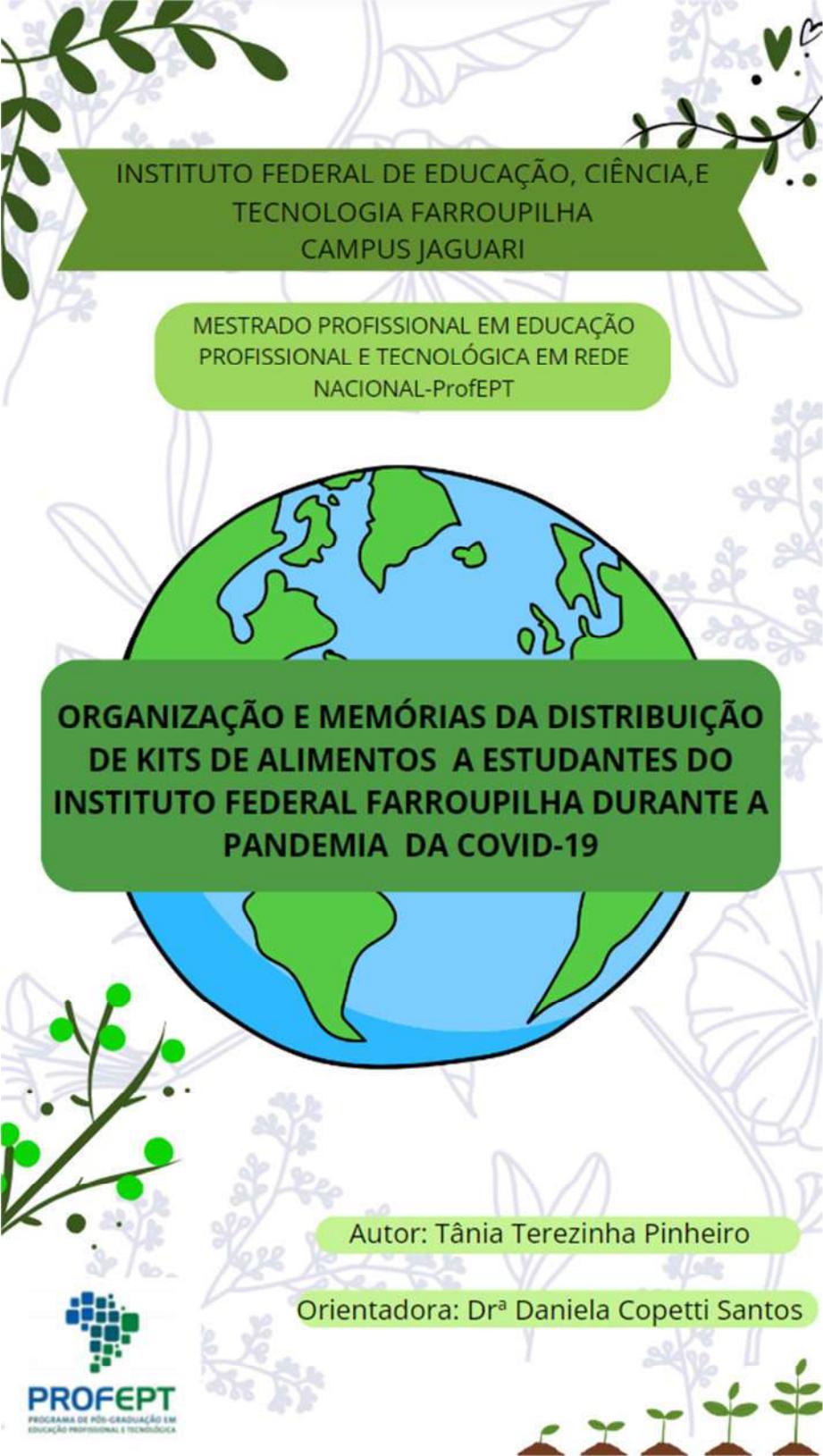
- Nutricionista
- Assistência Estudantil
- Agricultores Familiares
- Profissionais da Educação Assistentes Sociais
- Outro

22. Para a distribuição dos gêneros alimentícios: a definição de um cronograma, Distribuição, a determinação do local das entregas, calendário, horário, logística, e a equipe de profissionais que realizou a distribuição foi elaborado por:

- Nutricionista
- CAE(Coordenação de Assistência Estudantil) Direção geral
- Direção Ensino Outros

23. Relatos e narrativas vivenciadas pelas Nutricionistas, em relação à oferta de kits de alimentos aos discentes dos cursos médios integrados, durante a pandemia.

ANEXOS
PRODUTO EDUCACIONAL



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, E
TECNOLOGIA FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE
NACIONAL-ProfEPT



ORGANIZAÇÃO E MEMÓRIAS DA DISTRIBUIÇÃO
DE KITS DE ALIMENTOS A ESTUDANTES DO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA DURANTE A
PANDEMIA DA COVID-19

Autor: Tânia Terezinha Pinheiro

Orientadora: Dr^a Daniela Copetti Santos





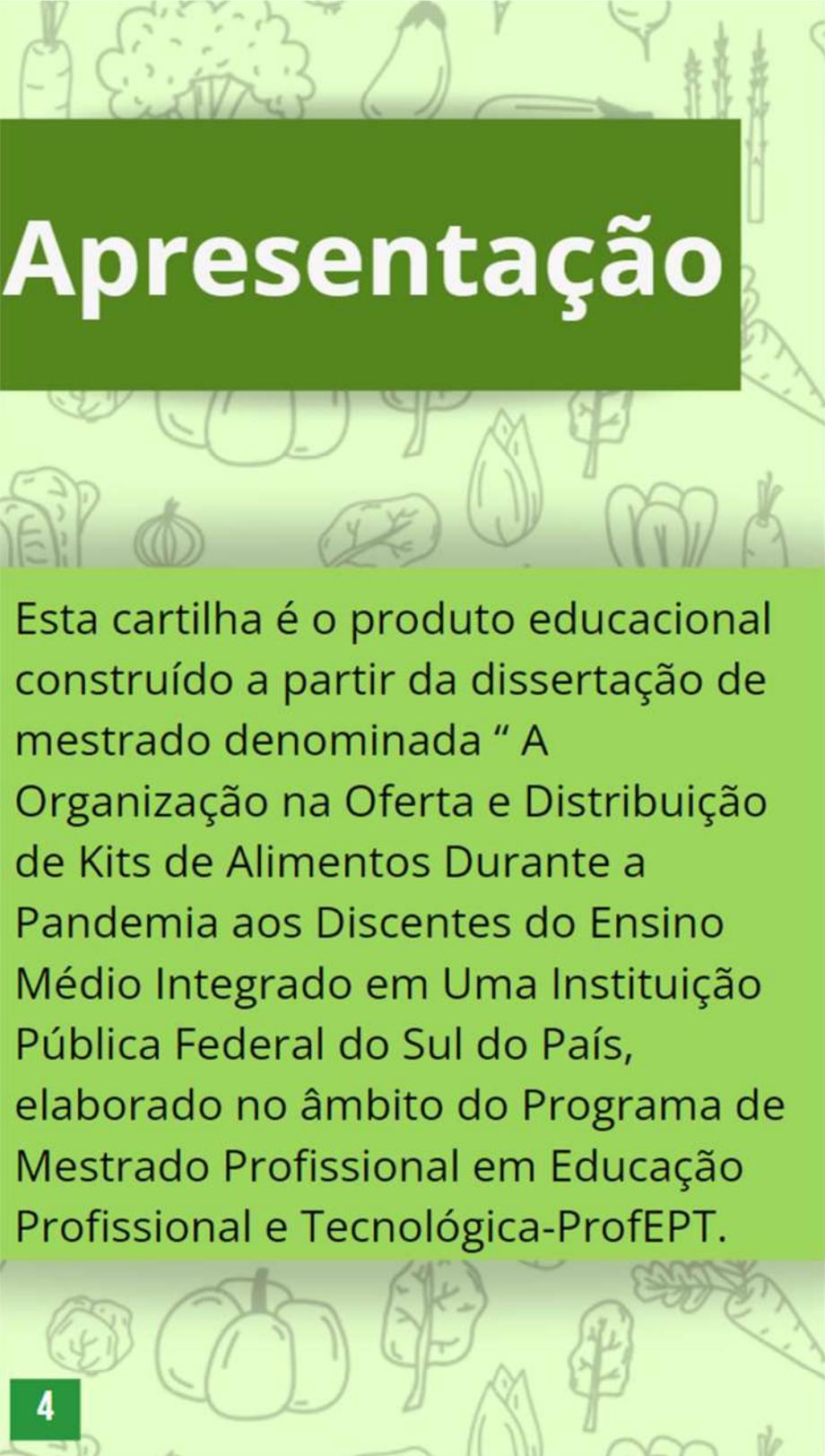
Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	pág. 4
2. PARTE I.....	pág. 5
3. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	pág. 6
3.10 passos para uma alimentação saudável.....	pág. 7
4. PNAE.....	pág. 8-9
5. PARTE II.....	pág. 10
6. PANDEMIA.....	pág. 11
7. DHAA.....	pág. 12
8. KITS DE ALIMENTOS.....	pág. 13-15
9. COMPOSIÇÃO DOS KITS DE ALIMENTOS.....	pág. 16-17
10. COMO ESCOLHER OS ALIMENTOS.....	pág. 18



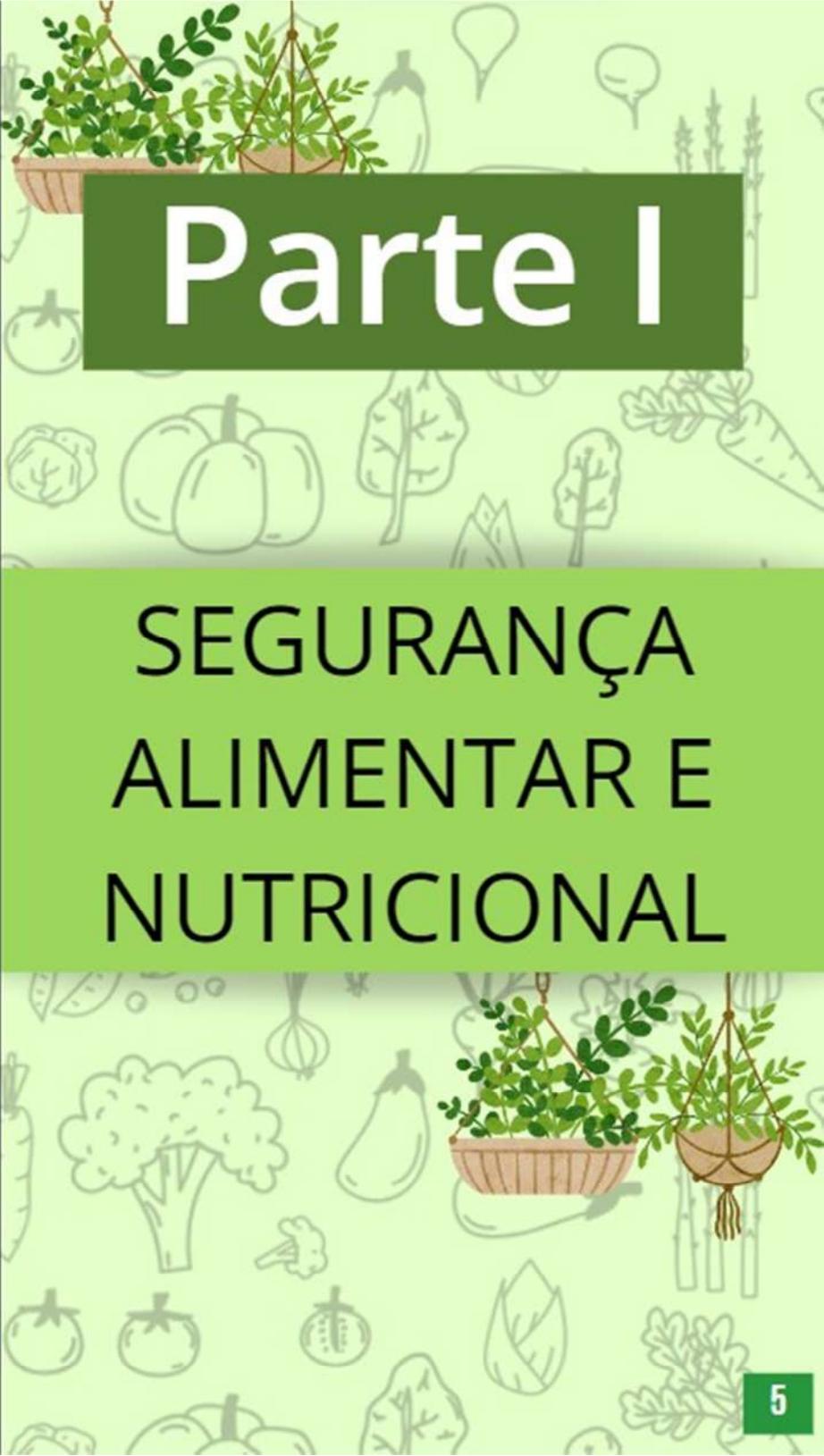
Sumário

10.1 Alimentos in natura.....	pág. 19
10.2 Alimentos minimamente processados.....	pág. 19
10.3 Alimentos processados.....	pág. 20
10.4 Alimentos ultra processados.....	pág. 20
10.5 Orientações do Guia Alimentar.....	pág. 21
11. RODA DE CONVERSA COM EJA.....	pág. 22
11.1 Narrativas dos estudantes do EJA sobre os kits de alimentos.....	pág. 23
11.2 Narrativas dos discentes dos cursos integrados e familiares.....	pág. 24-28



Apresentação

Esta cartilha é o produto educacional construído a partir da dissertação de mestrado denominada “ A Organização na Oferta e Distribuição de Kits de Alimentos Durante a Pandemia aos Discentes do Ensino Médio Integrado em Uma Instituição Pública Federal do Sul do País, elaborado no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica-ProfEPT.

The cover features a light green background with faint line drawings of various vegetables like tomatoes, pumpkins, and leafy greens. At the top and bottom, there are illustrations of potted plants, including a hanging basket with green herbs. A dark green horizontal band across the middle contains the title 'Parte I' in white text.

Parte I

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

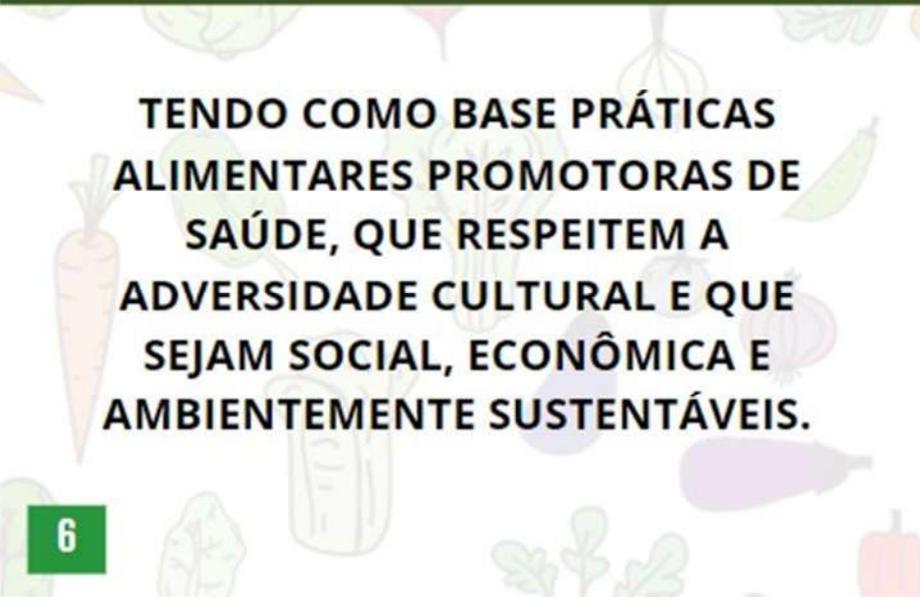


É A REALIZAÇÃO DO DIREITO DE TODOS AO ACESSO, REGULAR E PERMANENTE A ALIMENTOS DE QUALIDADE EM QUANTIDADE SUFICIENTE.



SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

TENDO COMO BASE PRÁTICAS ALIMENTARES PROMOTORAS DE SAÚDE, QUE RESPEITEM A ADVERSIDADE CULTURAL E QUE SEJAM SOCIAL, ECONÔMICA E AMBIENTEMENTE SUSTENTÁVEIS.





- ✓ Priorize alimentos in natura ou minimamente processados
- ✓ Utilize óleo, sal e açúcar com moderação
- ✓ Limite o consumo de alimentos processados.
- ✓ Evite o consumo de alimentos ultraprocessados.
- ✓ Coma com regularidade e atenção.
- ✓ Compre alimentos na feira.
- ✓ Cozinhe!
- ✓ Planeje as compras e o preparo das refeições.
- ✓ Evite fast food
- ✓ Seja crítico com a publicidade de alimentos

PNAE

Em 2020 e 2021 a situação de milhares de famílias brasileiras se complicou devido à pandemia mundial de coronavírus (COVID-19). As aulas presenciais foram suspensas pelo governo brasileiro e buscou-se alternativas para manter o PNAE em funcionamento, a opção foi a distribuição de kits de alimentos.

O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola.

A execução do PNAE durante a pandemia em 7 de abril de 2020 foi publicada a lei N° 13.987 para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas, em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.

“Tornou-se fundamental, após a flexibilização jurídica decorrente da pandemia, a promoção de ações que visem garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes do Instituto Federal Farroupilha, especialmente em um momento de agravamento das crises sociais, econômicas e sanitárias em escala mundial”



Parte II

ORGANIZAÇÃO E MEMÓRIAS

Pandemia

O conceito de insegurança alimentar, infelizmente, ficou mais popular após o início da pandemia.

Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN), divulgada em junho de 2022, um total de 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer diariamente no Brasil. O número é quase o dobro do estimado em 2020 e representa 14 milhões de pessoas a mais passando fome no país.



IMAGENS DOS KITS



DHAA

O IFFAR ASSEGUROU o direito humano à alimentação adequada — também chamado pela sigla DHAA , por ofertar aos estudantes alimentos de qualidade, além dos kits de alimentação que garantiram esse direito para muitos estudantes

12 durante a pandemia do COVID-19.



KITS DE ALIMENTOS



A alimentação é um direito social estabelecido no Artigo 6º da Constituição Federal e que a alimentação escolar de instituições públicas gratuitas é dever do estado, o PNAE é um grande promotor da alimentação adequada e saudável e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de milhares de estudantes em âmbito nacional. E por isso o IFFAR, durante a pandemia, ofereceu os kits de alimentos para seus estudantes.

No período de suspensão das aulas o governo federal através da Resolução CD/FNDE nº 2/2020 adotou como estratégia a elaboração e distribuição de kits de alimentos, assim, a responsabilidade pelo planejamento e a definição dos gêneros alimentícios que iriam compor os kits passou a ser ATRIBUIÇÃO do RESPONSÁVEL técnico responsável: o nutricionista, considerando que o profissional conhece os discentes e a realidade de seu território.

O FNDE teve o cuidado de ressaltar em suas normativas que os kits que seriam distribuídos no período da pandemia deveriam seguir as determinações da legislação do PNAE no que se refere à qualidade nutricional, bem como a manutenção do fornecimento de frutas e de hortaliças in natura e a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.



Até o momento não se tinha estratégias para o fornecimento de alimentação diferente da fornecida nos refeitórios da instituição e FOI NECESSÁRIO estruturar novas formas de ofertar alimentação escolar, agora em forma de kits de alimentos:

Primeiramente cada campi organizou essa distribuição de acordo com sua realidade dada a urgência da situação;

Recomendações de isolamento social como uma condição para minimizar a propagação do vírus e a preservação da vida;

Começaram a planejar a organização e a distribuição de kits de alimentos aos discentes;

A elaboração de um edital onde os discentes com interesse em receber o kit deveriam inscrever-se;

Elaboração de um cronograma de distribuição com

horários entre 5 a 10 minutos entre um e outro discente;

Listas com assinaturas de recebimento do kit entregue.



COMPOSIÇÃO DOS KITS

Quanto a composição dos kits de alimentos , seguimos as orientações do “Guia Alimentar” para a População Brasileira (2014), preconiza que a alimentação deve ser adequada e saudável baseada no consumo de alimentos in natura ou minimamente processados, devendo ser limitado o consumo de alimentos processados e evitado o consumo de alimentos ultraprocessados.



Considerando as leis da alimentação, é importante que a composição dos kits atenda, preferencialmente, os grupos de alimentos (cereais e tubérculos, feijões, legumes e verduras, frutas, leite e derivados, e carnes e ovos), buscando assim suprir as necessidades de nutrientes dos escolares.





COMO ESCOLHER OS ALIMENTOS

É NECESSÁRIO MANTER UMA ALIMENTAÇÃO
BALANCEADA E SAUDÁVEL.
VAMOS CONHECER ESSES ALIMENTOS ?

Não 🙄

Claro! 😊



Alimentos In Natura

São aqueles obtidos diretamente de animais ou plantas.

Como: ovos e frutas. Verduras, legumes, folhosos, tubérculos e

batatas. Sucos naturais sem adição de açúcar.

Aveia, chia, linhaça, castanhas, nozes, avelãs, amendoim e

Farinhas.



Cortes de carne congelados, leite pasteurizado, Arroz, feijão cozidos e macarrão.

São alimentos in natura que foram submetidos a alterações mínimas antes de sua aquisição, como processos de limpeza

Alimentos Minimamente processados

Alimentos Processados

São fabricados pela indústria com adição de ingredientes como sal ou açúcar.

Enlatados. Queijos. Frutas em calda, sardinha e atum enlatados. Molhos de tomate, creme de leite, maionese. Sucos de caixinha longa vida.



Refrigerantes, balas e sorvetes. Macarrão instantâneos. Cereais matinais, barrinhas de cereais, Embutidos, sopas desidratadas, proteínas texturizadas.

São derivados de constituintes de alimentos, sintetizadas em laboratório, realçadores de sabor e aditivos. Com técnicas de manufatura, exemplo: extrusão*

Alimentos Ultra processados

Orientações do Guia Alimentar

Faça de alimentos in natura ou minimamente processados a base de sua alimentação

Limite o uso de alimentos processados e evite os ultraprocessados!

REGRA DE OURO

Prefira sempre alimentos in natura ou minimamente processados e preparações culinárias a alimentos ultraprocessados

RODA DE CONVERSA COM A EJA





Narrativas dos estudantes da EJA sobre os kits de alimentos



[...] o primeiro contato foi através do whatsAp, fizemos um cadastro e tinha umas regras básicas para preenchimento. Nós mesmos viemos buscar os kits de alimentos, mas tinha opção e horário diferenciado pra buscar para não ter aglomeração[...]

[...] quanto ao valor nutricional o peixe tem ômega, eu me surpreendi quando veio o peixe. Tinha guisado, frango,e mais carnes[...]

[...] foi bem importante, não era como aqui no refeitório, tinha bastante frutas, verduras e nós ficamos, tem tudo isso. Naquele momento a gente não tinha condições de comprar tudo aquilo. Foi muito importante porque você ia no mercado e comprava o leite ou o iogurte, e ali tinha os dois.

[...] os kits era pra toda família, quando era aqui no IFFar a gente levava a fruta pras crianças, que esperavam todo dia e perguntavam o que você trouxe mãe? [...]

[...]foi muito importante pois uniu a família e o IFFar se preocupou com nós e nossa família. Naquela época o feijão estava muito caro. Era coisas que a gente não comprava, nossa eu não tenho o que falar. Foi gratificante poder levar para nossos filhos, nem sempre a gente tinha fruta ou verdura[

Narrativas dos discentes dos cursos integrados e familiares



[...] foi organizado uma distribuição e no final deu tudo certo , foi bastante positiva até a questão das pessoas terem que sair na cidade, não encontrar tudo porque eu lembro que nesse momento parou o transporte, o mercado estava faltando coisas porque disparou os preços né então tem vários pontos positivos.

[...] como a mãe colocou tinha essa variedade, a disponibilidade dos alimentos, ela fazendo preparando né para a família, isso também contribuiu para a formação de novos hábitos alimentares, pelo fato de que geralmente quando a mãe vai no mercado ela pode esquecer alguma verdura e acabando não colocando na mesa [...]





[...] o kit foi toda a família que pode utilizar , é que naquele momento e às vezes as famílias também não tinham como sair porque todo mundo a gente via muito né dizer que tinha que ter isolamento naquele momento [...]

[...] dava pra ver que tinha um pouco de tudo, tinha proteína que era as carnes e ovos, os carboidratos nas farinhas, e tinha um pouco de alimentos de todos os grupos .

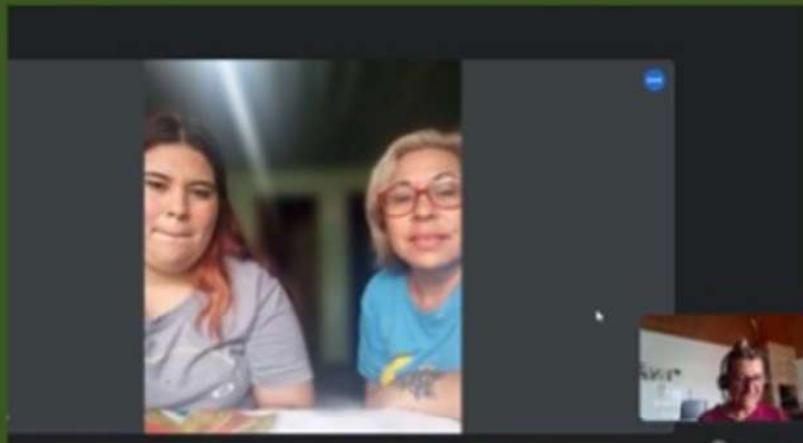
[...] nossa família aproveitou bastante todos os alimentos, pois era bastante variedade e dividimos com meu filho que não mora junto. Tudo foi bem aproveitado.



[...] o kit foi toda a família que pode utilizar , é que naquele momento e às vezes as famílias também não tinham como sair porque todo mundo a gente via muito né dizer que tinha que ter isolamento naquele momento [...]

[...] dava pra ver que tinha um pouco de tudo, tinha proteína que era as carnes e ovos, os carboidratos nas farinhas, e tinha um pouco de alimentos de todos os grupos .

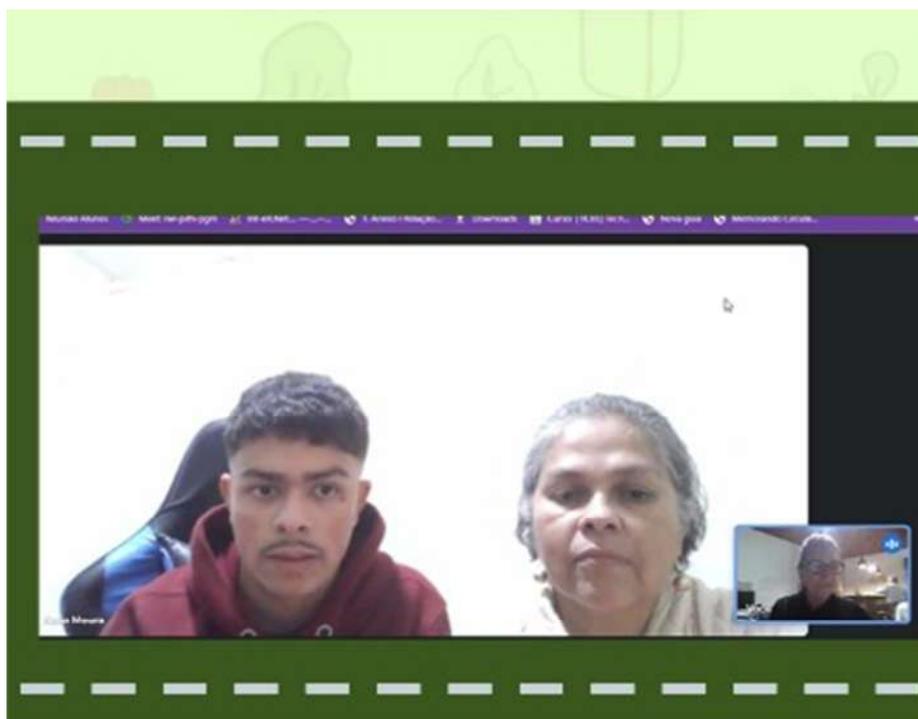
[...] nossa família aproveitou bastante todos os alimentos, pois era bastante variedade e dividimos com meu filho que não mora junto. Tudo foi bem aproveitado.



[...]a alimentação é muito importante e na pandemia a questão do aluno ter alimentação que é um direito dele , fez toda a diferença, pois sabemos que o aluno bem nutrido, isso vai refletir na aprendizagem, achei muito importante como foi conduzido[...]

[..] foi feito assim, os alunos tinham que colocar o horário que iam buscar os kits e como era um volume grande a gente precisava transporte e essa questão de horário marcado contribuiu muito para não dar aglomeração[...]

[...] eu acredito que a alimentação através desse kit contribuiu para nós cinco aqui de casa não ficarmos doente, e que a alimentação contribui para fortalecer o organismo.



[...]eu , mãe e chefe de família, quanto ao kit, achei muito importante , principalmente a forma como foi organizado e até porque é algo novo e desafiador, mas foi bastante positivo quanto a questão nutricional e financeira[...]

[...] o recebimento do kit foi muito bom e importante, agradeço ao campus pela oportunidade de dar pra gente esse kit, pois realmente precisamos foi uma oportunidade de se alimentar bem, porque a gente não podia sair naquele momento[...]

[...] os alimentos aumentaram muito de preço e a gente tinha medo de ir ao mercado até porque não estava vacinado e então todo kit foi muito bom e bem variado[...]



REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução nº 2, de 9 de abril de 2020. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - Covid-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, edição 70, seção 1, p.27, 13 abr. 2020b.

BRASIL. Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020. Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, edição 67, seção 1, p. 9, 7 abr. 2020c.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Execução do PNAE durante a pandemia [livro eletrônico] / FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Rio de Janeiro, RJ: UNIRIO, 2021.

BRASIL. Resolução nº 2, de 9 de abril de 2020. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus - Covid-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, edição 70, seção 1, p.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira. Brasil, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Recomendações para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no retorno presencial às aulas durante a pandemia da COVID-19: Educação Alimentar e Nutricional e Segurança dos Alimentos. Brasília: Ministério da Educação; 2020c.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Educação. Orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19). Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; 2020.

Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento, São Paulo. v.13. n.81. p.723-730. Set./out.2019. ISSN 1981-9919

SOBRE AS AUTORAS

Tânia Terezinha Pinheiro é Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFAR). Especialista em Saúde Pública pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI (2002). Graduada em Nutrição pela Universidade do Vale do Rio do Sinos - UNISINOS (1983). Graduada em Pedagogia pela Universidade do Vale do Rio do Sinos - UNISINOS (1981). Docente na Fundação Educacional Machado de Assis -FEMA. Atualmente servidora-TAE no cargo de Nutricionista no Instituto Federal Farroupilha, campus Santa Rosa/RS. Orcid: 0009-0001-4399-5170.
E-mail:tania.pinheiro@iffarroupilha.edu.br



Daniela Copetti Santos é Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS. Mestre em Biologia Celular e Molecular pela pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -PUC/RS. Especialista em Genética e Evolução Biológica pela Universidade de Passo Fundo -UPF/RS. Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade de Cruz Alta -UNICRUZ. Docente efetiva do Instituto Federal Farroupilha -campus Santa Rosa/RS e no programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Jaguari/RS. Orcid: 0000-0001-6032-5729.
E-mail: daniela.copetti@iffarroupilha.edu.br

Para acessar a cartilha, aponte a camera do celular ou acesse o link:
<https://online.fliphtml5.com/vwggi/kdcd/index.html>

